



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

X Legislatura

Número: 73

III Sessão Legislativa

Horta, quarta-feira, 10 de setembro de 2014

Presidente: *Deputada Ana Luís*

Secretários: *Deputada Bárbara Chaves e Deputado Valdemiro Vasconcelos*

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 06 minutos.

A sessão iniciou-se entrando diretamente na Agenda da Reunião com o [Debate de Urgência sobre a “Situação do Investimento Público nos Açores”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Após a intervenção de abertura do Sr. Deputado Cláudio Lopes (*PSD*), usou da palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*).

O debate contou ainda com a participação da Sra. Deputada Zuraida Soares (*BE*) e dos Srs. Deputados Miguel Costa (*PS*), Félix Rodrigues (*CDS-PP*), João Bruto da Costa (*PSD*), Luís Rendeiro (*PSD*), André Rodrigues (*PS*), Humberto Melo (*PSD*), José Contente (*PS*), Jorge Costa Pereira (*PSD*), José Ávila (*PS*), António Parreira (*PS*), Aníbal Pires (*PCP*), Lúcio Rodrigues (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*) e José San-Bento (*PS*).

Findo o debate seguiu-se a apreciação do [Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 35/X – “Segunda alteração do Decreto Legislativo Regional n.º 12/2008/A, de 19 de maio, que estabelece o Estatuto do Gestor Público da Região Autónoma dos Açores”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Após apresentação do diploma pelo Sr. Deputado José San-Bento (*PS*), usaram da palavra a Sra. Deputada Zuraída Soares (*BE*) e os Srs. Deputados João Bruto da Costa (*PSD*), Aníbal Pires (*PCP*), Artur Lima (*CDS-PP*), Paulo Estêvão (*PPM*) e Francisco Coelho (*PS*).

Submetido à votação, o diploma foi aprovado por maioria tanto na generalidade como em votação final global.

Proferiu uma declaração de voto o Sr. Deputado Paulo Estêvão (*PPM*).

Após o intervalo usou da palavra o Sr. Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*) para interpelar a Mesa sobre a admissibilidade do Projeto de Decreto Legislativo Regional, apresentado pelo PSD, que “altera o Estatuto da Carreira Docente na RAA”.

Sobre o mesmo assunto, usou da palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado (*PSD*) para interpelar a Mesa.

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 33 minutos.

Presidente: Bom dia, Sras. e Srs. Deputados.

Vou pedir ao Sr. Secretário da Mesa o favor de fazer a chamada.

Eram 10 horas e 05 minutos.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

André Cláudio Gambão Rodrigues

André Jorge Dionísio Bradford

António Gonçalves Toste **Parreira**
Bárbara Pereira Torres de Medeiros **Chaves**
Benilde Maria Soares Cordeiro de **Oliveira**
Berto José Branco **Messias**
Catarina Paula **Moniz Furtado**
Cecília do Rosário Farias **Pavão**
Cláudia Alexandra Coelho **Cardoso** Meneses da Costa
Duarte Manuel Braga **Moreira**
Francisco Manuel **Coelho** Lopes Cabral
Iasalde Fraga **Nunes**
José António Vieira da Silva **Contente**
José Carlos Gomes **San-Bento** de Sousa
José Manuel Gregório de **Ávila**
Lizuarte Manuel **Machado**
Lúcio Manuel da Silva **Rodrigues**
Manuel Alberto da Silva **Pereira**
Maria da **Graça** Oliveira **Silva**
Marta Cristina Moniz do **Couto**
Miguel António Moniz da **Costa**
Paulo Alexandre Vieira **Borges**
Pedro Miguel Medeiros de **Moura**
Renata **Correia Botelho**
Ricardo Bettencourt **Ramalho**
Ricardo Manuel Viveiros **Cabral**
Rogério Paulo Lopes Soares **Veios**

Partido Social Democrata (PSD)
António Lima Cardoso **Ventura**
António Oldemiro das Neves **Pedroso**
Bruno Filipe de Freitas **Belo**
Cláudio Borges **Almeida**

Cláudio José Gomes Lopes

Humberto Trindade Borges de Melo

João Luís Bruto da Costa Machado da Costa

Jorge Alberto da Costa Pereira

Jorge Manuel de Almada Macedo

José Joaquim Ferreira Machado

José Maria de Medeiros Andrade

Luís Carlos Correia Garcia

Luís Maurício Mendonça Santos

Luís Miguel Forjaz Rendeiro

Maria Judite Gomes Parreira

Paulo Henrique Parece Baptista

Renato Jonas de Sousa Linhares Cordeiro

Valdemiro Adolfo dos Santos Vasconcelos

Centro Democrático Social/Partido Popular (CDS-PP)

Ana Carina Alberto Espínola

Artur Manuel Leal de Lima

António Félix Flores Rodrigues

Bloco de Esquerda (BE)

Zuraida Maria de Almeida Soares

Partido Comunista Português (PCP)

Aníbal da Conceição Pires

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços Estêvão

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Estão presentes 52 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum.
Declaro aberta a sessão. Pode entrar o público.

Vamos iniciar esta manhã de trabalhos com o ponto um da Agenda: **debate de urgência sobre a “situação do investimento público nos Açores”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Regem nesta matéria os artigos 185.º e 186.º do nosso Regimento. Os tempos foram acordados em Conferência de Líderes e são os seguintes:

O PSD, o PS e o Governo Regional dispõem de 32 minutos;

O CDS-PP de 13 minutos;

E as Representações Parlamentares de 10 minutos.

Para iniciar o debate tem a palavra, pelo PSD, o Sr. Deputado Cláudio Lopes.

Deputado Cláudio Lopes (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O bom investimento público é hoje tão necessário para os Açores como um bom governo.

O bom investimento público é aquele que assegura criação de riqueza, que garante sustentabilidade entre o preço da obra construída agora e o seu custo para as gerações futuras.

A obra sem estratégia não cria emprego nem gera riqueza de forma duradoura.

É por isso que investimento nem sempre é sinónimo de desenvolvimento.

O desenvolvimento e progresso de uma Terra, Ilha ou Região está assim muito longe de depender da execução de um pacote de obras públicas. Muito menos quando essas obras não pertencem a uma estratégia de desenvolvimento económico sustentável que contribua para a coesão social e territorial.

Numa Região arquipelágica como os Açores constituída por nove territórios representando realidades económicas e sociais bem diferentes, o investimento público pode e deve ser fator determinante da correção das assimetrias ao desenvolvimento económico que naturalmente existe entre as diferentes ilhas da nossa Região.

As obras, sendo instrumentos das políticas, têm de contribuir para o sucesso das mesmas. E o sucesso das políticas tem de revelar-se em resultados positivos nos

planos económico e social. O problema é quando, mesmo fazendo obras, não se tem políticas de qualidade. Os bons resultados não surgem e o progresso não acontece.

Nos Açores, apesar de tantos milhões gastos em obras públicas, temos hoje um sector da construção civil mergulhado numa crise profunda, contribuindo fortemente para uma histórica taxa de desemprego regional; uma taxa populacional beneficiária do RSI que é o dobro da taxa média nacional; existe fome e pobreza em níveis que não eram reconhecidos desde a implementação da nossa autonomia regional.

Muitas ilhas da nossa Região vão definhando demográfica e economicamente. As economias de muitas delas estão muito fragilizadas. O desenvolvimento e progresso dos Açores está cada vez mais assimétrico e desigual.

O sector da construção civil, após um período de atividade florescente, para o qual contribuiu a facilidade do crédito bancário, foi fortemente afetado pela crise financeira, acabando por provocar no mercado imobiliário um excesso de fogos.

Centenas de famílias têm devolvido as suas habitações à banca por não as poderem pagar. As empresas estão a falir às dezenas e o desemprego continua a aumentar.

Deputado Bruno Belo (PSD): Muito bem!

O Orador: Para esta crise que se instalou no sector da construção civil, também contribui o mau planeamento, ou a falta dele, na realização das obras públicas. Sobretudo, não se assegurou que essas obras públicas contribuíssem para a sobrevivência e a sustentabilidade do tecido empresarial regional, de média e pequena dimensão.

A Carta das Obras Públicas foi anunciada, como um grande desiderato deste Governo. A sua implementação, no presente mandato, seria um importante fator de revitalização da economia açoriana, em particular do sector da construção civil.

A Carta das Obras Públicas traria previsibilidade, permitiria o correto dimensionamento das empresas e incentivaria a formação de parcerias entre as empresas regionais, habilitando-as a concorrer a obras de maior dimensão.

A CROP tardou a aparecer e arrasta-se na sua execução. Por isso as suas virtudes não se fazem sentir.

Estamos praticamente a metade da legislatura e estima-se que a execução material e financeira da Carta das Obras Públicas se situe abaixo dos 25%.

O atraso significativo na sua execução deixa o sector da construção civil em desespero, os seus representantes a reclamar e a suplicar por obras e até autarcas destacados do partido socialista a denunciar a CROP como uma “mentira política” deste Governo.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: É urgente “resgatar” as empresas regionais das profundas dificuldades em que se encontram. Elas são o ativo mais importante para travar ou debelar esse grande flagelo social que hoje existe nos Açores, o desemprego (vou repetir, pode ser que não tenham ouvido:...

Deputado André Bradford (PS): Ouvimos!

O Orador: ... É urgente “resgatar” as empresas regionais das profundas dificuldades em que se encontram. Elas são o ativo mais importante para travar ou debelar esse grande flagelo social que hoje existe nos Açores, o desemprego.)

Mas a maior denúncia que se pode hoje fazer à Carta das Obras Públicas, pelo menos à versão até hoje conhecida, já que a segunda versão prometida nunca apareceu, é o facto de ela não corresponder, em grande parte, às promessas eleitorais feitas aos açorianos em todas as nossas ilhas.

Podemos contabilizar mais de seis dezenas de Obras prometidas nos manifestos eleitorais que não são assumidas na CROP.

A CROP é assim a maior negação deste Governo aos compromissos eleitorais e ao princípio tantas vezes efusivamente invocado pelo Presidente do Governo e seu Vice-Presidente, de que “nesta legislatura vão cumprir tudo o que prometeram e que só prometeram o que podem cumprir”.

Um Governo que ganha eleições fazendo promessas que não cumpre, transforma-se num Governo sem credibilidade.

Na verdade, este Governo tem sido especialista em gerar expetativas que não concretiza.

É um Governo que afirma todos os dias ter uma situação financeira saudável, falando até de saldos orçamentais positivos e de *superavits*, mas depois não paga atempadamente aos empresários e fornecedores.

É um Governo que a meio do mandato se remodela e cresce em governantes e assessores, enquanto crescem os problemas económicos e sociais na nossa Região.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Vivemos hoje nos Açores uma era de paradoxos. Temos um governo eleito a prometer fazer mais com menos, mas que faz menos apesar de receber mais dinheiro dos açorianos.

Os Açores não precisam de tanto taticismo político-eleitoralista, mas sim de um projeto de desenvolvimento sustentável.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: Os Açores precisam de bom investimento público que traga desenvolvimento.

Os Açores precisam de um governo que perca menos tempo a pensar em como contrariar a oposição e que concentre as suas energias a pensar em como ajudar os açorianos.

Precisamos de um governo que não passe o tempo a desculpar os seus insucessos e omissões...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: ... na austeridade da República, até porque essa austeridade tem enchido mais os cofres do Governo.

Os Açores precisam de um Bom Governo!

Os Açores precisam de melhor. De muito melhor!

Disse!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto à bancada do Governo se vai intervir agora.

Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Entendeu o PSD marcar o seu regresso aos trabalhos desta Assembleia. Nada menos do que com um debate de urgência.

Está no seu direito. Cada um sabe que melhor fato vestir para cada ocasião.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Olhe que não é bem assim!

Deputado Manuel Pereira (PS): Depende do ponto de vista!

O Orador: Com certeza que não será por não ter conseguido encontrar um lampejo de ideia sobre como retificar algo que considere possível de melhorar, nem um esboço de proposta, um sinal, por mais pequeno que seja, de querer contribuir para melhorar o que quer que seja, mas o que quer, pelos vistos, é debater.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O debate ontem correu assim tão mal?

O Orador: Mas sendo, como é, mais uma oportunidade para contribuirmos para o aprofundamento da realidade regional, debatamos então.

O Governo dos Açores considera o investimento público como um fator essencial no desenvolvimento dos Açores e não, como outros, como uma gordura do Estado ou uma despesa que urge reduzir.

Deputado Rogério Veiros (PS): Muito bem!

O Orador: Bastará olhar para a diferença abismal entre a importância que o Governo dos Açores atribui ao investimento público no Orçamento Regional e a afetação de recursos públicos que é feita pelo governo liderado, na República, pelo partido que hoje promove este debate.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Senão, vejamos. Em 2014, o Governo dos Açores afetou 39% dos seus recursos ao investimento público enquanto o partido que lidera o Governo da República no país e que promove hoje este debate destinou apenas 0,4% ao seu Plano de Investimentos, ou seja, atualmente nos Açores o investimento público tem um peso relativo 72 vezes superior ao que se verifica no país face aos correspondentes orçamentos.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Mas esta diferença é também enorme quando se compara a execução já dos primeiros sete meses deste ano do investimento público nos Açores face ao país em termos *per capita*.

Senão vejamos. Até julho, de acordo com os dados recentes do Ministério das Finanças, registou-se um investimento público nos Açores, por açoriano, nos primeiros sete meses deste ano, oito vezes superior ao executado por cada português residente no continente.

Estes factos demonstram o esforço que nos Açores temos feito para manter o investimento público como fator estruturante do nosso desenvolvimento, e podem os senhores deputados comprovar essa realidade com a Conta da Região do último ano recentemente entregue nesta Assembleia.

De facto, sendo o tema deste debate a execução do investimento público, têm os senhores deputados já na sua posse os dados que demonstram que, só no último ano, registou-se um crescimento de 15% no investimento público efetivamente executado nos Açores, ou seja, um aumento de 47 milhões de euros no investimento público concretizado face ao ano anterior.

Esta realidade é ainda mais assinalável quando no último ano aumentamos em 30% a taxa de execução do Plano de Investimentos da Região, o que demonstra bem o enorme esforço que temos feito para incrementar o investimento público na nossa Região.

Apesar deste crescimento muito significativo, já nos primeiros sete meses deste ano aumentámos ainda mais em 10% o investimento executado face ao ano anterior, que já tinha registado um aumento de 15% em relação a 2012.

Factos são factos, é este o esforço que temos feito para incrementar o investimento público nos Açores.

Esta realidade só tem sido possível porque temos conseguido incrementar as receitas próprias da Região e assegurado uma contenção muito rigorosa nas despesas de funcionamento, libertando assim progressivamente mais recursos para o investimento público.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): O que é que significa incrementar receitas próprias? Explique lá!

O Orador: Por isso, posso hoje anunciar que, face à taxa de execução dos primeiros oito meses do ano, e não se registando nenhum fator imprevisível no resto do ano, conseguiremos executar este ano 99% da receita própria da nossa Região que estava prevista no Orçamento aprovado nesta Assembleia e poupar e reduzir em mais de 10 milhões de euros as despesas de funcionamento da Região face ao que estava orçamentado,...

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: ... mesmo com os aumentos remuneratórios já introduzidos e aqueles que pretendemos introduzir.

Esta realidade, conjugada com as transferências do Orçamento de Estado, permite já assegurar 87% do financiamento total do Orçamento da Região para este ano, o que é um valor muito superior ao registado nos anos anteriores e assegura o incremento sustentado do investimento público nos próximos anos.

Para além deste esforço, a disponibilização de financiamento comunitário para alavancar o investimento público constitui um fator determinante na sua execução.

Estamos a viver um período de transição entre Quadros Comunitários de Apoio, por isso posso também hoje anunciar que o Governo dos Açores irá assegurar, até ao final deste mês, a execução financeira total, ou seja de 100%, da dotação destinada inicialmente no Programa Proconvergência para o Governo dos

Açores, antecipando assim em 15 meses a execução total da sua parte nas dotações FEDER inicialmente previstas no Quadro Comunitário que vai terminar em termos de execução apenas em dezembro do próximo ano.

Esta é mais uma demonstração inequívoca da nossa prioridade na execução de todos os mecanismos financeiros disponíveis para impulsionar o investimento público.

Neste contexto, a entrada em funcionamento do próximo Quadro Comunitário de Apoio é essencial e urgente para assegurarmos não só a continuidade, mas o reforço claro do nosso esforço de investimento público.

Em relação ao novo Quadro Comunitário de Apoio, os Açores apresentaram em Bruxelas, conforme compromisso assumido, a 7 de agosto, ou seja, logo após a assinatura do Acordo de Parceria entre Portugal e a Comissão Europeia, a sua Proposta de Programa Operacional 2014-2020, nos termos e com as limitações impostas pelo Acordo de Parceria estabelecido entre Portugal e a Comissão Europeia.

A Comissão Europeia iniciou já a análise detalhada e pormenorizada da nossa proposta de Programa Operacional, estando neste momento a ser desenvolvido um intenso trabalho técnico em articulação com os serviços da Comissão Europeia e o Governo da República de forma a assegurar, penso que com alguma confiança, que será possível já no próximo mês a operacionalização e entrada em funcionamento do novo Quadro Comunitário de Apoio no que se refere ao FEDER e FSE.

Esta excelente notícia permitirá assegurar o início da disponibilização de mais 1.600 milhões de euros, que irão contribuir decisivamente para o incremento do investimento público nos próximos anos, dentro dos condicionalismos e das regras definidas pela Comissão Europeia para este novo período de financiamento comunitário.

A conclusão deste processo permite ao Governo dos Açores, às autarquias e aos agentes económicos e sociais iniciarem dentro de muito pouco tempo um novo ciclo de investimentos decorrentes das disponibilidades que se abrem com estes financiamentos.

Como no passado referimos, preferimos fazer apenas, em cada momento, o que tivermos a certeza que poderemos pagar a tempo e horas e apenas quando tivermos essa garantia,...

Deputado António Ventura (PSD): Que descaramento!

O Orador: ... para que possamos manter estável e sustentável o investimento público para que as gerações futuras continuem a poder investir na nossa Região.

Não seguiremos o exemplo de algumas autarquias que, num passado recente, nesta região ou na outra região autónoma, fizeram em poucos anos aquilo que não tinham condições para pagar, condicionando agora por longos anos a concretização de novos investimentos.

Deputado António Parreira (PS): Muito bem!

O Orador: O facto de essas autarquias e dessa outra região serem todas (repeto: todas!), nessa altura, geridas pelo partido que hoje propõe este debate, será com certeza apenas uma mera coincidência.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: O Governo dos Açores aumentou em 15% o investimento público executado no último ano, assegurou uma taxa de execução do investimento 30% superior ao ano anterior, e já nos primeiros sete meses deste ano voltou a aumentar o investimento em 10% face ao executado no ano anterior.

Este esforço só foi possível porque garantimos a totalidade das nossas receitas próprias, poupámos nas despesas de funcionamento e aproveitámos totalmente o Quadro Comunitário que vai encerrar no próximo ano.

No próximo mês, tudo indica, iniciaremos um novo ciclo de aumento significativo do investimento público com o início da execução do próximo Quadro Comunitário de Apoio, nos termos em que foi definido e condicionado.

Porque somos rigorosos e queremos sempre cumprir os nossos compromissos financeiros, logo após a operacionalização do novo Quadro Comunitário avançaremos imediatamente com os investimentos que nele estão previstos, de acordo com a calendarização, a elegibilidade e os financiamentos previstos, libertando as dotações financeiras que foram orçamentadas este ano para esses financiamentos no âmbito do novo Quadro Comunitário de Apoio nos termos definidos pela Lei dos Compromissos aprovada pela Assembleia da República.

Apesar deste condicionalismo que agora ultrapassamos, foram já lançados a concurso público 121 milhões de euros de procedimentos de obras públicas previstas na Carta Regional das Obras Públicas.

Não ficámos à espera do novo Quadro Comunitário de Apoio para dar execução a mais este instrumento de planeamento que colocamos à disposição dos agentes económicos e que terá também um significativo reforço da sua execução com a operacionalização do novo Quadro Comunitário de Apoio.

O facto de termos cumprido todos os prazos para a apresentação em Bruxelas do Programa Operacional 2014-2020 permitirá agora aos Açores disporem dos respetivos recursos financeiros no primeiro dia de vigência do novo Quadro Comunitário.

Isso não só representará um grande incremento no investimento, como será o corolário do empenho, do trabalho e do esforço que o Governo dos Açores colocou em todo o processo de negociação e definição dos recursos e do planeamento de que a Região beneficiará no âmbito do novo período de programação.

O investimento público nos Açores tem visado, sempre, constituir-se como uma alavanca para o apoio à atividade económica, ao bem-estar dos açorianos e, em suma, ao desenvolvimento do arquipélago, procurando a sua afirmação como região onde é bom estar e viver.

Apostamos no apoio às empresas e às famílias, compensando, no limite das nossas competências autonómicas e das nossas possibilidades financeiras, e no crescimento sustentado do investimento público.

Este é, afinal, o nosso grande objetivo, a razão primeira da nossa ação: tudo fazer para levar os Açores em frente, definindo políticas que promovam o desenvolvimento da Região e o bem-estar dos Açorianos.

Não temos a pretensão de tudo saber, nem de tudo fazer bem feito, mas do que não abdicamos é do orgulho que sentimos por vermos os Açorianos reconhecerem que tudo temos tentado fazer para o melhor dos Açores.

É com base nessa confiança que os Açorianos nos têm sucessivamente renovado que iremos continuar a trabalhar, sempre disponíveis para acolher contributos de quem quiser trabalhar connosco.

Dos outros, dos que só falam, falam, falam, a História dirá pouco.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

A Mesa já tem uma inscrição. Sr. Deputado Cláudio Lopes tem a palavra.

(*) **Deputado Cláudio Lopes (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Desta intervenção, Sr. Vice-Presidente, tivemos também um pouco mais do mesmo, que é sempre o recurso. Quando vos faltam argumentos válidos para contradizer aquelas que são as denúncias apresentadas pela oposição fazem sempre recurso à República, à Madeira e a outras instâncias, até autarquias da nossa Região. É aquilo a que nos vai habituando este Governo à falta de melhores argumentos para utilizar em sua defesa.

Deputado Rogério Veiros (PS): Não gostam de ouvir, não é?

O Orador: Mas se quiséssemos também ir por aí, perguntaria ao Sr. Vice-Presidente se se revê, por exemplo, na governação da República do tempo de José Sócrates, em que no espaço de cinco anos dobrou a dívida pública nacional...

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

... que hoje é a causa principal da tal austeridade.

Deputado Manuel Pereira (PS): E agora reduziu?

Deputado Rogério Veiros (PS): E agora? São 130 mil!

O Orador: Se os senhores me deixarem falar eu agradeço. Os senhores vão ter tempo para entrar no debate. Vão ter todo o tempo para entrar no debate.

A dívida pública criada nesse tempo, hoje é a razão da austeridade que vivemos no país, mas mesmo assim, essa austeridade só trouxe benefícios para os cofres do Governo Regional.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Só o ano passado foram mais 130 milhões de euros...

Deputada Judite Parreira (PSD): Muito bem!

O Orador: ... se calhar a razão por que os senhores puderam subir um bocadinho, no último ano, no investimento público.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Pouco investimento?!

O Orador: Mesmo assim já vamos lá, a números. Foi talvez por causa desse dinheiro que veio a mais da República para os cofres do Governo.

Deputado Rogério Veiros (PS): Da República? Não há dinheiro da República!

O Orador: Mas por falar em investimento público, foram os senhores que há dois anos começaram a anunciar...

Deputado Rogério Veiros (PS): O dinheiro não é da República! Explique lá como veio da República!

Deputado Francisco César (PS): Não há dinheiro da República!

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Pergunte aí ao Sr. Deputado José Contente!

O Orador: Eu sei...

Deputado José Contente (PS): O dinheiro não é da República! O dinheiro é nosso!

O Orador: ... que a serenidade a mais às vezes irrita. Mas também serenidade a menos às vezes complica.

Voices dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Sr. Vice-Presidente e Sr. Presidente do Governo, os senhores reconhecem ou não uma calamidade no setor da construção civil nos Açores?

Deputado Bruno Belo (PSD): Muito bem!

Deputado Rogério Veiros (PS): Seja sério!

O Orador: Podem, como dizia o ex-Presidente do Governo, só abanar com a cabeça: sim ou não?

Reconhecem certamente, porque ela está aí!

Não é o PSD que o afirma, é a AICOPA, é a Câmara de Comércio e Indústria dos Açores e são todas as organizações do setor civil que reclamam a este Governo que tenha a responsabilidade de governar mais atendendo a esta calamidade que se criou nos Açores no setor da construção civil e que levou ao desemprego, nos últimos cinco ou seis anos, de mais de 13 mil ativos no setor da construção civil.

Temos hoje a maior taxa de desemprego nos Açores muito por consequência daquilo que aconteceu no setor da construção civil. Foram os senhores que começaram a anunciar a morte do setor da construção civil quando há dois anos afirmaram, de forma muito perentória, que o ciclo das obras públicas estava no seu fim e que iam reduzir o investimento público. E fizeram-no! Tanto é que o assumiram no Plano e Orçamento para 2013.

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Falso!

O Orador: Foram os senhores, pela voz do Sr. Vice-Presidente, aqui, no Plano e Orçamento para 2013, que assumiu que o investimento público ia baixar 15%.

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Isso é falso!

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Não eram os senhores que diziam que havia betão a mais?

O Orador: Mas não baixou só 15%, meus amigos. O investimento público baixou 24%.

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Isso é falso!

Deputado Rogério Veiros (PS): Afinal o que é que querem?

O Orador: Sabem quanto é que baixou a despesa pública, em obras públicas, em 2013? Sessenta e um por cento!

Esta é uma das razões principais por que o setor da construção civil está hoje num estado calamitoso e está em agonia.

Deputado Bruno Belo (PSD): Factos são factos!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Os senhores contribuíram muito para este estado que hoje vivemos nos Açores no setor da construção civil e pela elevada taxa de desemprego que temos na nossa Região.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Mas há mais, Sr. Presidente e Sr. Vice-Presidente.

Os senhores acenam uma vez mais aos açorianos e às empresas, neste caso, com a CROP, como sendo a grande bandeira que iria revitalizar a economia e resolver os problemas das empresas. Esta CROP não é mais do que uma falácia como já foi as Ilhas da Coesão e como já foi o PECA.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: São sempre os momentos em que o Governo reconhece que não vai pelo bom caminho e tenta arranjar uma solução para iludir que vai agora resolver o problema.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: A CROP não passa de mais uma ilusão.

Em dois anos de mandato de quatro em que se propunham fazer um investimento público através da CROP de 620 milhões, neste momento nem

chega a 100 milhões aquilo que está de obras públicas adjudicadas ao abrigo da CROP.

Há um desfasamento enorme entre os vossos manifestos eleitorais e aquilo que está assumido na CROP para este mandato.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Portanto, é a primeira e maior negação daquilo que os senhores andaram a prometer há dois anos aos açorianos e às açorianas.

Com um Governo assim, que não cumpre com aquilo que promete, como é que se pode acreditar nele?

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Mas o PSD vai dar de barato mais uma oportunidade para este Governo hoje, aqui, se explicar.

Deputado Miguel Costa (PS): Mais uma oportunidade!?

(Risos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Se não temos razão, se tudo aquilo que aqui trouxemos não é verdadeiro nem é válido, então, hoje, os senhores vão se comprometer aqui connosco, perante esta Casa e perante os açorianos, como é que através da CROP vão resgatar as empresas de construção civil da falência em que se encontram, como é que vão melhorar o emprego na nossa Região e como é que vão resgatar toda a crise social e económica que está instalada na nossa Região? Digam, por favor.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Vice-Presidente tem agora a palavra.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional** (*Sérgio Ávila*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, primeiro aos factos.

Investimento público no último ano, de acordo com a Conta da Região, que o senhor já tem à sua disposição, cresceu 15% em relação ao ano anterior e a taxa de execução do Plano de Investimentos cresceu 30% em relação ao ano anterior.

Nos primeiros sete meses deste ano, de acordo com os dados de execução orçamental, cresceu também mais 10% face aos primeiros sete meses do ano anterior. É essa a realidade dos factos, diga o senhor o que disser.

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Quando se parte de um panorama tão pequenino!

O Orador: Segunda questão, só de correção quantitativa.

O montante já lançado de concurso no âmbito da Carta Regional das Obras Públicas, como tive oportunidade de dizer, foi 121 milhões de euros e não o valor que o senhor referiu.

Mas vamos ao essencial.

Eu não sei, depois do início deste debate, que PSD é que existe. Onde é que está o PSD que dizia que a culpa tinha sido haver excesso de obras públicas, que se tinha que cortar no investimento público,...

Deputado André Bradford (*PS*): Muito bem!

O Orador: ... que se tinha que cortar nas obras públicas e que o mal do país era o investimento público?

Onde é que está esse PSD? São os mesmos que estão aí sentados ou são outras pessoas que têm a mesma figura?

Primeiro, têm que se entender sobre essa matéria.

Segundo aspeto essencial. Eu não queria trazer isto a este debate, mas o senhor obrigou-me a trazer.

Sr. Deputado Cláudio Lopes, o Sr. Deputado sabe que o seu partido comunicou oficialmente à Comissão Europeia que considerava que Portugal, incluindo os

Açores, no início do período de programação deste Quadro Comunitário de Apoio, já tinha investimento público excessivo em escolas...

Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: ... em estruturas desportivas, culturais e em estradas?

Deputado Cláudio Lopes (*PSD*): O senhor não fale de escolas, porque temos muitos maus exemplos na Região também!

O Orador: O senhor sabe que oficialmente o PSD disse que Portugal, incluindo os Açores, não devia ter mais investimento público financiado em estradas, em educação, em infraestruturas culturais, desportivas e em energias renováveis?

O senhor sabe o que é que está agora aqui a dizer? Está a dizer exatamente o contrário daquilo que o seu partido comunicou oficialmente à Comissão Europeia...

Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*): Muito bem!

O Orador: ... no início do período de programação deste Quadro Comunitário de Apoio.

Por isso dou-lhe um conselho:

Deputado Cláudio Lopes (*PSD*): Agradeço!

O Orador: O Sr. Deputado antes de vir para aqui falar, por favor, prepare-se e saiba daquilo que está a dizer.

Deputado Cláudio Lopes (*PSD*): A sabedoria não está toda desse lado!

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Presunção e água benta!...

O Orador: Terceira questão essencial: construção civil.

O Sr. Deputado tem toda a razão. O setor da construção civil e as empresas têm dificuldades nos Açores. Mas sabe por que é que o setor da construção civil tem dificuldades nos Açores?

Olhe, vou dar-lhe alguns exemplos.

Talvez porque a autarquia, por exemplo, do Nordeste fez, durante alguns anos, muito mais do que aquilo que podia fazer e neste momento não tem capacidade de fazer obras públicas.

O mesmo acontece na Povoação, em Vila Franca do Campo, nas Velas, na Calheta, nas Lajes das Flores. Tudo, por mera coincidência, autarquias geridas pelo vosso partido.

Deputado José Ávila (PS): Muito bem!

Deputado Cláudio Lopes (PSD): E a autarquia de Angra está saudável?! Está?!

O Orador: Por isso essas empresas têm dificuldades, porque houve uma grande redução do investimento público do setor das autarquias, como a AICOPA assim o refere, como houve também, por via da redução da capacidade dos bancos financiarem as famílias, uma redução da construção civil no âmbito do setor privado.

Agora o que não houve, não há e não haverá é redução da atividade do setor da construção civil por via do investimento público da Administração Regional, que não só se manteve como está a aumentar pagando a tempo e horas todas essas obras como temos feito.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

O Orador: Mais importante do que isso é que neste momento o Governo dos Açores tem todas as condições não só para manter este investimento público equilibrado e sustentável, mas essencialmente para iniciar o novo ciclo, com o novo Quadro Comunitário de Apoio, incrementando e aumentando o investimento público.

Agora o que não podem pedir ao Governo dos Açores, nem ninguém ao Governo dos Açores, é que se substitua nesse setor ao papel fundamental das autarquias e ao papel essencial da banca.

Nós fazemos aquilo que é a nossa responsabilidade, aumentamos o investimento público até ao limite das nossas competências e dos nossos recursos e não é pelo investimento público da Administração Regional que as empresas de construção civil passam dificuldades.

Tem que encontrar essas responsabilidades noutra local. Não é da responsabilidade do Governo dos Açores.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Deputado Cláudio Lopes (PSD): Os senhores já não existem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Sr. Deputado Miguel Costa tem a palavra.

(*) **Deputado Miguel Costa (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Este debate de urgência marcado pelo PSD sobre investimento público com o objetivo de (e cito as palavras do líder do maior partido da oposição)...

Deputado André Bradford (PS): Quem é esse senhor?

Deputado Francisco César (PS): Ainda!

O Orador: ... “pôr um olho mais atento naquilo que é o investimento público nos Açores”,...

Deputado Francisco César (PS): Quem disse isso?

O Orador: ... é sem dúvida um bom momento, esperamos nós, para perceber o que realmente entende e qual a sua postura acerca desta matéria.

Felizmente o PS não acordou agora e está de olhos bem abertos e bem atento...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Que o diga a Madalena!

O Orador: ... e por isso continuará a investir nos Açores.

Ao contrário, o PSD uns dias diz que o investimento público foi a mais, que foi cimento a mais,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Betão!

O Orador: ... noutros dias, o que é coisa que não nos espanta, dizem que querem mais, que querem que se invista mais e por isso (cito o líder do maior partido da oposição) “é muito importante o investimento público porque tem um peso essencial no Produto Interno Bruto”.

Bom, a dúvida mantém-se e acentua-se a cada declaração do PSD ou a cada comemoração dos 40 anos do PSD.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Só faz um discurso destes quem teve a responsabilidade que teve!

O Orador: Faz-se notar aqui que são os deputados e as estruturas de ilha do PSD que todos os dias perguntam: para quando determinada obra? Para quando o seu início? Para quando a sua conclusão?

Esta é uma estratégia deste que se quer novo PSD, mas depois lá vem o dia que este mesmo novo PSD vem dizer que afinal foi cimento a mais.

Bom, meus senhores, isto é uma chatice. Ficamos sempre na dúvida, sem perceber qual a vossa posição. Era bom que aproveitassem este momento para esclarecer.

Só os olhos viciados (aqueles que vêm agora muito atentos procurar o investimento público)...

Deputado Luís Garcia (PSD): E os resultados? Queremos ver os resultados desse investimento!

O Orador: ... e desatentos do PSD não conseguem enxergar o extraordinário investimento público feito nos Açores, em todas as ilhas...

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: ... e em todos os setores,...

Deputado Luís Garcia (PSD): Sr. Deputado, e os resultados?

O Orador: ... essencial para garantir o futuro da Região e consolidar a convergência dos Açores com o resto da Europa.

Só uma crise internacional, como aquela que vivemos, como todos já sabemos, não permitiu que os Açores, como o resto da Europa, tivessem alcançado todas as metas a que se tinham proposto.

Mas ao contrário dos senhores, acreditamos e trabalhamos todos os dias, sempre, para um futuro melhor.

Hoje, ao contrário do passado, podemos nesta Casa discutir o grande investimento público feito/realizado nas nove ilhas...

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Por José Sócrates!

O Orador: ... e é importante ser aqui referido, porque os senhores têm um processador de consciência política com uma amnésia programada em relação ao investimento público,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é metafórico!

O Orador: ... esquecendo deliberadamente a Região desinvestida que entregaram ao PS em 96.

Mas passados estes anos todos perguntam se tudo está feito, se tudo correu da melhor forma, se tudo está como ambicionamos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): No seu caso perguntava o que o senhor andou a fazer, sobretudo no Futebol Clube da Madalena!

O Orador: É óbvio que não, Srs. Deputados. É óbvio que não!

Devemos fazer sempre mais e melhor como acontece em tudo na vida e na governação não será diferente.

Volto aqui a reforçar que nenhum governo, infelizmente, consegue resolver tudo, mas o Governo dos Açores está a fazer realmente tudo o que pode e isso é uma evidência que só o PSD não quer ver.

O investimento público na Região está bem e a tendência é para melhorar ainda mais,...

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

... infelizmente ao contrário do investimento privado, que foi literalmente castrado pelo Governo da República do PSD...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ó senhor, estávamos falidos! O que queria que fizéssemos?!

O Orador: ... com a sua brutal e insanável austeridade.

Deputado Francisco César (PS): O vosso partido!

O Orador: O investimento público nos Açores, em 2013, aumentou, como foi aqui evidenciado, com uma execução do Plano na ordem dos 85% e nos próximos anos haverá necessariamente um incremento, como já aqui foi dito, à custa do impulso que dará o novo Quadro Comunitário de Apoio.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Mas Srs. Deputados, era bom saber a vossa posição e a vossa compreensão sobre esta matéria.

Era bom que dissessem aqui se mau investimento é investir no tratamento de resíduos.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Então no Pico o tratamento de resíduos está fantástico!

O Orador: Se mau investimento é investir na rede escolar.

Se mau investimento é investir nos transportes.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Está tudo a funcionar!

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem! Muito bem!

O Orador: Se mau investimento é investir nas infraestruturas de saúde para prestarem mais e melhores cuidados de saúde.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Que o digam os graciosenses!

O Orador: Se mau investimento é investir na competitividade das nossas empresas e dos nossos empreendedores.

Se mau investimento é investir no apoio e na estabilidade social.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): A estabilidade social que está aí é uma coisa muito séria!

O Orador: Esse conceito não é claramente o nosso, Srs. Deputados.

Se acham que foi um mau investimento, ou feito um mau investimento nos últimos anos, nestas como noutras áreas de governação, deviam dizê-lo aqui para que os açorianos, que todos os dias desfrutam dessa qualidade, soubessem qual era a vossa posição.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Eu digo, Srs. Deputados: o bom exemplo do mau investimento público...

Deputado Cláudio Lopes (PSD): Vamos dizer! O debate ainda não acabou!

O Orador: ... foi amplamente dado pelo PSD/Açores naquilo que governou, e mal. Foram por exemplo alguns municípios já aqui referenciados.

Imagine-se, se conseguiram fazer aquilo governando o município, como seria governando uma região?

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Ainda bem que não temos essa possibilidade de reconhecer.

Mas digo-vos, Srs. Deputados, concluindo.

Deputado Francisco César (PS): São especialistas em piscinas!

O Orador: Os senhores deveriam assumir nesta Casa o que deixariam de fazer e o que não teriam feito. Digam para que todos os açorianos percebam ou, afinal, vão manter-se na mesma, apenas limitando-se à vossa praxe da crítica pela crítica, a carregar a todo o custo os Açores para baixo?

Os olhos atentos do PSD só se vislumbram naquela que é a perseguição a alguns membros do Governo, mas digam aqui para que todos os açorianos percebam, não se limitando à típica praxe da crítica.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Do que é que o Sr. Deputado está a falar? Se calhar enganou-se na gaveta!

O Orador: Srs. Deputados, essa atitude constante e recorrente de maledicência, contra tudo e contra todos, em perseguições por vezes cegas numa atitude de principiante, desprovida de qualquer atitude ou de solução, de uma esterilidade política notável, não vos leva, nem nos leva, a lado nenhum.

Mas fiquem conscientes, Srs. Deputados, que o PS e o Governo dos Açores jamais deixarão de investir nos Açores, pelos açorianos, por mais que isso custe ao maior partido da oposição, porque esse investimento é património não do Governo, é dos açorianos, porque esse investimento é um compromisso que é nosso e é orgulhosamente assumido por nós.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Cláudio Lopes tem agora a palavra.

(*) **Deputado Cláudio Lopes (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, para não retirar tempo aos meus colegas que querem e devem entrar no debate...

Deputado Berto Messias (PS): Fale à vontade! Gostamos de o ouvir!

O Orador: ... gostava de dizer mais duas coisas aqui rapidamente.

Eu tenho muito à vontade para estar no debate, mas não quero manipularizar o debate.

O Sr. Vice-Presidente trouxe também hoje, aqui, mais uma novidade. É que para além das muitas pastas que já acumula, parece que também acumula a das obras públicas. Não dá espaço ao seu colega de Governo para falar de obras públicas. É mais uma!

Acho que os senhores interpretaram mal o desafio que foi hoje lançado, aqui, neste debate. Nós viemos falar de investimento público de qualidade, do bom investimento público.

Deputado Miguel Costa (PS): Diga qual é!

O Orador: Não se reduz às obras públicas. Os senhores é que estão viciados e maniatados mentalmente para falar de obras públicas que vieram logo com os discursos feitos para ler aqui a falar de obras públicas.

Não viemos falar exclusivamente de obras públicas. Viemos falar de investimento público, dos seus resultados que não aparecem e da exigência que fazemos de que se faça bom investimento público nesta Região para termos bons resultados, sociais e económicos.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Essa era para ter graça, mas vai ter de repetir!

O Orador: Foi esse o nosso desafio.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: É o desafio que está neste debate.

Programa do Governo, página 90 – quem prometeu o fim do ciclo das obras públicas foi o programa do PS, não fomos nós. Nós não é que governamos, são os senhores.

Deputado António Ventura (PSD): Muito bem!

O Orador: Os senhores é que prometeram o fim do ciclo das obras públicas. Está aqui.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Quem é que escreveu aquilo?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O Sr. Presidente do Governo agora ficou mudo!

O Orador: Sr. Vice-Presidente, o senhor gosta muito de falar de autarquias. Eu não sou advogado de defesa das autarquias, mas fico sentido quando se ataca de forma tão veemente, e às vezes irresponsavelmente, as autarquias, porque com defeitos, mas também com muitas virtudes,...

Deputado Francisco César (PS): O senhor já viu o Presidente da Câmara do Nordeste, da Povoação, de Vila Franca do Campo? É preciso ter uma lata para vir cá falar!

O Orador: ... as autarquias, em 38 anos de autonomia, ajudaram a construir os Açores, a autonomia destes Açores, e muito fizeram para o desenvolvimento e bem-estar das populações das nove ilhas dos Açores, do Corvo a Santa Maria. Muito devem ao poder local, poder local que não teve aquilo que os senhores tiveram, que foi uma benesse da República, em 98, no Governo de António Guterres, em que saneou a dívida desta Região.

Deputado André Rodrigues (PS): Que os senhores fizeram!

Deputado António Parreira (PS): Que os senhores criaram!

O Orador: Os senhores ficaram a zero em 98. De lá para cá os senhores aumentaram a dívida regional.

Sabem o que é que vos posso dizer acerca de dívida autárquica ou dívida regional?

Deputado Francisco César (PS): É que os senhores nem fizeram obra. Fizeram dívida, mas não fizeram obra! Deram cabo disto tudo!

O Orador: É o seguinte:

Trabalhando para o mesmo universo de açorianos e para as mesmas nove ilhas, as 19 autarquias dos Açores que têm servido estas ilhas e esta comunidade açoriana têm uma dívida 12 vezes inferior à do Governo Regional neste momento e não tiveram nenhum saneamento financeiro.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: É isto que os senhores têm que perceber e tem que ser dito com alto e bom som, porque é verdade.

Por falar de credibilidade, Sr. Vice-Presidente, a credibilidade é só esta: é um Governo que promete e depois não assume aquilo que prometeu. Portanto, contradiz o seu próprio compromisso eleitoral.

Não somos nós que o dizemos. Carlos Ávila, autarca socialista destacado da Câmara da Povoação diz assim:

“A CROP é uma mentira política e este Governo é uma inexistência.” É ele que o afirma.

Deputada Judite Parreira (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Félix Rodrigues.

(*) **Deputado Félix Rodrigues (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Vamos a alguns factos que são pertinentes para aprofundarmos, de facto, a realidade do investimento público na Região.

Os factos não são números.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Quando falamos de investimento público por açoriano isto não diz literalmente nada, Sr. Vice-Presidente.

Poderia falar em investimento público por metro quadrado, que daria exatamente a mesma ideia e até seria dos maiores do país; poderia falar em

investimento público por quilómetro quadrado de águas territoriais e não quer dizer absolutamente nada.

O investimento público é, no contexto em que vivemos neste momento no país e na Região, algo que (o Sr. Vice-Presidente diz e concordamos em absoluto) deve ser sustentável em termos de contas públicas, mas também deve ser algo que deve contribuir para a competitividade regional, para o aumento do emprego e, como tal, exige-se avaliação e instrumentos adequados de desenvolvimento e de planeamento.

Deputado Artur Lima (CDS-PP) e Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Muito bem!

O Orador: É aí que a crítica reside do nosso lado,...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Aí já é mau!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Democracia!

O Orador: ... é nos instrumentos de planeamento que o Partido Socialista tem para a Região Açores, nomeadamente a Carta Regional das Obras Públicas.

É um conjunto de intenções, muitas delas válidas, mas que não são justificadas em termos do retorno que trarão para a Região Autónoma dos Açores.

Por outro lado, sendo um instrumento de planeamento do Governo Regional, também é um instrumento de planeamento das próprias empresas regionais.

Quando não há uma adequação entre a Carta Regional das Obras Públicas e aquilo que é a política do Governo Regional, ou pelo menos aquilo que vem a público por um lado e por outro o que se escreve e não se escreve, ficamos com dúvidas se o instrumento está bem feito.

Dou dois exemplos muito concretos. Um exemplo concreto é, por exemplo, o Cais de Cruzeiros de Angra do Heroísmo que faz parte da Carta Regional de Obras Públicas e que já foi dito pelo Sr. Presidente do Governo Regional que não avançará.

Logo, há aqui um hiato, ou seja, um desenquadramento entre o que é uma intenção governamental e o que é que é um instrumento que ajudaria as próprias empresas da Região a planearem os seus investimentos e os seus concursos, porque é exatamente com planeamento que prevemos o futuro, é exatamente

com planeamento que somos capazes de ultrapassar as adversidades e falta planeamento.

Falta planeamento, por exemplo, no parque escolar. O investimento público no parque escolar é benéfico, mas falta-nos a previsão da redução do número de alunos e, por isso mesmo, é que perdemos milhões de euros em remodelação de algumas escolas para dali a dois ou três anos fecharmos. Isto não é investimento público reprodutivo, nem que beneficie seja o que for.

Isso quer dizer que é preciso uma avaliação e seria muito importante que houvesse no investimento público, nalgum investimento público (outros é óbvio que é preciso fazê-los e é pertinente fazê-lo), uma avaliação custo/benefício que ajudaria imenso a decidirmos com objetividade e a percebermos o benefício que a Região tem do investimento público.

Vou citar o Professor Augusto Mateus. Provavelmente conhecem.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah, sim, sim!

O Orador: Não é até uma pessoa de quem eu tenha grande consideração, mas diz algo que é interessante, é que “o investimento é sempre uma despesa, mas uma despesa nem sempre é um investimento”.

Por isso mesmo há a necessidade da avaliação do investimento público, de planeamento adequado,...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Muito bem!

O Orador: ... de instrumentos de planeamento devidamente eficazes, revistos periodicamente para não virmos para aqui com números, com rácios, de investimento público por açoriano que não dizem absolutamente nada acerca do investimento público.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Não esteve nada mal tirando umas partes!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado João Costa.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu fico surpreendido com o rumo que o Partido Socialista e o Governo tentaram dar a este debate. Naturalmente que os senhores quando já trazem as coisas escritas antes de ouvir aquilo que o PSD trouxe para debater com urgência, é natural que escolham um rumo que propriamente não me parece que seja de grande interesse.

Deputado Miguel Costa (PS): Não trazem nada de novo!

O Orador: Sabe porquê, Sr. Deputado? Porque viemos aqui com a preocupação de sabermos que nos Açores se vive uma crise social e económica gravíssima, que existem milhares de açorianos no desemprego, muito também por causa da crise enorme que se vive nas empresas do setor da construção civil.

Os senhores sabem isso, o Governo sabe isso tão bem como o PSD sabe e se calhar ainda melhor, até porque tem pessoas no Governo que o sabem perfeitamente, como é o caso da Sra. Secretária da Solidariedade Social.

É esta crise que se vive que levou o PSD a achar que era urgente trazer um debate em que se discutisse o que é que este Governo tem feito e pretende fazer para contornar e debelar os vícios criados pelas vossas atitudes.

Mas não. O Partido Socialista o que quer é falar do PSD. O Governo o que quer é falar do PSD. Falam do PSD, atacam a oposição e criticam a oposição...

Deputado Francisco César (PS): Quem critica o PSD é o próprio PSD!

O Orador: ... como se fossemos os responsáveis pelo incumprimento da Carta de Obras Públicas que os senhores apresentaram, que era um instrumento de previsibilidade e de garantia para a construção e para o futuro dos Açores.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Os senhores, enquanto Governo Regional e o Partido Socialista enquanto partido que suporta este Governo Regional, é que assumiram que a Carta das Obras Públicas iria trazer a previsibilidade necessária, iria ser um instrumento

de grande importância e de grande dinamismo para o setor e que iria criar as condições para que o setor da construção civil dos Açores pudesse sobreviver melhor a esta crise. São os senhores que não cumprem minimamente com aquilo que estipularam na Carta das Obras Públicas. No caso da Ilha Graciosa é paradigmático.

Eu posso perguntar-vos:

Os vossos compromissos são aqueles que estão em discussão. São os vossos compromissos, não são os nossos. Não somos governo, não os podemos fazer cumprir. Podemos exigir que os senhores cumpram. É essa a nossa função enquanto deputados, enquanto oposição. Podemos denunciar quando os senhores não cumprem.

No caso da Graciosa eu podia lembrar, por exemplo, uma questão que os senhores já devem estar todos fartos de ouvir falar, como os graciosenses estão, que é da marina da Graciosa, das marinas que os senhores já construíram na Graciosa.

Posso por exemplo lembrar o Sr. Presidente do Governo, que mandou colocar este cartaz em 2012 na Barra, em Santa Cruz da Graciosa: “construção da marina da Barra”.

Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*): Não! O cartaz não é meu!

O Orador: O cartaz é seu, Sr. Presidente. Foi o senhor que o mandou colocar lá.

Deputado Joaquim Machado (*PSD*): Muito bem!

O Orador: O senhor era Secretário da Economia. Não contente com um cartaz (por acaso agora está lá um cartaz de Santo António da Vitória, acho que fica muito melhor do que uma mentira destas)...

(Risos dos Deputados da bancada do PSD e do Deputado Artur Lima)

... o senhor, em 2012, veio dizer que a marina iria a concurso em 2012: “marina a concurso em 2012”.

Depois está aqui uma fotografia do senhor, do Sr. Deputado José Ávila e do Sr. Deputado Ricardo Ramalho, curiosamente.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Parece a Santíssima Trindade!

O Orador: Isto é uma notícia da delegação da RTP na Graciosa.

Mas não me vou ficar pela marina. Menciono apenas mais uma obra, uma obra que é estruturante para a Graciosa, que é estruturante para o desenvolvimento da Graciosa, que traz previsibilidade e possibilidade das empresas do setor da construção civil poderem saber o que é que contam na Graciosa e que os senhores nem sequer inscreveram na Carta das Obras Públicas.

Diziam que iam inscrever na revisão, mas a revisão que era para janeiro nunca chegou, que é o matadouro da Graciosa, um matadouro que era importantíssimo para desenvolver a fileira da carne da Graciosa e para poder criar mais postos de trabalho.

Onde é que está essa obra?

Onde é que está sequer a previsibilidade da sua construção?

O que os senhores estão a fazer neste setor é exatamente a renegar aquilo que prometeram, a fazer o que é costumeiro, que é chegar à beira das eleições, colocar cartazinhos, prometer e dizer que vão fazer grandes coisas.

Infelizmente é isso que estamos aqui para denunciar e é isso que os açorianos têm que saber, porque os senhores têm que ser responsabilizados por aquilo que prometem e não cumprem.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra à Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Muito obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Gostaria de participar também neste debate sobre a situação do investimento público nos Açores trazendo talvez um ponto novo, um ponto de vista diferente daquele que até agora tem sido trazido, num aparente jogo de pingue-pongue.

Começaria por uma declaração de princípios. Nós defendemos a imperiosa necessidade do investimento público, porque quando um país está na crise em que está, e por maioria de razão a nossa Região também, onde não há investimento privado, nem aqui nem numa maneira geral na Europa, o investimento público é sem dúvida absolutamente necessário para a salvaguarda da economia e do emprego. Esta é uma posição muito clara do Bloco de Esquerda, que não resolve tudo, mas que é essencial.

Quanto a nós, o investimento público tem que ter regras e tem que ter prioridades claras.

Não basta haver investimento, porque há um bom e há um mau investimento. É como o Banco Novo. Há um bom e há um mau!

Quando falamos em regras e prioridades claras, falamos nestas regras e nestas prioridades, por exemplo, na manutenção e desenvolvimento dos serviços públicos como a educação, a saúde, como a segurança social.

Falamos em regras e prioridades claras na promoção do emprego, em regras e prioridades claras no lançamento de novas bases para o desenvolvimento económico do futuro da Região, em regras e prioridades claras para que o dinheiro de todos os açorianos e açorianas possa ser gasto por nós, gasto pelo Governo, possa ser reprodutivo.

Não sendo tudo, estas bases são essenciais do nosso ponto de vista e até consensuais, pensamos nós, naquilo que entendemos por um bom investimento público.

Sendo estas as bases essenciais do investimento público é evidente que ele tem que ter rigor, transparência e eficiência económica. Ou seja (disse-o e volto a repeti-lo), tem que ser reprodutivo. E ser reprodutivo não é ter mais dinheiro ou fazer mais dinheiro. Ser reprodutivo pode ser ter mais e melhor saúde, mais e melhor educação, mais e melhor segurança social, mais e melhor reprodução económica.

Tenho que trazer aqui à colação onde é que aqui reside a crítica. É que há muito investimento nesta Região que traz tudo e tem tudo menos isto.

Eu já não quero trazer aqui, mas eu não me esqueço, a antiga e célebre estrada da Fajã do Calhau...

(Risos do Deputado Artur Lima)

... que custou aos bolsos dos açorianos e açorianas um milhão e oitocentos mil euros,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Grande investimento!!!

A Oradora: ... coisa pouca, atendendo à obra.

Aliás, acho que esta obra foi tão barata em termos oficiais que o empreiteiro ou empresa que fez esta obra deveria ser privilegiado pelo Governo Regional em todas as obras públicas, porque ele fez de facto uma obra muito barata.

Não é também do nosso ponto de vista um bom investimento público, no sentido e nas características que identificámos, os 200 mil euros gastos numa festa privada (portanto, um investimento privado!), em que o artista principal convidado nem sequer tinha os Açores no seu *site*.

Nem sequer tinha nota pública de que viria aos Açores.

Deputado Francisco César (PS): Por acaso tinha!

A Oradora: Ou seja, a reprodução deste investimento poderia ser os Açores e a divulgação dos Açores, mas o artista fez questão de nem sequer dizer que vinha aqui ganhar 200 mil euros dos bolsos de todos os açorianos e açorianas. Mas entretanto há projetos culturais desta Região que não são aprovados sob o pretexto de que não há dinheiro.

Deputados Joaquim Machado e Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

A Oradora: Neste quadro, o investimento público nos Açores anda a *review* dos aspetos que consideramos essenciais.

Lembremos as derrapagens constantes nas obras públicas que correspondem a um investimento público onde o rigor e a transparência não existem e são um desbaratar de dinheiros públicos.

Os exemplos são tantos. Já os temos trazido aqui tantas vezes que não vale a pena repeti-los. São uma espécie de desvario, são uma espécie de atração pelo abismo que se repete obra a obra.

Lembremos agora um caso recente, como é o do Parque de Exposições da Terceira, atualíssimo, que é talvez o último exemplo de “elefante branco” nesta matéria.

Pese embora as múltiplas propostas feitas nesta Casa pelo Bloco de Esquerda para atacar este flagelo da nossa Democracia, parafraseando o Presidente do Tribunal de Contas que o Partido Socialista prezará com certeza tanto ou mais do que nós, perguntamos:

Que interesses se escondem por detrás da permanente oposição do Partido Socialista em atacar esta situação das derrapagens nas obras públicas?

Deputado Berto Messias (PS): Sra. Deputada, isso já foi discutido aqui várias vezes!

Deputado José Contente (PS): Isso é na Câmara do Bloco de Esquerda em Salvaterra de Magos!

A Oradora: Por outro lado, o investimento público pode ser indireto.

Deputado André Bradford (PS): Depois disso já não querem saber da República!

A Oradora: Isto é, pode haver investimento nos incentivos à formação de empresas e/ou ao seu crescimento.

Nós, Bloco de Esquerda, sempre defendemos este princípio e por maioria de razão numa região ultraperiférica como é a nossa.

Mas também nesta área os atropelos ao rigor, à transparência e à eficácia económica são por demais evidentes. Perguntamos:

Que interesses levam o Governo Regional a financiar colégios privados,...

Deputado André Bradford (PS): Outra vez?!

A Oradora: Outra vez e sempre!

... como é o caso do Colégio do Castanheiro em Ponta Delgada e do Colégio de São Francisco em Angra do Heroísmo, que são concorrentes diretos do serviço público da educação?

O Decreto Legislativo Regional que trata do ensino privado e cooperativo fala claramente em apoios quando não há concorrência mas complementação. Tenho-o aqui se for preciso lembrar e relê-lo.

E perguntar aos Srs. e às Sras. Deputadas e ao Governo Regional também, se isto não é uma lógica rentista, então eu não sei o que é o rentismo.

Agora aquilo que eu sei é que é uma lógica onde o rigor, a transparência e a eficácia económica do investimento público não está presente. E se esta lógica existe na área da educação, ela também existe, infelizmente, por exemplo na área da energia e há dois exemplos que já foram, aliás, trazidos aqui a esta Casa.

Por exemplo (o primeiro), a Companhia Açoriana de Energias Renováveis Lda. recebeu 3 milhões e 700 mil euros a fundo perdido para vender energia à EDA. Não há concurso público, não há nenhum tipo de transparência, não há nenhum tipo de rigor. Toma lá este dinheiro para vender energia à EDA.

Ou então o caso do STONGSURVIVAL, por exemplo, que, segundo dados do próprio Governo Regional, recebeu (parece que não recebeu, mas o Convergência continua a ter lá o projeto a dizer que recebeu) 6 milhões e 800 mil euros para investir (instalar) em painéis solares.

Já agora, nem vale a pena falar da Gracióllica, que é outro negócio muito pouco rigoroso, muito pouco transparente ...

Deputado José Ávila (PS): Mas é muito bom, Sra. Deputada!

A Oradora:... e de eficácia económica duvidosa.

Conclusão: esta lógica, a par das derrapagens na utilização dos dinheiros públicos para interesses pouco claros, é contrária ao rigor, à transparência e à eficácia económica que se exige no investimento público.

Para terminar, aproveitamos este debate fazendo a vontade e respondendo ao repto do Sr. Vice-Presidente do Governo Regional, no sentido de desafiar os partidos da oposição a apresentar um contributo nesta matéria, ao longo deste debate, sobre a situação do investimento público nos Açores: “apresentem contributos, não se limitem a fazer críticas”.

Tem toda a razão. Eu concordo consigo, Sr. Vice-Presidente. Então vamos dar um contributo.

Vamos desafiar o Governo Regional e se o Governo Regional não quiser responder a este desafio, o Bloco de Esquerda responderá ao seu próprio desafio através de uma iniciativa legislativa própria. O desafio é este:

Está ou não está o Governo Regional aberto a garantir e a disponibilizar anualmente, no plenário de cada mês de dezembro, a apresentação a esta Casa de um relatório individualizado de cada empresa a quem for concedidos benefícios fiscais ou ajudas de investimento, mais (calma, Sr. Presidente) a sua subsistência?

O que é que aconteceu à empresa?

É que os *sites* contam o princípio, mas nunca contam o meio, nem o fim.

Há empresas que entretanto, depois de terem o investimento público, pura e simplesmente desaparecem...

Presidente: Sra. Deputada, agradeço que termine.

A Oradora: Vou terminar, Sra. Presidente.

... e com elas desaparece o dinheiro dos açorianos e açorianas.

Portanto, nesse relatório saber o que é que aconteceu a essas empresas, qual o setor de atividade a que se dedicam, que número de trabalhadores essa empresa manteve ou contratou, qual é a sua contribuição para a diminuição das importações e para o aumento das exportações na nossa Região, entre outros fatores e outros elementos que consideramos absolutamente essenciais para saber se o investimento público feito nesta Região é bom ou é mau.

Portanto, este conjunto de dados permite analisar a justeza dos apoios,...

Presidente: Sra. Deputada, tem mesmo de terminar.

A Oradora: ... o rigor das suas prioridades, a transparência das suas opções e a eficácia económica da sua existência.

Depois estaremos todos aptos a falar no bom e no mau investimento.

O desafio fica feito, Sr. Vice-Presidente, e gostaria de obter uma resposta.

Deputado Berto Messias (PS): Damos o desconto à Sra. Deputada, porque não estava no último plenário, mas isso já foi tudo respondido na última sessão!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Luís Rendeiro.

(*) **Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Confesso que ter ouvido o Deputado Miguel Costa a falar do sucesso do tratamento de resíduos do Pico foi uma delícia, se não tivesse sido também uma tragédia.

Srs. Deputados, ouvimos aqui o Sr. Vice-Presidente do Governo a refugiar-se, como habitualmente, no discurso labiríntico dos números, que é contrastante com a realidade dos factos.

A realidade dos factos é dramática...

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Escreveu isso ontem!

O Orador: ... porque a consequência das políticas do Governo e do Partido Socialista, ao nível do investimento público e também das obras públicas, é que em vez de termos as pessoas empregadas na construção civil, essas mesmas pessoas, neste momento, estão ao abrigo dos programas de recuperação do desemprego, pagas com dinheiros públicos, em vez de estarem a trabalhar nas empresas privadas ao serviço da Região. Essa é a primeira consequência do fracasso das políticas deste Governo na área do investimento público e da construção civil.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputado Rogério Veiros (PS): O senhor vive em que país? Não é no mesmo que eu!

O Orador: E o Vice-Presidente do Governo continua sem saber qual é a diferença entre gastar e investir. Gastar já se provou que sabe. Investir, estamos à espera do retorno.

Há também uma diferença entre executar e ter retorno do investimento. Portanto, não basta falar de execuções orçamentais quando a seguir essa execução não é reprodutiva.

Vou dar aqui três exemplos concretos, de três obras que deveriam ser investimento público (investimento!) e que o Governo não consegue concretizar.

Primeira: a **Biblioteca Pública e Arquivo de Angra do Heroísmo**.

Deputado António Ventura (PSD): Muito bem!

O Orador: Esta obra foi prometida em 1997. O início da obra ocorreu em 2009. É uma obra não-terminada, e aparentemente interminável, que salta de Plano em Plano há demasiado tempo. Um escândalo, uma aberração arquitetónica e um atlas da má gestão de dinheiros públicos.

Esta obra envergonha a população da Terceira e dos Açores e deveria envergonhar também o Governo do Partido Socialista.

Deputado António Ventura (PSD): Muito bem!

O Orador: É um claro exemplo de como não se deve gerir. Inicialmente orçada em quase 13 M€, já teve cinco derrapagens nos custos, os chamados “adicionais”, que custaram mais quase 2 M€ aos açorianos. O último concurso para a empreitada de conclusão da obra mereceu investigação do Tribunal de Contas, uma vez que havia procedimentos que já estavam faturados e que voltaram a aparecer nos cadernos de encargos.

Aguardamos ansiosamente pelas conclusões do inquérito do Tribunal de Contas, que, ao que parece, já serão do conhecimento do Governo! Sr. Secretário da Educação e Cultura, pode dizer-nos quais as conclusões a que chegou o Tribunal de Contas?

O Parque Tecnológico da Ilha Terceira foi uma promessa eleitoral do Partido Socialista em 24 de setembro de 2008.

Em abril de 2009, José Contento, o então Secretário Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos, assegurava que aquele era um projecto para concretizar naquela legislatura.

A 17 de março de 2010, José Contento declara à Lusa que o Governo Regional pretendia “fundar um novo pilar da economia regional, baseado no conhecimento e na tecnologia”. Nesse sentido, a criação do Instituto de

Biotecnologia e Biomedicina dos Açores seria central no sistema científico e tecnológico regional.

No dia 6 de junho de 2011, o mesmo Secretário Regional, anuncia a instalação da ISOPOR no Parque Tecnológico da Ilha Terceira, como sendo a primeira empresa a fazê-lo e cujo objectivo seria a criação de uma unidade de produção de radioisótopos para a medicina nuclear.

Na mesma ocasião, o governante anunciou que o projecto do Parque Tecnológico da Terceira estava concluído e que avancaria em breve, representando um investimento inicial de 200 mil euros na construção das infraestruturas necessárias à instalação de empresas de ponta ligadas à Biotecnologia.

Afirmou ainda, e cito, *“já passou o tempo em que o Governo Regional financiava projectos com efeito de vitrina, ou seja, que fiquem só na estante e que não tenham aplicação prática adequada à nossa realidade”*.

A legislatura a que se referia o Secretário Regional José Contente acabou sem que alguma coisa tivesse sido concretizada na Terra-Chã, que tivesse a ver, nem que fosse remotamente, com o Parque Tecnológico da Ilha Terceira.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Está-se a ver!

O Orador: Em julho de 2013 foi anunciada a mudança da fábrica de radioisótopos para o parque “NONAGON”, na Lagoa.

Ainda antes das Eleições Autárquicas, no dia 19 de setembro de 2013, o Governo Regional, através do seu Secretário Victor Fraga, avisava que o Parque Tecnológico da Terceira ainda ia demorar a concretizar-se e que o Centro de Biotecnologia dos Açores ainda ia ter de aguardar mais alguns anos por novas instalações, prometendo, no entanto, a realização de obras nas instalações actuais.

Secretário Regional do Turismo e Transportes (Vitor Fraga): E foram feitas. Foram, foram! Vá lá ver!

O Orador: Ficou nessa data um novo compromisso: o de que as obras de construção do Parque Tecnológico da Ilha Terceira arrancariam em 2015 (as obras arrancariam em 2015!). Disse ainda que no mês de outubro desse ano

(2013) iria lançar os concursos para a elaboração dos projectos para o Parque, contradizendo o seu antecessor, que, na legislatura anterior, havia garantido que os projectos já existiam.

No dia 11 do mês de junho desse ano, foi com grande surpresa que se assistiu às declarações do deputado municipal, eleito nas listas do PS de Angra, o Professor Artur Machado, que é o responsável máximo pelo Centro de Biotecnologia dos Açores, proferidas à RTP-Açores, dizendo que, e cito, “*o processo do Parque Tecnológico da Terceira é um monumento à estupidez e à ignorância*”.

Agora, o compromisso do Governo Regional já é o de lançar o concurso, e não arrancar com as obras, no decorrer do primeiro trimestre de 2015.

Terceira obra: a construção de um novo **Laboratório Regional de Veterinária**. Foi prometida para a Ilha Terceira no ano 2000. Na época, o então responsável pela pasta da Agricultura, afirmava, no âmbito do VIII Governo Regional, que o Laboratório Regional de Veterinária seria uma realidade naquela legislatura.

O compromisso de construção de um novo Laboratório Regional de Veterinária justificava-se uma vez que, já há época, o atual Laboratório não conseguia, em equipamentos e estruturas, dar resposta às novas solicitações e imposições legais, comunitárias e nacionais, em matéria de controlo e segurança alimentar e de saúde pública.

Pretendia-se uma infraestrutura que pudesse garantir a qualidade dos produtos alimentares e conseqüente defesa do consumidor.

Os anos foram passando, os anúncios de início da obra, bem como as previsões para a sua entrada em funcionamento foram-se sucedendo tantas vezes quantos os adiamentos que se lhes seguiram.

Passaram já 14 anos desde a promessa da construção do novo Laboratório Regional de Veterinária.

Apesar do edifício já estar construído há perto de um ano, o Laboratório Regional de Veterinária ainda não se encontra em funcionamento nas novas instalações.

O Governo desculpa-se dizendo que o laboratório se encontra em fase de equipamento, mas, ao mesmo tempo, impede que os deputados visitem a obra, esconde o que se passa no interior do edifício e desrespeita a Assembleia Regional negando aos deputados a ação fiscalizadora para que foram eleitos.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: O que é que o Governo Regional tem a esconder?... O que é que o Governo Regional tem a esconder?

Por que é que os senhores recusam autorizar a visita dos deputados ao novo laboratório?

Deputado António Ventura (PSD): Muito bem!

O Orador: Estes três exemplos são marcantes. É assim que os governos socialistas tratam as obras e os investimentos públicos. Tarde, mal, com adiamentos e atrasos constantes, e sempre, sempre, com custos acrescidos para os açorianos.

Estas são obras que não se esgotam no cortar da fita no dia da inauguração. São projetos estruturantes ao nível Regional, geradores de emprego e de dinâmicas que tanto faltam nas nossas ilhas. Se o PS soubesse governar, estas eram as obras que nunca (nunca!) atrasariam.

Estas obras são precisas. Os empregos por elas gerados, direta ou indiretamente, fazem cada vez mais falta.

O setor da construção civil nos Açores precisa muito da boa obra pública.

O PS e o Governo continuam a falhar.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado André Rodrigues.

Deputado André Rodrigues (PS): Obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

De facto, o Partido Socialista tem a consciência de que esta legislatura, e durante esta legislatura, dificilmente a soma do investimento público mais a soma do investimento privado atingirão os níveis anteriores, da mesma forma que o PSD também tem essa consciência.

Essa consciência também está nos parceiros sociais (AICOPA, Câmaras de Comércio) que em reunião com o Partido Socialista, em Jornadas Parlamentares, admitiram isso mesmo.

Portanto, agora o que se pretende é que soluções e que caminho é que se poderão tomar nesta legislatura?

Aquilo que o Partido Socialista defendeu e defende é que deveria haver um redirecionamento desse investimento público para as empresas, para as famílias e para a promoção e qualificação da população açoriana, garantindo da mesma forma um conjunto de investimentos estruturantes e que são necessários ainda em muitas das nossas ilhas.

Passado este tempo, que documentos é que podemos ter para auferir se esse percurso foi executado ou não?

A execução orçamental e a execução do plano de investimento.

Nos dois verificamos que o Governo dos Açores promoveu uma gestão efetiva dos seus recursos até ao limite para, na sua execução orçamental, aumentar em 100 milhões o capital investido na sociedade açoriana, e na execução do plano de investimento aumentou 47,3 milhões de euros de investimento face ao ano de 2012.

Tendo estes resultados e tendo estes documentos sido apresentados e debatidos aqui nesta Assembleia, teremos que estar claramente conscientes de que o Governo Regional dos Açores e o Partido Socialista continuam a contribuir para o bom investimento público nos Açores e para não decepcionar os açorianos e as suas expetativas.

Muito obrigado.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Antes de irmos para intervalo vou pedir ao Sr. Secretário da Mesa o favor de anunciar os tempos restantes.

Secretário: Governo Regional – 15 minutos;

Partido Socialista – 22 minutos;

PSD – 5 minutos e 30 segundos;

CDS – 9 minutos;

O Bloco de Esquerda já não tem tempo;

PCP – 10 minutos

PPM – 10 minutos.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Regressamos ao meio-dia.

Eram 11 horas e 27 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares.

Vamos recomeçar os nossos trabalhos.

Eram 12 horas e 04 minutos.

A Mesa ainda tem várias inscrições.

Vou dar a palavra ao Sr. Deputado Humberto Melo.

Deputado Humberto Melo (PSD): Sra. Presidente, Sr. Presidente e Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

Ninguém tem dúvidas da necessidade de um novo impulso na criação efetiva e sustentada de emprego, nomeadamente para os jovens, na Região.

A nossa realidade insular e arquipelágica impele particular relevo ao investimento público para o reforço da atividade económica, quer por via dos incentivos e estímulos às empresas quer pela dinamização das políticas setoriais.

Na nossa ilha de São Miguel, onde se sentem as maiores dificuldades na área da construção civil, ao nível do desemprego e nas empresas, vejamos quatro exemplos paradigmáticos daquilo que não devia ou não deve ser o investimento público.

Primeiro, promessa eleitoral não cumprida, como foi o caso da segunda fase de Requalificação da Lagoa das Furnas. Anunciada como a resolução para os problemas ambientais de uma das mais belas e emblemáticas belezas naturais dos Açores, eis que um investimento, previsto no manifesto eleitoral, que já tinha sido adjudicado por cerca de 5 milhões de euros, deixou de estar incluído na Carta de Obras Públicas. Na gula eleitoralista não pode valer tudo! A credibilidade política exige outra atitude e outra responsabilidade!

Segundo, desfasamento entre a Carta de Obras Públicas e os trabalhos que efetivamente decorrem no terreno. **São tantas as diferenças que** seria fastidioso enumerá-las.

Pelo simbolismo e porque está em causa a circulação e a segurança de pessoas, gostava apenas de realçar a obra de correção de taludes da Estrada Regional da Ribeira Quente, prevista para o 2.º semestre de 2013, no valor de 1,7 milhões de euros, e que ainda não se vislumbra qualquer início de trabalhos...! Inclusivamente, há alguns anos atrás, o PS chegou a propor a criação de uma estrada alternativa e defendeu-a como bandeira eleitoral!

Terceiro, incentivos concedidos mas sem qualquer resultado: como no caso do Hotel Casino, anunciado com pompa e circunstância como uma mais-valia estratégica para o turismo.

Deputado Francisco César (PS): Está a ser feito!

O Orador: Está parado!

Deputado Francisco César (PS): Não está, não!

O Orador: Depois de concedidos 11 milhões de euros, de dinheiros públicos, apenas está de pé ainda um mamarracho, há mais de três anos, numa das zonas mais nobres da cidade de Ponta Delgada.

Quando o investimento público se traduz em estímulo à iniciativa privada, a sua concessão tem de ser criteriosa, objetiva e transparente.

Quarto, deficiente controlo da execução de obra, em que adjudicações sofrem agravamentos incontrolados, como aconteceu na Escola Básica e Integrada de Ponta Garça.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: Um contrato assinado por 14 milhões, quando na realidade foram gastos 24 milhões de euros, com seis sucessivos aditamentos e um adicional.

Deputado André Bradford (PS): E o Centro de Arte Moderna?

O Orador: Um imbróglio que levou o Tribunal de Contas a remeter, no ano passado, o processo para o Ministério Público, pois também foram detetados “registos de medições de trabalhos que não foram executados”. Oxalá agora que, pelo menos, os resultados escolares venham a corresponder ao investimento realizado.

Ou seja, os açorianos exigem rigor, eficácia e competência na ação do Governo.

Não basta gastar! É preciso saber preparar, hoje, o futuro!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado José Contente tem agora a palavra.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Depois da vitória de ontem!

(*) Deputado José Contente (PS): Depois do Sr. Deputado antigo...

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Só vim a este debate (e virei sempre que o entender!) porque houve algumas referências ao Parque Tecnológico da Terceira, mas também porque se falou nas obras públicas, em geral.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E vai haver mais referências!

O Orador: Há algumas contradições no discurso do PSD. Perante aquilo que supostamente seria um debate relevante, algumas irrelevâncias, para não dizer excrescências do passado,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Que é o seu caso!

O Orador: ... têm que ser devidamente erodidas com o tempo.

Em primeiro lugar, devo dizer com toda a tranquilidade (e isso tem que ser dito!) que em 1996 o Governo Regional encontrou nessa área uma Região atrasada, falida nas empresas de construção civil.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): E agora?

O Orador: Tivemos que pagar muitas coisas que vinham de trás e que não têm nada a ver com a crise de 93/95.

Deputado Bruno Belo (PSD): Acontece lá fora também! Também estão a pagar obras antigas!

O Orador: Efetivamente também houve um ciclo de obras públicas (e ainda bem que o houve!), porque havia dinheiro comunitário para que elas se realizassem e ele foi realizado.

Deputado Jorge Costa Pereira (PSD): E gastaram!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E agora não há dinheiro!

O Orador: Os Governos do Partido Socialista orgulham-se da obra que fizeram durante os anos, quer em termos de infraestruturas rodoviárias (mais de 1400 quilómetros de rede viária regional), quer em termos de portos, reparação de aeroportos...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O anel rodoviário da Ilha Graciosa ainda não conseguiram!

O Orador: ... quartéis de bombeiros e escolas. Por isso, essa obra está à vista de todos.

Aliás, há aqui uma breve, para não dizer insanável, contradição no PSD.

Eu nunca vi o PSD, durante 16 anos, reclamar menos obras...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: ... menos investimentos ou, sobretudo, situações que não eram rentáveis.

O que eu via nos Srs. Deputados, ilha a ilha, era obras, e mais obras, e mais obras.

Deputada Cláudia Cardoso e Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Por isso não faz sentido neste momento o PSD vir com o discurso da sustentabilidade, que é um conceito muito atual e muito interessante para encher a boca, mas que é vazio de conteúdo face à prática política do PSD durante 16 anos.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Por isso há aqui uma situação que tem que ser tomada também em devida em conta.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Está a dirigir-se ao Secretário das Obras Públicas?

O Orador: No ano de 2006 o Governo dos Açores mandou fazer um estudo da construção civil e chegou a conclusões que servem hoje, conclusões que diziam que o investimento público representava 53% do investimento da Região, onde estava naturalmente o Governo, as câmaras e os organismos públicos, e os outros 47% eram do investimento privado.

O que se passou, e isso está à vista de todos, é que não foi o investimento público nessa altura, nem agora, que diminuiu. É preciso ser correto.

Para ser correto, o que diminuiu foi o investimento privado, resultante do fecho do crédito da banca...

Deputado José Ávila (PS): Muito bem!

O Orador: ... e, naturalmente também, da dificuldade das autarquias que não entraram, e que não estão a entrar, neste processo devidamente.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Já foi dito aqui também, e o Governo aposta nisso, que há esperada confiança de que, ultrapassado este hiato entre os dois Quadros Comunitários de Apoio, possa ser relançado outra vez o investimento em matéria pública, mas é injusto, é irreal e não é verdadeiro dizer que a falta de investimento depende deste Governo ou dos outros governos.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Depende de situações que estão instaladas, porque há uma situação, em termos da banca, de dificuldades...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Quem é que prometeu?

O Orador: ... e os privados não investem nesses 47% que garantiam muito do emprego da construção civil, que foram as primeiras empresas a entrar em falência e na diminuição do emprego.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O senhor corresponde àquela máxima que “depois de mim virá quem de mim bom fará”!

O Orador: Por isso é preciso avaliar essa questão com serenidade e sensatez. Em relação ao Parque Tecnológico da Terceira devo dizer que o último Governo Regional de Carlos César deixou aprovado na Câmara Municipal de Angra do Heroísmo o projeto de loteamento do Parque Tecnológico da Ilha Terceira.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ainda vamos ter umas primárias aqui!

O Orador: Entretanto também fizemos aquilo que era devido nessa altura. O Professor, chamado Antranikian, Presidente do Instituto Universitário de Hamburgo, esteve na Terceira, reuniu com todos os centros de investigação e foi feito um *layout* para o Parque Tecnológico da Terceira, baseado em critérios de aproveitamento do Parque, mas também nas potencialidades científicas e tecnológicas, no futuro.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Quem é que era Presidente da Câmara de Angra?

O Orador: A questão que ficou em transição no Parque Tecnológico da Terceira...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Quem é que era Presidente da Câmara de Angra?

O Orador: Não me desvia a atenção, porque eu não me incomodo com apartes.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Deputados João Bruto da Costa e Luís Rendeiro (PSD): Nota-se!

Deputado Joaquim Machado (PS): Mas há quem se importe!

O Orador: É preciso que se saiba que o rigor dos factos representa o seguinte: Foi o Governo dos Açores do Partido Socialista que projetou...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Qual deles?

O Orador: ... e fez o Parque Tecnológico de São Miguel, que está em continuidade neste Governo do Partido Socialista, e por isso talvez vos incomode tanto também esta fase.

Foi o Governo do Partido Socialista que projetou o Parque Tecnológico da Terceira e é quem o vai fazer...

Deputado Luís Garcia (PSD): E no Faial?

Deputado Luís Rendeiro (PSD): E vai fazer, eventualmente!

O Orador: ... e os senhores nessa matéria só criticam o facto de haver um mês de atraso,...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Anos!

O Orador: ... seis meses de atraso.

Não têm de facto nenhum pensamento estratégico para as obras públicas regionais, como nunca tiveram em 16 anos.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Limitaram-se sempre a ver o que estava feito.

Srs. Deputados, vou terminar lembrando também algumas excrescências do passado.

Hoje, aqui, já se falou muito em derrapagens de obras públicas.

Deputado Bruno Belo (PSD): Está a querer marcar uma posição também!

O Orador: Muita excrescência de obra pública.

Eu vou só dar três exemplos para vermos a diferença entre o que são derrapagens.

Em 1988, antes da crise...

Deputado Luís Maurício (PSD): Não está falar das Portas do Mar?

O Orador: Não! Mas estou a falar da avenida marginal de Ponta Delgada, na primeira e na segunda fase, que foi adjudicada (pode ser constantes ou correntes, se quiserem eu tenho os dados aqui) a preços correntes por 16,3 milhões de euros. Trabalhos a mais, 4,7 milhões.

Deputado Jorge Costa Pereira (PSD): Mas se isso estava mal, por que é que fazem igual?

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Não! Fazemos diferente...

Deputado Luís Maurício (PSD): Fazem pior!

O Orador: ... porque a primeira e a segunda fase da avenida marginal tiveram, cada uma delas, 37% de trabalhos a mais.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E as Portas do Mar?

O Orador: Mas mais. A obra da Urzelina/Manadas, que foi adjudicada por 2,8 milhões de euros, teve trabalhos a mais de 2,7 milhões de euros e teve um total de derrapagem de 3,9 milhões de euros, ou seja, estamos a falar de 97,8% de trabalhos a mais e de uma derrapagem de 138%. Esse é que é o vosso tempo.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado Luís Maurício (PSD): Isso é nas Portas do Mar!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): “Depois de mim virá quem de mim bom fará!”

Presidente: Srs. Deputados, vamos continuar as nossas intervenções.

Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira. Alerto que tem apenas dois minutos, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Jorge Costa Pereira (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

“Compromisso eleitoral assumido pelo PS é compromisso para cumprir pelo Governo na legislatura”. Ouvi isto várias vezes, dito na Comissão, pelo Sr. Secretário Regional dos Transportes, Turismo e Obras Públicas.

Neste contexto, a Carta Regional de Obras Públicas deverá ser a inclusão desses compromissos eleitorais assumidos.

No caso da Ilha do Faial, Sr. Secretário, que tem estado mudo num debate que lhe diz diretamente respeito,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... o Governo Regional já assumiu que foi um lapso a não inclusão na Carta Regional de Obras Públicas da construção do novo matadouro da Ilha do Faial.

A questão que gostava de colocar ao Governo Regional é muito simples.

A construção do edifício Polivalente da Feteira não está na Carta Regional de Obras Públicas. É um lapso?

A construção de um edifício para a zona norte da Ilha do Faial possuir um Centro de Convívio de Idosos, um Centro de Noite e um ATL, também não está na CROP. O Governo Regional pode informar os Srs. Deputados se isto é um lapso?

A construção do campo de golfe do Faial não está na CROP. É um lapso?

Estes e outros compromissos eleitorais do Partido Socialista no Faial são compromissos para cumprir ou para não cumprir?

Mas, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, infelizmente em relação aos investimentos no Faial não é preciso recuar às promessas eleitorais do PS de 2012, ou ainda a outras mais atrasadas que se perderam na voragem do tempo.

Recuemos apenas ao passado mês de maio, quando o Secretário Regional da Educação, a Secretária Regional da Solidariedade Social, o Secretário Regional da Saúde, assumiram compromissos com o Movimento de Pais para a Inclusão e com a APADIF, no sentido de dar uma resposta prática e rápida às queixas dos pais contra as questões e as dificuldades da inclusão dos seus filhos no ensino no Faial.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Onde isto já vai!

Presidente: Sr. Deputado, agradeço que termine.

O Orador: Terminou já, Sra. Presidente.

Só para dizer que ontem, ao final do dia, todos pudemos ouvir na entrada desta Assembleia, as justas queixas do Presidente da APADIF...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): “As justas!”

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah disse, disse!

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Disse, disse. Agora se são justas ou não, já não sabemos!

O Orador: ... de que tudo o que lhes foi prometido está por fazer e estamos apenas a falar de promessas que têm a ver com o investimento público nas pessoas, feitas no passado mês de maio.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado José Ávila tem agora a palavra.

(*) Deputado José Ávila (PS): Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu não estava para intervir neste debate, mas como vieram as questões de ilha, sou obrigado também a dar alguns...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Por causa daquela fotografia, não é?

O Orador: ... esclarecimentos sobre alguns assuntos que foram aqui focados.

Relativamente à questão da Graciosa, já sabemos que nos últimos anos os Governos do Partido Socialista mudaram aquela ilha para melhor, com investimentos para as pessoas. Isso é inegável.

Aquela ilha foi dotada de infraestruturas básicas que há muito deviam ter sido construídas durante todos estes anos, nomeadamente nos anos de governação do Partido Social Democrata.

Além disso, o Governo chegou-se à frente em equipamentos que deviam ser feitos por privados ou até mesmo pelas autarquias.

Deu-se um novo alento às pescas, à agricultura e também iniciamos com a atividade do turismo naquela ilha, que não valia nada até há relativamente pouco tempo.

Sabemos que nem tudo está feito e também sabemos que nem tudo foi bem feito, porque aqueles que esquecem os seus erros, estão condenados a repeti-los. Foi aqui levantada a questão do cumprimento das promessas eleitorais. Esta é uma questão muito sensível, porque vêm aqui algumas pessoas pedir contas ao Governo a meio do seu mandato.

Dou um conselho: esperem por 2016 e aí exijam ao Governo a prestação de contas sobre os seus contratos eleitorais por todas estas ilhas dos Açores.

Foram levantadas aqui algumas questões relativamente à Graciosa.

Eu já ando nisto há alguns anos. Queria dizer que em 2004, olhamos para os nossos compromissos eleitorais e verificamos que foram cumpridos a 100%. Faltaram três questões que foram resolvidas um pouco mais tarde, no ano seguinte.

Em 2004/2008, conseguimos um nível de cumprimento na ordem dos 91% e em 2008/2012 andámos por volta dos 90%.

Portanto, quando se faz passar a ideia que o Governo Regional dos Açores não cumpre os seus compromissos eleitorais para com os graciosenses, é perfeitamente errado.

Relativamente às questões que são aqui faladas, que o PSD vem pedir mais investimento público para a Graciosa, como faz também para outras ilhas, queria referir aqui uma questão que é muito importante.

Há determinados investimentos que o Governo tem feito ou já fez, que sofrem uma grande oposição da oposição (e desculpem a força de expressão). Por exemplo, estou a lembrar-me do museu que só foi construído com muita teimosia por parte do Governo. Desculpem usar esta palavra, mas é verdade. Houve muita insistência por parte do Governo para construir o museu que é uma estrutura moderna e importante e os resultados estão à vista.

Se fosse pelo PSD esta estrutura não tinha sido construída.

Relativamente a outros investimentos autárquicos, como é o caso da Praça Fontes Pereira de Melo, etc., (podíamos falar aqui em referendos que o PSD pedia)...

Deputado Luís Garcia (PSD): Isso é para a Assembleia Municipal, Sr. Deputado!

O Orador: ... temos um PSD que tenta sempre empatar o investimento público naquela ilha. Tentou sempre empatar!

Agora, vêm aqui a este plenário exigir aos nossos governantes mais investimento público.

Relativamente a três questões que foram aqui levantadas.

A estrada Limeira/Porto Afonso não foi falada pelo Sr. Deputado, mas como sabe houve uma opção de não construir na legislatura anterior. Vai ser construída este ano.

É uma estrutura rodoviária que nos faz falta e que vai ter o seu fim durante esta legislatura.

A questão do matadouro. O senhor falou do matadouro como se não soubesse da história, mas o senhor sabe a história toda.

O senhor sabe que a Associação de Agricultores pediu ao Governo para não construir no atual matadouro.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ó senhor, isso já lá vai!

O Orador: Se pediu ao Governo para não construir naquela altura, o Governo respondeu...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Foi apresentado o projeto do matadouro em 2012!

O Orador: Sr. Deputado, ouça! Ouça, senão assim não nos entendemos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Diga a verdade!

O Orador: O Governo Regional informou os agricultores que não podia construir na legislatura anterior. E foi assumido que essa estrutura seria construída nesta legislatura.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Em 2012 foi apresentado o novo projeto!

O Orador: A legislatura, que eu saiba, acaba em 2016 e há de ser construída e o senhor há de ser convidado para essa inauguração.

Relativamente à questão da Marina da Barra o Sr. Deputado também sabe que o cartaz foi posto, de facto, em 2012, mas esta legislatura, que eu saiba, termina em 2016.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não, não! O senhor disse que estava avançado!

O Orador: Se o senhor chegar a 2016 e este Governo não tiver feito essa obra, o senhor pode vir aqui pedir explicações. É só isso que o senhor tem a fazer. Agora não peça é ao Governo que cumpra em dois anos aquilo que programou para quatro.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Só falhou, foi numa legislatura. Houve aí uma legislatura esquecida pelo meio!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Vice-Presidente tem agora a palavra.

(*) Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Começando pelo repto lançado pela Sra. Deputada Zuraída Soares ou pela proposta apresentada pela Sra. Deputada Zuraída.

Como deve ter conhecimento, aprovámos recentemente nesta Assembleia aquilo que o seu assessor teve oportunidade de lhe entregar há poucos minutos. Para lhe alertar que isso já estava aprovado e sei que a Sra. Deputada leu já o artigo 21.º do diploma e com certeza dirá que, apesar disto que está, o que quer é ir um pouco mais além daquilo que aprovou.

Deputada Zuraída Soares (BE): Exatamente!

O Orador: Quero dizer-lhe que aquando da discussão recente nesta Assembleia deste mesmo artigo, teria tido a oportunidade de, na especialidade, acrescentar aquilo que...

Deputada Zuraida Soares (BE): Nunca é tarde demais!

O Orador: Exato. Porque nunca é tarde demais.

Quero dizer-lhe precisamente, Sra. Deputada, que o artigo 21.º do nosso sistema de incentivos Competir +, que foi publicado recentemente no Diário da República e aqui aprovado nesta Assembleia, prevê, na essência, aquilo que a senhora propõe, ou seja, que até ao dia 31 de março do ano seguinte seja publicado no portal do Governo todas as informações em relação a todos os apoios atribuídos no âmbito dos sistemas de incentivos e a informação da conclusão ou não desses mesmos investimentos, responderá na generalidade ao seu objetivo.

Ou seja, aquilo que a senhora propôs já está em vigor por um diploma desta Casa.

A Sra. Deputada pretende agora, pouco tempo depois disto estar aprovado e na altura não o tendo feito, acrescentar algo mais.

Quero dizer-lhe que da nossa parte estamos sempre disponíveis para aperfeiçoar o diploma.

Deputada Zuraida Soares (BE): Isso acontece a todos! Até mesmo ao Governo!

O Orador: Se tivesse sido há dois meses, teria tido esta oportunidade. Assim não entendeu, está no seu direito, mas cá estaremos para também corresponder a essa análise e a esse alerta que entretanto também lhe fizeram chegar, e bem, por parte das pessoas que a apoiam.

Deputada Zuraida Soares (BE): O SIS está a funcionar nesta Casa!

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Não! É só o que falta!

O Orador: Mas vamos à questão também essencial.

O PSD pretendeu fazer neste momento uma avaliação do cumprimento dos nossos compromissos para uma legislatura, ou porque tem a convicção que nós, como sempre, iremos cumprir os nossos compromissos. Portanto, a única

maneira de dizer que não estão a ser cumpridos é avaliá-los dois anos e meio antes do tempo que temos para os cumprir.

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Muito bem!

O Orador: É uma forma de fazer política. É uma forma legítima.

Agora, o que não se pode deixar passar em claro é a incoerência total do PSD.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Dei exemplos com mais de 10 anos!

O Orador: O mesmo partido que disse, que comunicou oficialmente para Bruxelas que a partir de 2014 achava que em Portugal, incluindo os Açores, não se devia investir mais em estradas, em escolas, em infraestruturas desportivas, em infraestruturas culturais (e vejam!) inclusivamente em marinas, vem agora reclamar que se faça nos Açores...

Deputado José Ávila (PS): Muito bem!

O Orador: ... as obras que os senhores disseram por escrito que Portugal e os Açores tinham a mais.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado Berto Messias (PS): Organizem-se! Organizem-se!

O Orador: Mas tirando essas questões, que são essenciais, vamos ao que efetivamente nos interessa.

A conclusão que esperamos que aconteça, como tive oportunidade de o dizer, até ao final deste mês de setembro ou durante o mês de outubro, da regulamentação do Programa Operacional para os Açores, do próximo Quadro Comunitário de Apoio, irá definir as balizas concretas onde se pode enquadrar o investimento público na Região, financiado por fundos comunitários neste mesmo período.

É fundamental que esse trabalho esteja concluído, seja claro para todas as áreas participadas, os montantes de participação afetos a cada área e consequentemente também as ilegibilidades que irão ocorrer.

É o trabalho que estamos a desenvolver.

Quero dizer-vos agora (em articulação com o Governo da República, que neste momento tem uma posição sobre essas matérias curiosamente diferente daquela que tinha no passado) que esse trabalho que estamos a fazer pretendemos que esteja concluído o mais rapidamente possível para que possamos, isso sim, e após esse trabalho, poder ajustar todo o nosso planeamento de execução de investimento público às do enquadramento que ficar definido neste quadro regulamentar de financiamento comunitário.

Por isso, também quero dizer-vos que após esse processo foram dadas instruções à equipa que está não só a acompanhar como a monitorizar a Carta Regional das Obras Públicas, para fazer, na sequência da clarificação do próximo Quadro Comunitário de Apoio, um trabalho de atualização da Carta Regional das Obras Públicas...

Deputado Luís Garcia (PSD): Está prometido há meses!

O Orador: ... que esperamos que esteja concluído até ao final deste ano.

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Muito bem!

O Orador: Essencialmente o que é preciso assumir sobre esta matéria é que o Governo dos Açores assume os seus compromissos com frontalidade.

No final da avaliação desta legislatura, cá estaremos para dizer aos açorianos com orgulho o que fizemos,...

Deputado Luís Garcia (PSD): Vamos ver se no final dessa carta vão vir esses investimentos todos!

O Orador: ... para dizer aos açorianos aquilo que não conseguimos fazer e para justificar aos açorianos por que é que não conseguimos fazer aquilo que inicialmente tínhamos previsto fazer. E também para apontar aquilo que inicialmente não tínhamos previsto fazer e que conseguimos fazer.

Caberá, no final, aos açorianos a avaliação deste nosso trabalho.

Como sempre, com rigor, com frontalidade e com verdade, cá estaremos a ser avaliados pelos açorianos que continuarão, com certeza, a confiar no nosso trabalho como tem feito até agora.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

O Sr. Deputado João Bruto da Costa pediu a palavra para uma interpelação. Tem dois minutos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente e Membros do Governo:

Apenas para interpelar a Mesa no seguinte sentido.

Para a Sra. Presidente poder esclarecer o Sr. Vice-Presidente que o PSD não está a exigir novas obras. Está a exigir o cumprimento daqueles compromissos que foram assumidos e que não estão a ser cumpridos.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Isso é uma interpelação à Mesa?

Presidente: Sr. Deputado...

O Orador: Queria também informar à Sra. Presidente que vou fazer o favor de fornecer à bancada do PS e do Governo, nomeadamente ao Sr. Deputado José Ávila e Ricardo Ramalho, que pelos vistos não têm o Programa Eleitoral do PS em 2008...

Presidente: Sr. Deputado...

O Orador: ... onde constava estudar e construir um porto de recreio.

A legislatura é outra, não é esta.

Deputado Rogério Veiros (PS): Isso é uma intervenção, não uma interpelação!

Presidente: Sr. Deputado João Bruto da Costa...

O Orador: Também fornecer aos Srs. Deputados do PS a Carta Regional de Obras Públicas...

Presidente: Sr. Deputado João Bruto da Costa...

O Orador: ... que tem para o primeiro semestre de 2013 a Marina da Barra.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado João Bruto da Costa, apesar de não me ter dado atenção quando lhe chamei a primeira vez, o senhor sabe perfeitamente que isso não foi uma interpelação e, tal como ontem, volto a apelar a todas as bancadas

que não devem usar as figuras regimentais para ultrapassar o obstáculo de não disporem de tempo para intervir.

Fica registado, Sr. Deputado.

Deputado André Bradford (PS): Ainda estamos à espera das declarações do Vital Moreira, Sr. Deputado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sra. Presidente, apenas para dizer que vou fornecer à Mesa a informação para ser distribuída. Portanto, para esclarecer o documento que estou a fornecer.

Muito obrigado.

Presidente: Agora, sim, Sr. Deputado, a Mesa regista a sua informação e irá fazer distribuir os documentos assim que eles entrarem na Mesa

Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos continuar o nosso debate. Está inscrito o Sr. Deputado António Parreira. Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado António Parreira (PS):** Obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Luís Rendeiro, depois da excelente intervenção e das explicações do Sr. Vice-Presidente, eu, sinceramente, esperava mais da sua intervenção.

O senhor falou muito, mas na verdade não disse nada. Aliás, já é seu hábito falar assim.

Vou dar-vos aqui um exemplo:

Antes das obras se iniciarem os senhores falam de betão a mais.

Dou exemplos de várias obras:

A via rápida. O Sr. Deputado António Ventura, que está a olhar para mim, tanto falou, tanto criticou (betão... betão...). Agora faz precisamente o contrário, ou até aproveita para estar calado como está agora.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: No decorrer da obra, normalmente sem saber bem porquê, criticam a obra no meio da obra.

No final da obra, depois da obra pronta, a obra nunca está bem ou pelo menos não está como os senhores achavam que devia estar. Vejam só!...

Relativamente às obras que o senhor aqui apontou, elas fazem parte do manifesto eleitoral do Partido Socialista pela Terceira e certamente ficarão concluídas.

Além disso, e dou-lhe aqui vários exemplos, os senhores já fizeram vários requerimentos para as mesmas obras e já foram explicados.

Posso falar aqui da obra do Laboratório Regional de Veterinária, da qual o senhor falou. Se vir no manifesto do PS/Terceira, está bem claro: “concluir e potenciar o Laboratório Regional de Veterinária com equipamento inovador, constituindo como um garante da qualidade e de segurança alimentar das nossas produções para o séc. XXI”.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Os senhores já andam a dizer isso há 14 anos!

O Orador: Não é verdade que é há 14 anos.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): O senhor ainda era do PSD quando andavam a dizer isso!

O Orador: Não é verdade, não senhor. A obra foi começada na legislatura passada e vai ser concluída nesta legislatura.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: No fundo, bem no fundo, a vossa preocupação não são as obras, nem os investimentos. A vossa preocupação é o poder. Essa é que é a verdadeira razão.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: E o poder, Sr. Deputado Luís Rendeiro, conquista-se com trabalho, com verdade, com realismo e com crítica sim senhor, mas crítica construtiva, não aquilo que o senhor faz para os jornais dia a dia.

Deputado André Rodrigues (PS): Muito bem!

O Orador: Mas isso o senhor ainda não aprendeu. O senhor é novo, há de chegar lá.

O senhor veja os seus resultados eleitorais e há de perceber do que é que fala e quais são os resultados.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Aníbal Piros.

(*) Deputado Aníbal Piros (PCP): Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A Representação Parlamentar do PCP regista dois factos na análise que está a fazer da observação deste debate e antes de dar também um contributo.

Esses dois factos prendem-se, o primeiro, com o afunilamento feito pelo PSD e pelo PS do tema do debate, o que de algum modo demonstra bem a semelhança entre os dois partidos,...

Deputado Manuel Pereira (PS): Não apoiado!

O Orador: ... ou não fossem estes dois partidos de inspiração social democrata.

Aliás, o PS e o PSD demonstraram aqui uma autêntica vocação para as obras públicas e para as empreitadas, para ver quem faz mais ou faz menos obra.

Há um outro facto que gostaria de registar e saudar com esse registo a intervenção do Deputado Félix Rodrigues e da Deputada Zuraida Soares que, de facto, introduziram aqui, ou recentraram, o debate naquilo que é fundamental: investimento público tem havido muito.

E os impactos desse investimento público? Quais foram os impactos desse investimento público, ou quais são os impactos desse investimento público, nos destinatários?

O investimento público só faz sentido se melhorar a qualidade de vida e o bem-estar dos cidadãos, o bem-estar e a qualidade de vida do povo açoriano, porque

este, sim, é o verdadeiro objeto do investimento público. Estar a fazer investimento público que não é reprodutivo, que não cria impactos positivos na qualidade de vida e no bem-estar do povo açoriano é, digamos, como deitar dinheiro ao mar.

A verdade é que a Representação Parlamentar do PCP reconhece que efetivamente tem havido um grande esforço no investimento público e que o investimento público é muito importante numa Região com as características como a nossa, não só, mas particularmente numa Região como a nossa.

Reconhecendo esse facto, e não pondo em causa que há um grande esforço no investimento público, não vamos cobrar agora, nem nunca, o cumprimento ou não de algumas obras anunciadas no Programa do Governo, até porque algumas delas não fazem falta nenhuma e se não forem feitas é dinheiro que se poupa.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Quais?

O Orador: Quais?! Olhe, uma que está a ser feita em Ponta Delgada, que se calhar V. Exa. desconhece, mas que não deveria ser feita, porque são para aí 12 milhões de euros.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Mas qual é?

O Orador: Toda a gente sabe da obra que eu estou a falar, Sr. Deputado.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): O Sr. Deputado tem medo de dizer qual é?

O Orador: Não!... Não!

O senhor acha que eu tenho medo de alguma coisa?

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Acho!

O Orador: Está enganado! Muito menos da bancada do Partido Social Democrata. Aceito qualquer desafio. Estou sozinho, mas aceito qualquer desafio desses 20 corpos inanimados que por aí estão.

(Risos da câmara)

Portanto, Sr. Deputado, é muito claro. Já que quer saber, e sobretudo pelo respeito que tenho pelo Deputado Paulo Estêvão que desconhece qual é a obra,

é o Centro de Saúde de Ponta Delgada, por exemplo. É uma obra que está a ser construída de raiz...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Muito obrigado, Sr. Deputado!

O Orador: ... e que valia mais fazer outro tipo de aproveitamento desse investimento.

Está esclarecido?

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Muito obrigado, Sr. Deputado!

O Orador: A avaliação que a Representação Parlamentar do PCP faz daquilo que tem sido o investimento público na Região é negativa. É negativa por quê? É fundada não na subjetividade de uma apreciação política, mas em dados muito objetivos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Na Festa do Avante é tudo pago a preço de ouro!

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires...

O Orador: Temos que fazer alguma rendazinha.

Presidente: Tem que continuar a sua intervenção, Sr. Deputado.

O Orador: Muito obrigado, Sra. Presidente.

A avaliação que fazemos, Sr. Vice-Presidente, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo, é negativa. É negativa por quê? E não há aqui nenhuma carga de subjetividade numa análise política leviana.

Se compararmos o volume do investimento público feito nos Açores desde os primórdios da autonomia, ou nos últimos 20, ou nos últimos 10, como quiserem, é de facto um volume substantivo de investimento público que foi feito e que era necessário ser feito.

Mas agora, se compararmos esse volume de investimento público com os indicadores sociais e económicos que se verificam atualmente na Região verificamos que esse investimento público não se relaciona diretamente com a elevação da qualidade de vida e do bem-estar dos açorianos.

Hoje, temos um número de cidadãos beneficiários do Rendimento Social de Inserção superior à média nacional.

Temos, hoje, uma taxa de desemprego muito elevada, elevadíssima.

Hoje, temos os trabalhadores açorianos do setor privado a ganhar em média menos quase 100 euros do que a média dos trabalhadores do continente.

E outros exemplos poderíamos aqui trazer, mas penso que estes são os suficientes para se perceber que o investimento público que tem sido feito, ou melhor, a forma como o investimento público tem sido feito, isto é, as opções políticas dos sucessivos Governos da Região, não têm sido as mais corretas, porque não são traduzidas em bem-estar e qualidade de vida do povo açoriano.

É necessário não só fazer esta avaliação e esta reflexão, mas sobretudo tirar daqui as ilações de modo a que se possa corrigir algum tipo de investimento público que é feito e que não é reprodutivo. E quando não é reprodutivo é porque não gera riqueza, não gera emprego, não gera bem-estar e elevação da qualidade de vida do povo açoriano e é para isso que nós trabalhamos.

O Governo Regional tem de fazer essa avaliação e tem de fazer uma inflexão naquilo que tem sido as suas opções políticas, se efetivamente quer que o investimento público seja um investimento público de qualidade e reprodutivo.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Lúcio Rodrigues.

(*) **Deputado Lúcio Rodrigues (PS):** Obrigado, Sra. Presidente. Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Vim ao debate no sentido da intervenção do caro amigo Sr. Deputado Jorge Costa Pereira que, com as suas questões que considera pertinentes, acho que da parte da bancada do Partido Socialista há que haver um breve esclarecimento.

Penso que o Sr. Deputado acabou a sua intervenção a fazer uma pergunta (e alegou a questão dos manifestos eleitorais do Partido Socialista): se os compromissos feitos pelo Partido Socialista nas últimas eleições eram para cumprir.

Colocou aqui algumas questões que me parece importante esclarecer.

Falava, por exemplo, do Matadouro da Ilha do Faial, onde não se percebe essa questão, visto que o Sr. Secretário da Agricultura e Ambiente já o disse em

Comissão, mas vou voltar a referenciar. Foi um lapso o matadouro, como o senhor disse, não estar na Carta das Obras Públicas, mas é para avançar.

O projeto está a ser concretizado e é para avançar em 2015.

Relativamente ao Polivalente da Feteira, não sei se estive no Dia da Freguesia da Feteira. Como sabe, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Feteira, que por acaso até é do seu partido, meu caro amigo Eduardo Pereira, disse lá que desta vez é que era e o processo ia avançar.

Gostava só de recapitular o seguinte:

Já com a Sra. Secretária Andreia Cardoso houve uma reunião com o Sr. Presidente da Câmara no sentido de reforçar os compromissos que tinham sido assumidos.

Como sabe, já há um contrato assinado no valor de 85 mil euros para aquisição de terrenos e da casa onde será construído o Polivalente da Feteira. Aliás, todas as instituições da Feteira envolvidas no processo, quer a Casa do Povo, quer a Junta de Freguesia, quer a Câmara Municipal, estão dentro do assunto e estão a gerir o processo que, como sabe, está a ser liderado pela Câmara Municipal da Horta. O Sr. Vereador Luís Garcia com certeza poderá esclarecê-lo nesse sentido.

Deputado Luís Garcia (PSD): Coloque na Carta. Para que é que serve a Carta?

O Orador: Relativamente aos compromissos que eram para cumprir, eu podia perder aqui uma infinidade de tempo para falar sobre os investimentos públicos que foram feitos no Faial. Aliás, todos nós, todos os faialenses sabem o investimento que os Governos do Partido Socialista fizeram no Faial. Podia elencar uma série deles, mas vou só falar dos últimos. O último foi o Bloco C do Hospital da Horta.

Deputado Luís Garcia (PSD): Sem médicos!

Secretário Regional da Saúde (Luís Cabral): Sem médicos?!

Deputado Luís Garcia (PSD): É verdade!

O Orador: Interessante! Os Srs. Deputados costumam ir às inaugurações, costumam ver a obra que está lá feita e depois esquecem-se de reforçar aqui.

A verdade é que quando está feito, é porque está feito e veio tarde; quando não se faz, é porque não se faz.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O Bloco C tem 16 anos!

O Orador: Mas os compromissos foram realizados: o Hospital da Horta; a Escola Básica e Integrada, que será inaugurada domingo; podíamos falar da creche dos Flamengos, dos Centros de Dia, dos Centros de Noite. Tudo obras recentes...

Deputado Luís Garcia (PSD): Fazer obras públicas é fácil, meter recursos humanos e equipamentos é que é mais difícil!

O Orador: ... que deram emprego na Ilha do Faial, que reforçaram a questão social, premente, com esta crise que todos sofremos, mas os senhores esquecem-se de referenciar.

Isso não faz sentido.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: É preciso vir aqui falar sobre o que falta fazer,...

Deputado Luís Garcia (PSD): Faltam especialistas!

O Orador: ... mas é preciso falar daquilo que está a ser feito e é preciso dizer aquilo que é a realidade.

Os faialenses sabem disso. Sabem o que é que foi feito nos últimos 10 anos nesta terra.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Toda a gente ou qualquer faialense é esclarecido quanto a isso.

Aliás, os resultados eleitorais têm sido bem esclarecedores.

Mas gostava de acabar falando em algo que me parece que não é para este debate, mas gostava de falar sobre isso, que é relativamente à questão da APADIF.

A APADIF é uma associação que todos nos revemos nela. Esta é que é a verdade: todos nos revemos na APADIF e todos estamos solidários com a APADIF.

Aliás, os Deputados do Partido Socialista do Faial têm mantido reuniões bastante prolongadas...

Deputado Luís Garcia (PSD): Sem resultados!

O Orador: ... ouvindo e tentando resolver os problemas daquela associação.

A verdade tem que ser dita nesta Casa.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Notam-se que foram reuniões muito produtivas!

O Orador: Relativamente, por exemplo, à saúde.

Com este Conselho de Administração do Hospital da Horta, que tem feito (e aproveito para reforçá-lo aqui) um excelente trabalho, a APADIF tem sido ouvida,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Limitou-se a ouvir!

O Orador: ... têm sido ouvidas as suas dificuldades e têm sido resolvidas.

Deputado Luís Garcia (PSD): Esperemos que sim!

O Orador: Há mais um terapeuta da fala, será enviada uma enfermeira para ser...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Está-se a ver o respeito que têm por eles. Ouviu-se ontem pelo discurso do Presidente da APADIF!

O Orador: Sr. Deputado Luís Garcia...

Eu já disse uma vez aqui que para a questão da azia, uma maçã verde resolve os problemas. É uma coisa tão simples de fazer.

Custa ouvir as verdades, mas a verdade é esta.

Relativamente à questão do ensino nós estamos cá. Estes Secretários estão cá, estiveram lá em baixo ontem, ouviram as questões que foram lá colocadas e os problemas serão resolvidos.

A diferença entre nós e vocês é esta: é que nós resolvemos,...

Deputado Luís Garcia (PSD): Têm a obrigação!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Parole! Parole!

O Orador: ... vocês apenas criticam, criticam e criticam.

(Aplauso dos Deputados da bancada do PS e de alguns Membros do Governo)

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Houve três secretários que não aplaudiram. Veja se adivinha!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão pede a palavra para?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Para solicitar um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: É regimental. Vamos ter que interromper agora os nossos trabalhos para almoço, mas vou pedir ao Sr. Secretário da Mesa o favor de anunciar os tempos restantes para a continuação do debate da parte da tarde.

Secretário: Governo Regional – 8 minutos e 50 segundos;

PS – 1 minuto e 30 segundos;

O PSD já não tem tempo;

CDS-PP – 9 minutos;

O Bloco de Esquerda também já não tem tempo;

PCP – 2 minutos;

PPM – 10 minutos.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Bom almoço para todos. Regressamos às 15H00.

Eram 12 horas e 51 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos recomeçar os nossos trabalhos.

Eram 15 horas e 09 minutos.

Continuamos com o ponto um da nossa Agenda, o debate de urgência.

Estava inscrito o Sr. Deputado Paulo Estêvão. Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

Esteve em análise no âmbito da discussão do investimento público nos Açores aquele que tem vindo a ser o papel desempenhado pelo Governo Regional nesta matéria.

Devo dizer que parto da seguinte premissa. Parto da premissa de que o investimento público é essencial do ponto de vista de introduzir justiça nas questões sociais: igualdade de oportunidades, melhorar os serviços de âmbito social, nomeadamente em áreas como a saúde e a educação.

Considero também que o investimento público é fundamental para promover o crescimento económico e que esse investimento público, nesse âmbito, deve ser inteligente, deve ser racional e deve ter sempre uma componente lógica absolutamente fundamental.

Considero que olhando para estas duas vertentes, a vertente do crescimento económico e a vertente social nos Açores, a que temos que juntar, no caso específico dos Açores, também a componente do equilíbrio territorial entre as diversas ilhas, o Governo Regional tem falhado em toda a linha, porque do ponto de vista daquelas que são as questões económicas (o crescimento económico), o que temos verificado é que esse crescimento económico, esse aumento da capacidade de uma Região com as potencialidades tão vastas como tem os Açores, não têm sucedido.

Do ponto de vista de todos os indicadores económicos a Região ocupa hoje os últimos lugares no contexto do país e no contexto europeu.

Para muitos decisores europeus é difícil compreender que, com uma ajuda tão substancial ao longo destes anos, essas políticas de fomento económico não tenham obtido resultados palpáveis, muito pelo contrário. A Região Autónoma dos Açores, ao fim de todos estes anos de ajuda financeira por parte da União Europeia continua a apresentar resultados muito abaixo das nossas capacidades e das expectativas legítimas do povo dos Açores.

Do ponto de vista social temos que fazer uma análise. Não há aqui tempo para fazer uma abordagem temática, ponto a ponto. Vou centrar-me em duas áreas: a área da educação e a área da saúde.

Na área da educação temos, neste momento, o sistema educativo europeu que obtém os piores resultados.

Depois de tanto investimento público o que os açorianos exigem é que este sistema educativo tivesse hoje um patamar de excelência.

O que verificamos é que, pelo contrário, as estatísticas demonstram, através dos resultados que são alcançados no âmbito de exames nacionais e de provas internacionais comparativas, que este investimento não corresponde em nada àquelas que são as expetativas e ao investimento que foi realizado no sistema educativo açoriano.

Isso significa que este investimento foi errado, teve premissas erradas e está muito longe de ter obtido os resultados que são exigíveis com um esforço tão grande por parte da Região Autónoma dos Açores.

Do ponto de vista da saúde temos hoje um conjunto muito alargado de açorianos que não tem acesso aos cuidados de saúde de uma forma regular, que não tem acesso aos cuidados de saúde do ponto de vista das suas capacidades económicas e do ponto de vista da sua mobilidade para questões mais complexas.

Hoje, temos vindo a assistir a uma degradação progressiva de um sistema de saúde na Região Autónoma dos Açores que, ainda por cima, acumula uma dívida colossal.

Portanto, nas áreas sociais e na área do desenvolvimento económico, este investimento público nos Açores não tem obtido resultados.

Devo dizer, feita esta análise e analisadas estas premissas iniciais, o seguinte:

O que se exige do ponto de vista do investimento público são novas políticas e as novas políticas só podem surgir através de uma alteração política que é absolutamente essencial, aqui nos Açores como é também na Região Autónoma da Madeira.

Deputado José San-Bento (PS): Viva a Monarquia!

O Orador: Temos aqui um ciclo político de quase 20 anos. Temos 18 anos de governos sucessivos do Partido Socialista que têm alcançado péssimos resultados.

Deputado Manuel Pereira (PS): Mude-se o povo!

O Orador: É necessário, é uma exigência de qualquer sistema democrático, a alternância democrática. É necessário que essa alternância democrática exista e que essa alternância democrática tenha oportunidade de se concretizar.

Não se concretiza, meus senhores, porque sabem qual é a lógica do investimento público?

O investimento público nos Açores não está programado de uma forma racional, do ponto de vista económico. Está programado apenas, única e exclusivamente, para ganhar eleições.

O Partido Socialista, o Governo Regional dos Açores, tem uma lógica que não é de conseguir o crescimento económico da Região. É uma lógica de fazer apostas políticas para eleitorados específicos e é nesse sentido que, do ponto de vista do desenvolvimento económico, o Governo dos Açores tem um conjunto de erros muito grande que tem vindo a cometer e que comprometem o desenvolvimento dos Açores, porque o investimento público (torna a repetir) não está ao serviço do desenvolvimento económico dos Açores, está ao serviço do Partido Socialista e da manutenção de um partido que se prolonga, que prolonga a sua hegemonia política nos Açores há 20 anos.

Portanto, nesse sentido, o seu único objetivo é a permanência no poder e as suas opções não são económicas, não são racionais. Têm apenas um único objetivo que é o objetivo eleitoralista de fazer política e de pensar a curto prazo para ganhar as eleições.

Não há mais nada além disso e esse tem sido um objetivo que o Partido Socialista pode dizer que, aí, sim, tem tido êxito no sentido de canalizar as poupanças dos açorianos para ganhar as eleições eleitorais.

Deputado José Contente (PS): Não há força para mudar o Governo, então mude-se o povo!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Félix Rodrigues.

(*) **Deputado Félix Rodrigues (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Antes de mais gostaria de me congratular com a decisão do Governo de atualizar, ou ir fazer a atualização, da Carta de Obras Públicas da Região. Isso implica uma nova forma de olhar para as obras públicas e para o investimento na Região que se deve pautar por critérios que, no nosso entender, devem seguir os passos do que é o investimento privado, porque o investimento privado visa efetivamente haver um retorno, enquanto que é muito mais fácil termos riscos e desastres...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Isso aplicado ao BES não foi bem assim!

O Orador: ... quando se aplica o dinheiro dos contribuintes.

Quando se aplica o dinheiro dos contribuintes o problema não sobrecai sobre uma pessoa. Sobrecai sobre todos os cidadãos da Região Autónoma dos Açores. Portanto, é mais fácil termos insucesso quando o investimento público é feito com o dinheiro dos outros.

Pensando assim, escusamos estar a discutir (e acho que é chover no molhado) e a tentar perceber quem é que está no *top* das derrapagens orçamentais do investimento público. Isto é uma não questão.

O que interessa saber é quem é que sabe fazer bem, quem é que sabe gerir eficazmente os dinheiros públicos.

Era isto que devíamos discutir aqui.

Por outro lado, a forma que encontramos no nosso sistema democrático de fazer política, em que a política se faz para ganhar eleições através de promessas que não fazem sentido, porque essas promessas não correspondem à evolução da procura, são circunstanciais, como tal, não se adequam a uma realidade socioeconómica, quer isso dizer que o que estamos a fazer é a deitar dinheiro fora dos contribuintes.

Vamos a exemplos muito concretos:

O investimento de 2 milhões na radioterapia da Terceira serviu para quê? Nem sequer foi promessa eleitoral. É falta de planeamento.

Portanto, esse dinheiro é dinheiro dos contribuintes que não serviu para o desenvolvimento da Região, não serviu para dar melhores condições de vida aos terceirenses, nem aos açorianos.

Por outro lado, quando se fazem promessas em vez de defender objetivos estratégicos para o desenvolvimento da Região corre-se o risco de enganarmos e enganarmos toda a gente, porque há promessas que são feitas que depois não aparecem na Carta das Obras Públicas, depois há investimentos que são feitos que não são reprodutivos, porque esquecemos do pequeno pormenor de para que é que eles servem.

Dou-vos um outro exemplo, o que acontece por exemplo com o investimento no frio do peixe de São Jorge. De facto, melhoraram as condições. É um bom investimento.

Para que é que serve este investimento se não há escoamento de pescado? Ou seja, o peixe de São Jorge está melhor conservado, mas continua sem mercado. É preciso pensarmos num investimento que seja reprodutivo mesmo sendo com dinheiros públicos e é isto que se exige numa carta atualizada de obras públicas em que se pense no investimento com critérios científicos e esquecer as promessas eleitoralistas que não servem para nada senão para gastarmos dinheiro sem qualquer melhoria das condições de vida dos açorianos ou da população de uma determinada ilha.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado José San-Bento. Alerto apenas para que dispõe de um minuto e meio.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente para salientar a importância que o Partido Socialista atribuiu e continuará a atribuir ao investimento público, um investimento público que é feito com critério e ponderação.

Rejeito aqui liminarmente as críticas de quem não se conforma com a vontade dos açorianos expressa em urnas...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: ... e que, no fundo, tenta fazer e levantar um véu de uma programação eleitoralista do investimento público regional, um investimento público que é mobilizador das nossas empresas e dos nossos empresários, um investimento público que é também modernizador dos Açores e qualificador dos nossos serviços públicos.

Esse investimento tem permitido também aos Açores uma grande convergência e uma coesão nas nossas nove ilhas ao nível da coesão territorial, da coesão social, da coesão económica.

O PS transformou uma visão antiga e anacrónica de uma autonomia tripolar para uma autonomia multipolar, em que todas as ilhas são consideradas...

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: ... e estão à mesa do Orçamento, e onde é feita uma distribuição justa e equitativa, com critérios políticos, obviamente, mas do peso destas ilhas.

Foi aqui dito que não tínhamos resultados para apresentar. É mentira.

Existem resultados. O próprio ex-Presidente da Comissão Europeia referiu que os Açores...

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: ... era uma das regiões da Europa com melhor aproveitamento de fundos comunitários e de investimento público.

Mais. Temos resultados para apresentar.

Convergimos de 81% para 94%...

Deputado António Ventura (PSD): Coitados daqueles que estão desempregados!

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ... do PIB *per capita* a nível nacional.

Passámos também de muito atrás de regiões da Europa para quase 75%...

Deputado António Ventura (PSD): E os desempregados? E o RSI?

O Orador: ... ao nível daquilo que é o rendimento *per capita* da União Europeia.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Compare com outros países: Polónia, Bulgária, Croácia!

O Orador: Fizemos um grande percurso e isso é reconhecido. A própria estatística também demonstra isso.

Por último uma referência (não tenho mais tempo) àquilo que é uma mensagem que também tem que ficar neste debate, uma mensagem de otimismo e de confiança para o futuro, que é o próximo Quadro Comunitário de Apoio que terá uma verba de cerca de mil e seiscentos milhões em fundos comunitários que permitirá um investimento global superior a dois mil milhões de euros.

Será também com esses recursos...

Presidente: Tem que terminar, Sr. Deputado.

O Orador: ... que o Partido Socialista e o Governo continuarão a trilhar um caminho que não é um caminho perfeito (o mundo não é perfeito e nenhum governo é perfeito!), mas é um caminho de mérito e de desenvolvimento dos nossos Açores.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Com esta intervenção a Mesa não tem mais inscrições.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em relação à crítica que aqui foi feita, que é de utilizar o investimento público da Administração Regional para ganhar eleições, penso que é irrefutável.

Deputado José San-Bento (PS): Isso é uma crítica insinuada e subjetiva que o senhor fez! Tem por base critérios rigorosos!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Subjetiva é a autonomia multipolar!

Presidente: Srs. Deputados, vamos permitir que o Sr. Deputado Paulo Estêvão faça a sua intervenção. O tempo não para, Sr. Deputado.

O Orador: Ah! O tempo não para!

(Risos da Presidente da ALRAA)

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Factos públicos e notórios não precisam de comprovação!

Deputado Rogério Veiros (PS): Acha que um Governo do PSD faria isso pela sua ilha?

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, por favor. Vamos permitir que o Sr. Deputado Paulo Estêvão continue a sua intervenção.

O Orador: Até nos jogos de futebol o tempo para quando há alterações dos jogadores.

Presidente: Aqui não para, Sr. Deputado.

O Orador: Entretanto, o que é importante aqui referenciar (já estou habituado aos incidentes regimentais que o Partido Socialista tenta provocar constantemente) é que isto é absolutamente inegável.

Dizia-me o Sr. Deputado San-Bento: bom, mas na Europa nós crescemos!

É evidente que a inclusão dos países da Europa de Leste fez baixar a média global da União Europeia.

Deputado José San-Bento (PS): Não é nada disso!

O Orador: É evidente que sim, porque era muito inferior a países como a Grã-Bretanha, Holanda ou a Bélgica. Comparem com os dados da Bulgária ou da Croácia.

Portanto, isso é absolutamente evidente.

Deputado José San-Bento (PS): Isso é falso! Informe-se!

O Orador: Portanto, neste momento, a verdade é que todo este investimento...

Deputado Francisco César (PS): A verdade não é nada disso e ainda bem!

O Orador: ... que foi realizado não teve uma contrapartida racional por parte do crescimento económico da Região.

Para terminar, dizer o seguinte:

Este podia ser um Governo que se eterniza no poder, que impede alternância no poder, um sistema político que, tal como o madeirense, está programado para ganhar eleições através do investimento público, não económico, mas pensado

de forma eleitoral, pura e simplesmente, com investimentos irracionais, mas que podia ter um grau de abertura em que se poderia confiar.

Quero aqui dizer o seguinte para terminar a minha intervenção:

É que não é um Governo Regional em que as outras forças políticas possam confiar. Não podem confiar do ponto de vista institucional.

Vou dizer-vos uma coisa:

Eu, o ano passado, no âmbito do Plano e do Orçamento, confiei no Governo Regional dos Açores. Fiz uma alteração que foi aceite, que foi a criação da disciplina de história, geografia e cultura dos Açores.

A verdade é que fui alertado várias vezes para que o Governo Regional não iria concretizar.

Deputado André Bradford (PS): Isso não tem nada a ver!

O Orador: E eu sempre achei que cumpririam a sua palavra e que o Governo Regional teria uma postura institucional.

A verdade é que não o fez.

Podia apresentar vários outros exemplos. Ou seja, do ponto de vista institucional, o Governo Regional não é confiável para os outros agentes políticos.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é grave!

Deputado Francisco César (PS): Não é grave nada! Isso são asneiras!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): O que eu disse foram asneiras? É mentira?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições.

Sr. Vice-Presidente tem a palavra.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

É muito rápida esta intervenção e é no sentido de clarificar a matéria em termos de convergência com as médias de produção e criação de riqueza da União Europeia.

O enfoque não está na componente não só da análise quantitativa, da capacidade de execução, mas nos resultados dessa execução.

Então vamos exatamente aos resultados dessa execução.

Como os Srs. Deputados se devem lembrar, quando iniciámos este Quadro Comunitário de Apoio (e é o objetivo que está no atual Quadro Comunitário de Apoio que agora termina), tínhamos definido como meta atingir 70% do PIB da média da União Europeia.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: O facto é que antes do final deste Quadro Comunitário de Apoio não só cumprimos esse objetivo como ultrapassámos esse objetivo e neste momento já registámos 73% da média da União Europeia.

Portanto, do ponto de vista dos resultados de efeito deste investimento o sinal é claro: não só cumprimos na íntegra como ultrapassámos os objetivos definidos.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Quero dizer, Sr. Deputado Paulo Estêvão, que a sua abordagem sobre a Europa a 15 e a Europa a 25 não está correta. Digo-lhe por que é que não está correta. Porque o nosso processo de convergência com a média europeia foi maior quando se compara com a Europa a 15, do que com a Europa a 25, o que quer dizer que o que o Sr. Deputado disse não corresponde nada à realidade.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Demonstre!

O Orador: O nosso processo de convergência com a União Europeia a 15 países, sem os países do alargamento, foi superior àquele verificado com a União Europeia a 25 países.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Isso é impossível o que está a dizer!

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

A Mesa não tem mais inscrições. Vai inscrever-se, Sr. Deputado? Tem apenas um minuto.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não posso desperdiçar o pouco tempo que tenho disponível nesta câmara para reafirmar o seguinte:

É evidente que os objetivos podem ser definidos. Se nós definirmos que queremos ter 50% num teste, esse é o objetivo. Alcançámos!

Há quem possa definir que tem como objetivo ter 60% naquele teste. Portanto, se tiver 65 superou o seu objetivo.

O objetivo dos Açores tem que ser o de alcançar a média e, se possível, superar a média do desenvolvimento europeu.

Só os medíocres é que colocam objetivos que são atingíveis, porque são objetivos medíocres também e pouco ambiciosos.

A verdade é que nós, da nossa parte, exigimos mais; o povo dos Açores exige mais.

Todos temos a consciência que os meios que os senhores tiveram para o investimento público e os resultados que os senhores alcançaram (se perguntarem a qualquer a pessoa, a qualquer família açoriana, se existisse essa comparação, os senhores podem ter a certeza) só são resultados positivos na vossa cabeça, porque em relação ao povo dos Açores há uma descrença tremenda em relação aos resultados que os senhores alcançaram.

Ainda para mais esses resultados são apenas resultados seletivos em que...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: E termino, Sra. Presidente.

... se dirigem apenas à elite que domina esta Região há quase 20 anos nos Açores e que beneficia do progresso e dos dinheiros públicos que têm vindo a ser alcançados e que são apenas usufruídos por uma parte cada vez mais reduzida da população dos Açores que tem a ver com a parte que está ligada ao Partido Socialista.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Isso não é verdade!

Deputado José San-Bento (PS): Isso é mais sereno!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições.

Sendo assim, pergunto à bancada do Governo se pretende usar do tempo que lhe resta para encerrar o debate? Não?!

Vamos então dar por terminado o nosso ponto um da Agenda e continuar com os nossos trabalhos.

Avançamos para o ponto cinco: **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 35/X – “Segunda alteração do Decreto Legislativo Regional n.º 12/2008/A, de 19 de maio, que estabelece o Estatuto do Gestor Público da Região Autónoma dos Açores”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Os tempos são os que temos vindo a utilizar no processo legislativo comum.

Para apresentar esta iniciativa tem a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

(*) **Deputado José San-Bento (PS)**: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Hoje apreciamos um projeto legislativo inovador e reformista que institui regras únicas no nosso país...

(Risos do Deputado Artur Lima)

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ó senhor tenha humildade!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não seja assim, Sr. Deputado!

O Orador: ... para a nomeação dos gestores de topo do Setor Público Empresarial Regional.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem, Sr. Deputado!

O Orador: A iniciativa agora em discussão visa instituir a audição prévia, em Comissão Parlamentar competente, dos presidentes dos órgãos executivos nomeados pelo Governo Regional para as entidades que integram o Setor Público Empresarial da Região.

Defende-se que o gestor público indigitado ou proposto para o cargo de presidente do órgão executivo de entidade que integre o Setor Público Empresarial, com participação direta da Região Autónoma dos Açores superior a 50%, é, obrigatoriamente, ouvido pela comissão parlamentar especializada permanente desta Assembleia em razão da matéria.

Define-se que o processo de audição inicia-se com a comunicação, pelo Presidente do Governo Regional dos Açores à Presidente da Assembleia Legislativa da Região, do nome do indigitado ou proposto e da entidade respetiva, bem como do currículo e outros elementos relevantes para a justificação da proposta.

Recebida esta comunicação, a Presidente da Assembleia Legislativa, no prazo de três dias úteis, despacha para a comissão parlamentar especializada permanente a fim de ser realizada a audição.

A comissão tem um prazo de 20 dias, a contar do despacho da Presidente, para proceder a esta audição e ao abrigo das correspondentes normas regimentais, elabora um relatório no qual deve constar a audição do gestor público indigitado, bem como a posição dos partidos que integrem a dita comissão.

Posteriormente o relatório é obrigatoriamente enviado, no prazo de cinco dias, para a Presidência do Governo Regional, para os devidos efeitos.

O diploma assegura que todo o processo de audição parlamentar não pode exceder o prazo máximo de 30 dias para com isso não haver um efeito paralisador sobre a própria ação executiva do Governo e o funcionamento regular do SPER.

Esta iniciativa, do nosso ponto de vista, representa uma reforma com consequências da maior importância para o aprofundamento da nossa Democracia e para o reforço da nossa Autonomia Regional.

Esta proposta reforça o poder desta Assembleia e coloca o Parlamento onde ele deve estar, no centro do debate político da Região.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Com efeito, o reforço da transparência, do acompanhamento e do escrutínio público das decisões dos órgãos políticos é hoje uma exigência incontornável da cidadania.

Estas novas exigências da parte da sociedade representam novas expectativas do eleitorado às quais os partidos políticos devem responder com sentido inovador e reformista.

O PS acredita convictamente que este percurso de novas práticas de transparência política e de aprofundamento da Democracia é imprescindível para reforçar a confiança dos eleitores no regime democrático e para melhorar a legitimidade do sistema representativo.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Por isso defendemos que o Parlamento assuma um papel de maior envolvimento no escrutínio das nomeações governamentais para os cargos de topo do SPER, uma medida que representa o amadurecimento do regime autonómico e o reforço da transparência na vida pública.

Esta iniciativa ambiciona responder também às expectativas dos açorianos. Queremos aprofundar a Democracia, valorizar o nosso Parlamento e reforçar a nossa Autonomia.

A experiência governativa do PS nos Açores transformou profundamente a cultura política na Região,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é verdade!

O Orador: ... aspetos que muitos fazem por esquecer.

Desde 96 que os Governos do PS promoveram a despartidarização da Administração Regional e implementaram uma lógica de meritocracia...

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador:... (muitas vezes nomeando ex-presidentes de partidos políticos da oposição) no recrutamento de gestores públicos. Afirmamo-lo aqui, afirmamo-lo em qualquer sítio.

Este é um património que assumimos e respeitamos e que através desta iniciativa, em nosso entender, é fortalecido e engrandecido.

As profundas mudanças na sociedade obrigam-nos a reavaliar as nossas posições e a inovar de acordo com os nossos valores.

Queremos que o PS demonstre permanentemente uma capacidade lúcida de interpretar a realidade e corresponder às expectativas de uma cidadania informada e exigente pela qual nós sempre nos debatemos.

Um exercício conseqüente e exigente que não se esgota nas palavras e nas proclamações, mas traduz-se em propostas inovadoras como esta que agora

apreciamos. É isto que torna o Partido Socialista um bloco político progressista, capaz de interpretar e liderar a mudança, algo que, como há muitos poucos minutos atrás aqui vimos, há partidos políticos que não compreendem.

Muito obrigado.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições, mas já estava inscrito o Sr. Deputado João Costa. Tem a palavra.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado José San-Bento, o PSD está sempre disponível para contribuir em todas as propostas que visem trazer transparência à atividade política. Mas, Sr. Deputado, “não tome a nuvem por Juno”!

Esta proposta limita-se a trazer à audição prévia desta Assembleia, com a única consequência de audição, os gestores públicos que V. Exas., no Governo, desejarem nomear.

Aliás, querer que isto seja o paradigma da transformação da forma de ver as nomeações políticas nos Açores, é qualquer coisa de extraordinário, Sr. Deputado, convenhamos.

A consequência do relatório a elaborar pela comissão competente é nenhuma, a não ser política. Não tem uma consequência prática.

Deputado Berto Messias (PS): Ah, política! Não tem consequência nenhuma a não ser política!

O Orador: Portanto, não tendo uma consequência prática não é nada de extraordinário como o senhor tentou trazer daquela tribuna.

O senhor quer fazer a festa toda com esta proposta. Agora, aconselhava-o realmente, se tem vontade de trazer maior credibilidade às nomeações políticas na Região Autónoma dos Açores (e podemos falar de nomeações políticas bem

polémicas na Região Autónoma dos Açores nos últimos anos, ou sequer nos últimos meses),...

Deputado José San-Bento (PS): De repente não me lembro de nenhuma!

O Orador: ... se quer realmente trazer transparência e todo esse conjunto de adjetivos que o senhor associou a esta proposta, que o faça para todo o espectro de nomeações por parte do Governo Regional e não apenas para os gestores públicos.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputado Berto Messias (PS): As coisas que os senhores inventam!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra à Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Começar por dizer que o Bloco de Esquerda vai votar favoravelmente este Projeto de Decreto Legislativo Regional que propõe uma segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional que estabelece o Estatuto do Gestor Público na Região Autónoma dos Açores, e que visa – tem como objetivo último –, de acordo com as palavras do Sr. Deputado Francisco Coelho em sede de comissão, da CAPAT, e vou citar, “(...) um aumento da transparência, do controlo político e da verificação política por um conjunto multipartidário de atores políticos de quem irá exercer as funções (...)” de gestor público.

Deputado Joaquim Machado (PSD): A senhora acredita mesmo nisso?

A Oradora: Vamos votar favoravelmente esta proposta, mas não podemos fazê-lo sem tecer algumas considerações.

Deputado Francisco César (PS): Há sempre um mas...

A Oradora: Há sempre um mas...

Não negamos que ela introduz, de alguma maneira, um acrescento à Democracia, até na medida em que permite a esta Casa, à Assembleia Legislativa dos Açores, um conjunto de informações, durante a audição dos gestores públicos propostos, sobre a estratégia que cada um apresenta para a

empresa que vai presidir, que vai gerir, sobre os objetivos que se propõe, sobre as alterações que pretende fazer.

Isso são informações que enriquecem esta Casa e também permitem-nos verificar ao longo do tempo “se bate a bota com a perdigota”, ou seja, se aquilo que um hipotético gestor aqui se comprometeu a fazer, ao longo do tempo, o faz ou não.

Há, portanto, uma possibilidade de fiscalização efetiva desta Casa que não temos dúvida nenhuma que é um acrescento à Democracia. Por isso, votamos favoravelmente.

Agora, (é o tal mas...) não podemos deixar de considerar que há aqui “muito foguete para pouca festa”. E porquê? Por que é que há “muito foguete para pouca festa”?

Porque, quer queiramos, quer não (vamos ser razoáveis),...

Deputado José San-Bento (PS): Isso dá comichão!

A Oradora: Não tenho comichão. Aqui não, Sr. Deputado! Mas pode coçar à vontade. Se tem comichão não se deixe intimidar. Coce à vontade.

Não deixa esta proposta de ser a implementação de um jogo viciado.

E vou explicar onde é que está o jogo viciado. O jogo viciado é:

O Governo Regional, com toda a legitimidade, nomeia.

O nomeado vem à Assembleia Legislativa dos Açores para ser ouvido. E é expetável (digo eu!) que o partido maioritário que suporta o Governo Regional que nomeou a pessoa que nós vamos ouvir, não vá votar contra a nomeação do seu governo, porque se fosse eu (eu!) que estivesse a suportar um governo também não o faria.

Portanto, “como de boas intenções está o inferno cheio”, sem duvidar de maneira nenhuma da honestidade intelectual seja de quem for,...

Deputado Manuel Pereira (PS): Já está a duvidar!

A Oradora: ... não me parece plausível, até pela prática quotidiana do Partido Socialista no apoio permanente e muitas vezes acrítico a tudo aquilo que o Governo Regional propõe, que a maioria vá dizer “não senhor, nós não

concordamos com esta nomeação” afrontando o Governo Regional, nomeadamente na pessoa do seu Presidente.

É a isto que eu chamo um jogo viciado.

Evidentemente que quero acreditar que, por uma questão de bom senso, o Governo será sensível à manifestação da opinião de uma avaliação feita pelos Deputados desta Casa.

Mas agora pergunto eu: e se não o for? É que o parecer não é vinculativo.

Deputado Francisco César (PS): Se não for é votado politicamente!

A Oradora: Eu compreendo que não o possa ser, porque seria invadir uma esfera de poder que não nos pertence. Eu compreendo! Mas isso não invalida, volto a dizer, que este jogo não seja um jogo viciado.

Portanto, para resumir esta primeira intervenção:

É um acrescento de Democracia? É!

É uma tentativa de trazer maior transparência e mais fiabilidade à possibilidade desta Casa poder fiscalizar as práticas e a gestão dos gestores públicos, portanto da coisa pública? É!

É uma coisa extraordinária que traz um *apport* de Democracia e de transparência, pondo nas mãos desta Casa, como disse o Sr. Deputado José San-Bento na sua intervenção no púlpito, a decisão última? Peço desculpa Sras. e Srs. Deputados,...

Deputado José San-Bento (PS): Não foi isso que eu disse!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Foi, foi!

A Oradora: ... mas não é.

É uma tentativa. É um passo que se anda em frente, reconhecemo-lo.

É tudo? Não é!

Podemos talvez, daqui a algum tempo, ser mais ambiciosos e avançarmos mais alguma coisa nesta matéria.

É um primeiro passo sem dúvida, mas temos que sair, temos que encontrar se calhar, todos, num esforço de boa vontade, uma forma de sairmos deste jogo viciado sem invadir a esfera de poder, neste caso concreto, do Governo Regional.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem agora a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Deputado João Bruto da Costa fê-lo de forma menos explícita; a Deputada Zuraida Soares afirmou-o. Eu, de qualquer forma, gostaria de ouvir...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E o senhor vai reafirmar!

O Orador: Não, não! Eu quero ouvir da bancada do Partido Socialista, designadamente do Deputado José San-Bento o seguinte:

Perante a intervenção que foi feita na tribuna, queria parecer, ou daria a entender, que esta audição dos gestores nomeados em sede da comissão permanente competente para estas matérias, seria determinante na nomeação do gestor público.

Deputado José San-Bento (PS): Acredito que seja!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor acredita mesmo nisso?!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É só uma questão de fé!

O Orador: A verdade, e é isso que pergunto ao Deputado José San-Bento, e quero ouvir da boca do Deputado José San-Bento, até para que os açorianos e açorianas possam ficar esclarecidos, é se o parecer da Comissão é ou não vinculativo?

Deputada Zuraida Soares (BE): Não é!

O Orador: É isso que quero ouvir, se é ou não vinculativo.

Depois, e salvo melhor opinião, até porque essa opinião também já foi expressa aqui, embora não totalmente coincidente com a minha...

Deputado Francisco César (PS): Salvo melhor opinião, é verdade! Aquela foi melhor que a sua!

O Orador: V. Exa. precisa tanto da minha atenção...

Deputado Francisco César (PS): Não é verdade!

O Orador: ... que eu não sei como é que lhe hei de fazer.

Deputado Francisco César (PS): Estou atento à sua intervenção!

O Orador: Sr. Deputado, quer um reбуçadinho?

Deputado Francisco César (PS): Não, Sr. Deputado! Quero que o senhor faça a sua intervenção!

O Orador: Ó senhor, pelo amor de Deus! Deixe-me em paz, senhor.

Deputado Francisco César (PS): Deixo com certeza!

O Orador: Eu tenho aqui algumas dúvidas sobre, de facto, onde é que reside o poder para nomear os gestores públicos.

Deputado Francisco César (PS): É no Governo!

O Orador: Sr. Deputado, está enganado!

O artigo 90.º do Estatuto fala apenas no poder do Governo superentender nas empresas e institutos públicos. Não estabelece taxativamente que a nomeação seja um poder que esteja confinado ao Governo Regional.

Mas até nem ponho em causa que seja o Governo Regional a fazê-lo. Agora, Sr. Deputado, o que eu julgo que não pode acontecer é fazer aquele foguetório que V. Exa. acabou de fazer na tribuna, como se isto fosse um parecer vinculativo...

Deputado Francisco César (PS): O que acho extraordinário é o senhor nunca se ter lembrado disso!

O Orador: ... da Assembleia.

O que quero ouvir, Sr. Deputado, e o que as açorianas e os açorianos precisam de ser esclarecidos, é, qual é o efeito prático da audição? O parecer é ou não vinculativo?

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado José San-Bento, com a humildade que lhe é reconhecida, foi ali à tribuna...

Deputado José San-Bento (PS): Humildade pública!

O Orador: ... e o primeiro objetivo que ele arranja para qualificar esta sua iniciativa legislativa é que é um projeto altamente inovador e reformista.

Deputado José San-Bento (PS): Sim senhor!

O Orador: Não contente com o inovador, ainda vai ao reformista.

Deputado José San-Bento (PS): Corresponde à verdade!

O Orador: V. Exa. naturalmente que está satisfeitíssimo.

Mas já que faz tantas referências no seu preâmbulo azedo...

Deputado José San-Bento (PS): Azedo?!

O Orador: ... à República e ao Governo da República (que iremos lá mais à frente) na introdução à sua iniciativa legislativa, o senhor podia também ter-se informado, ter-se inspirado e ver o que é que lá existe (e aí sim inovador, e aí sim reformista), nomeadamente a Comissão de Recrutamento e Seleção dos Gestores para o Setor Público Empresarial e para os institutos públicos, coisa que aqui não está referida na sua iniciativa legislativa.

Deputado José San-Bento (PS): Não! Nós não quisemos considerar isso!

O Orador: Portanto, já não é tão reformista. Aos institutos públicos o senhor já não faz aqui alusão, porque já não é preciso.

Depois, V. Exa. diz ali de cima, que isto abrange os cargos de topo do SPER.

Sr. Deputado, ou eu li mal a sua iniciativa reformista e inovadora, ou o senhor enganou-se naquilo que disse.

Deputado José San-Bento (PS): Não me enganei!

O Orador: Porque na sua iniciativa o senhor refere apenas o presidente.

Deputado José San-Bento (PS): Claro! É o topo!

O Orador: Os administradores não são cargos de topo de um órgão executivo? Os administradores do Conselho de Administração, por exemplo, da SATA, não são um cargo de topo? Só o Presidente é que é de topo?

Deputado José San-Bento (PS): É porque é responsável. É só por isso que não se refere!

O Orador: Vamos ouvir apenas e só o Presidente?

Isto é brincadeira, Sr. Deputado. Está a ver?

A sua iniciativa populista... Isso é populismo do mais barato da sua parte, Sr. Deputado José San-Bento, porque o senhor apenas tem aqui o presidente.

Deputado José San-Bento (PS): Isso é ciúmeira!

O Orador: Não! Têm que estar aqui os administradores dos órgãos executivos das empresas.

Deputado José San-Bento (PS): Não foi essa proposta que nós apresentámos!

Deputado Francisco Coelho (PS): Faça uma proposta de alteração!

O Orador: Sr. Deputado, Francisco Coelho, muito obrigado. Está a ser preparada para ser entregue. Muito obrigado pela sua sugestão, mas deve estar aí a chegar e a ser entregue na Mesa.

V. Exa. faz sempre boas sugestões e quando são boas nós aceitamos. Espero é que V. Exas. também a aceitem. Vamos ver depois no debate.

Sr. Deputado José San-Bento, a inovação é pouca, a reforma é nenhuma.

Deputado Aníbal Pires (PCP): E a inovação é a sua proposta de alteração!

O Orador: Portanto, V. Exa. chegou ali como tendo “parido” uma iniciativa legislativa nunca vista...

Deputado Berto Messias (PS): Sra. Presidente, olhe a linguagem!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Olhe a linguagem!

O Orador: É um termo perfeitamente...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Espero que não me chame a atenção, para a próxima, para a minha linguagem! V. Exa. utiliza a linguagem que muito bem entende e chama atenção aos outros!

O Orador: Mas qual é o problema de usar este termo?

Deputado Aníbal Pires (PCP): Nenhum! Esteja à vontade!

O Orador: Não vejo qual é o problema de usar este termo, pelo amor de Deus.

Deputada Zuraida Soares (BE): Nenhum! Não quero é imaginar o Sr. Deputado José San-Bento a “parir”!

(Risos da Sra. Deputada Zuraida Soares e do Sr. Deputado José San-Bento)

O Orador: Não senhora, Sra. Deputada! A Sra. Deputada Zuraida Soares que é uma *open mind*, que é supostamente uma mente aberta (não é verdade?),...

Deputada Zuraida Soares (BE): Claro!

O Orador: ... fica incomodada com o termo...

Deputada Zuraida Soares (BE): Olhe que não me incomodou nada, Sr. Deputado!

O Orador: ... parir, que é produzir. Enfim...

Deputada Zuraida Soares (BE): Como sabe, foi a hipótese! A hipótese do Sr. Deputado José San-Bento “parir”!

O Orador: Sra. Deputada, não imagino!

Não vejo o que é que este termo, bem português e acho que bem significativo, que quer dizer que é da criação do Sr. Deputado José San-Bento este Projeto de Decreto Legislativo Regional... É da sua criação.

Podia usar o adjetivo outra vez, mas não quero escandalizar a esquerda.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não, não! Faça favor! Eu fiquei admirado foi por V. Exa. não ter chamado a atenção!

O Orador: A esquerda reformista fica incomodada com estas coisas.

Portanto, Sr. Deputado José San-Bento, o que temos aqui, para usar mais um termo seu, é uma transparência “opaca”. O senhor não tem transparência aqui. É transparência “opaca”!

Nesse sentido, vamos apresentar alterações à sua iniciativa legislativa para que não seja apenas **o Presidente do Conselho de Administração**, mas, sim, sejam **os membros** nomeados pelo Governo ouvidos nesta Casa.

Já agora, se quiser ser mais reformista, ainda podia ter ido mais longe. Eu acho que isto é positivo, não estou a dizer que não é positivo.

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Imagine se não achasse!

O Orador: O que eu estou a dizer, Sr. Deputado, e para acabar, é que “presunção e água benta, cada um toma a que quer”.

Deputado José San-Bento (PS): O senhor é que percebe disso!

O Orador: E o senhor “lavou-se em água benta” antes de vir para aqui.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputada Zuraída Soares (BE): Vai “parir”! Tem que se lavar!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr.

Presidente e Membros do Governo:

Da parte do PPM anunciamos que vamos votar contra.

(Risos do Deputado Francisco César)

Deputado Aníbal Pires (PCP): Que estranho!

O Orador: E vamos votar contra porque não participamos em filmes para os quais somos convidados como figurantes.

No Parlamento dos Açores, em todos os processos políticos temos que ter um papel determinante. Agora, quando nos convidam para participar num processo em que nos vamos sentar numas cadeirinhas, em que o nosso poder, do ponto de vista de influenciar as decisões do que vamos ser confrontados, não existe, esse papel não vamos desempenhar.

Não vamos servir de “Tide” para estes processos.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Sr. Deputado, não se pode fazer publicidade de marcas!

O Orador: Nesse sentido o que o PPM defende é algo bem diferente.

O que defendemos é que estes cargos devem ser ocupados através de concurso público.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Está a fazer publicidade de uma marca? Isso não é permitido!

O Orador: Não está em causa a confiança partidária. Está em causa a competência técnica, académica e a experiência curricular para desempenhar essas funções.

Nesse sentido, o que acreditamos e defendemos é que os açorianos mais competentes, mais qualificados, devem poder desempenhar essas funções através de um processo absolutamente transparente.

Esse processo absolutamente transparente é através do concurso público.

Esta alteração que aqui é proposta, no sentido de colocar o Parlamento a ouvir, a escutar e a participar num processo em que nada pode fazer a não ser escutar os diversos intervenientes, e não tem nenhum papel determinante, nós não aceitamos.

Deputado Francisco César (PS): Então o que é que queria?

O Orador: Por isso vamos votar contra, porque temos outro projeto. O outro projeto é do concurso público.

Portanto, nesta matéria discordamos em absoluto e esta alteração nada traz de substancial.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Francisco Coelho tem agora a palavra.

(*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A proposta que o Partido Socialista aqui traz, depois de um longo, natural e salutar percurso político, nasce efetivamente como uma moção apresentada ao último Congresso do PS/Açores, onde foi aprovada...

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: ... e na sequência foi encarregue, pelo órgão máximo do partido, o Grupo Parlamentar, de lhe dar exequibilidade.

É evidente que este tipo de audições em outros sistemas e noutros Parlamentos (sabemos todos) não é algo de inédito e ocorre com determinado tipo de cargos.

Entre nós e na nossa tradição é algo de inédito e é algo de inovador.

Penso, independentemente de não concordar com a totalidade dela, como é natural, que a Sra. Deputada Zuraida Soares fez aqui uma intervenção equilibrada.

Penso que em bom rigor e com honestidade intelectual e política, só podemos considerar que esta proposta traz um mais, traz um acrescento, traz um *plus* àquilo que são as competências deste Parlamento.

Trá-lo sobretudo numa área, que é a área do Setor Público Empresarial, que é uma área que em toda a parte do mundo recorre cada vez mais, e tem

necessidade de recorrer cada vez mais, a um conjunto de instrumentos novos, societários, mais próximos do direito privado.

Até sabemos e até já ouvimos aqui muitas vezes, eventualmente com alguma razão, que os Parlamentos têm todos, hoje, mais dificuldade em fiscalizar a vida financeira e económica dos executivos e designadamente do Setor Público Empresarial.

Aqui, efetivamente dá-se uma possibilidade.

É preciso que não haja dúvidas (aliás, creio que a intervenção do meu camarada José San-Bento foi clara nesse sentido) que não se tratam de poderes vinculativos...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Tenho algumas dúvidas, Sr. Deputado!

O Orador: Não! Não poderiam ser, Sr. Deputado Aníbal Pires!

... de acordo com o princípio da separação de poderes.

Aliás, é o facto do executivo, com legitimidade democrática, no fundo, ter a última palavra, que também em bom rigor cumpre a Democracia, porque estas ideias dos concursos públicos e da pretensa meritocracia pública, sendo alguma música simpática na sua aparência, acaba por ser, na minha opinião e é preciso dizê-lo, ou corre o risco de ser, antidemocrática.

É preciso não esquecer que a Democracia gera maiorias e não há que ter medo das maiorias democráticas.

Deputados José San-Bento e André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: São essas maiorias democráticas que têm a responsabilidade, o poder e o ónus e respondem pelas decisões que tomam.

Em Democracia é muito bom que fique absolutamente claro quem é que toma as decisões.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Essa decisão é do Governo e assim continuará a ser.

Tal como foi dito, haverá aqui um reforço do controlo político deste Parlamento.

Fiquei um bocadinho triste quando ouvi alguns Srs. Deputados, designadamente o Sr. Deputado João Bruto da Costa, dizer que trata-se de uma consequência política.

É pouco?... É pouco?!

A política é pouco, Sr. Deputado João Bruto da Costa?!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não! Eu não disse isso!

O Orador: O que é que nós andamos aqui a fazer?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Isso eu já não disse!

O Orador: Disse “é pouco”. Disse, disse!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não, não, não!

O Orador: Sr. Deputado, excetuando a aprovação das leis o que é que fazemos aqui...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não foi isso que eu disse!

O Orador: ... senão fiscalização política?

Sra. Deputada Zuraída Soares, eu percebo na lógica do sistema aquilo que disse quando disse “bom, é de presumir que o grupo maioritário que suporta o Governo se calhar não vai dar um parecer desfavorável, mas isso não quer dizer que isto retire utilidade”.

Dentro dessa normalidade (não tenho qualquer tipo de dúvida!), a Sra. Deputada quando apresenta um voto de protesto contra a atividade do Governo, deve calcular que muito provavelmente esta maioria vai chumbá-lo. Não deixa de apresentá-lo por causa disso.

Acho que faz bem. Percebo por que é que o apresenta.

Ele naturalmente não deixa de ter consequências políticas importantes.

Deputada Zuraída Soares (BE): É preciso saber é quais são!

O Orador: Pois também estas audições terão consequências políticas importantes.

O tipo de perguntas que se fará, o tipo de resposta, não deixará com certeza de ter as suas consequências, sendo certo que (também para não nos enganarmos) estamos a falar no Parlamento na sua pluralidade democrática e com a sua legitimidade democrática.

Não é bem a mesma coisa, se me permite, Sr. Deputado Artur Lima, haver uma comissão, também pretensamente independente, mas que na prática é nomeada pelo Governo.

Acho que neste caso é melhor recorrer ao Parlamento, não só em termos de legitimidade...

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: ... como em termos de pluralidade. Ficamos com certeza bem melhor!

Além disso também há uma outra coisa. Se calhar aqui até vamos ter que ganhar alguns novos hábitos, porque é uma coisa nova.

Independentemente da crítica objetiva e verdadeira, que o eventual perfil de um presidente de uma empresa dessas nos mereça e que será com certeza vertido nesse relatório com frontalidade, também é algo de novo.

Não se trata apenas de falar de política, nem de partidos.

Com certeza teremos todos em atenção que estamos a fazer uma coisa nova. Estamos a analisar, e no fundo a avaliar, politicamente pessoas que têm o seu currículo, que têm a sua honorabilidade.

Portanto, com certeza que também nos saberemos adaptar, sem faltar à verdade e ao rigor, a essa nova exigência.

Penso que temos aqui uma iniciativa que significa um acréscimo de poder do Parlamento, uma iniciativa que todos devemos saudar.

Certamente não acredito que o principal pecado desta iniciativa seja o facto de ser apresentada pelo Grupo Parlamentar da maioria.

Espero não concluir deste debate que, não sendo esse um problema para ninguém, o problema seja alguns, no fundo, pensarem que isto é verdadeiramente mau e que não gostam de um verdadeiro controlo do Parlamento.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado João Bruto da Costa.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

O Sr. Deputado Francisco Coelho citou-me só numa parte. Acrescentou uma conclusão que é sua. A conclusão é sua, não foi minha.

O que eu disse na minha intervenção inicial foi que o Sr. Deputado José San-Bento não podia “tomar a nuvem por Juno”, que foi aquilo que fez daquela tribuna, foi apresentar esta iniciativa como se fosse aqui o alfa e o ómega da nomeação política nos Açores,...

Deputado Francisco César (PS): Tem consequências políticas!

O Orador: ... para além de que, e é bom que os açorianos fiquem esclarecidos, estamos a discutir uma audição parlamentar, não vinculativa em termos da consequência da sua nomeação, dos gestores públicos, não dos altos cargos dirigentes da Administração Pública.

A Presidente da Casa da Autonomia não será ouvida na Comissão Parlamentar sobre a sua nomeação.

Os Diretores Regionais não serão ouvidos e muitos outros cargos de chefia na Administração Regional, todos, aliás, não serão ouvidos neste Parlamento, nem há qualquer escrutínio deste Parlamento à sua nomeação a não ser posterior à mesma.

Deputado André Bradford (PS): O senhor quer que sejam ouvidos? Se quer que sejam ouvidos faça uma proposta de alteração! Nunca o vi fazer nada!

O Orador: Sr. Deputado, as alterações ao Estatuto do Pessoal Dirigente da Administração Pública, até agora, têm sido propostas pelo Governo.

Deputado André Bradford (PS): Faça!

O Orador: Eu tenho estado à espera que a adaptação à Região das últimas alterações feitas...

Deputado André Bradford (PS): Pois, está sempre à espera!

Deputado José Ávila (PS): Está à espera? Então espere sentado!

O Orador:... pudesse ser também proposta pelo Governo. Mas não fique preocupado, porque se o Governo não pretender tomar essa iniciativa, cá estaremos para tentar trabalhar nela.

Deputado André Bradford (PS): Então vamos embora!

O Orador: Aliás, não estamos contra a audição parlamentar das pretensões do Governo das nomeações que quer fazer para os gestores públicos.

Agora, não fique a ideia nos açorianos que todas as nomeações políticas por parte do Governo dos Açores passarão a ter um escrutínio por parte desta Assembleia, porque isso não é verdade.

Deputado Francisco César (PS): Não é?!

O Orador: Isso é tentar fazer desta proposta o alfa e o ómega daquilo que efetivamente não é em termos da transparência na nomeação política.

Os Srs. Deputados não queiram que o PSD não deixe de informar os açorianos desta circunstância...

Deputado André Bradford (PS): Então o PSD que faça!

O Orador: ... tão óbvia que é estarmos apenas a discutir (neste momento, segundo parece, o CDS apresentará uma iniciativa de alteração nesse sentido) a audição dos presidentes do setor público e dos gestores públicos da Região e não de todos os cargos de nomeação política que tanto têm dado que falar nos Açores nos últimos tempos.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado José San-Bento tem a palavra.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Obrigado.

Sra. Presidente, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu queria reiterar o nosso entendimento de que esta proposta, para além de equilibrada e meritória, como alguns partidos aqui referiram, é de facto uma proposta reformista e inovadora.

Queria também aqui esclarecer que do nosso ponto de vista...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Seja modesto!

Deputado Aníbal Pires (PCP): E vinculativa, é?

O Orador: Eu já terei oportunidade de responder, Sr. Deputado.

... reconhecemos, como disse da tribuna, que este Governo mantém uma prática, e procura aprofundar, do passado, dos Governos do PS, de seleccionar pessoas, gestores, com base em critérios de mérito e obviamente de confiança política.

O que queremos trazer aqui é maior transparência a este processo através do envolvimento do Parlamento, dos Deputados que representam o povo dos Açores.

Portanto, é esta a fórmula que achamos que melhor introduz esta transparência.

Queremos construir o futuro. Não queremos renegar o passado, nem queremos criar situações de perturbação de outra ordem qualquer.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Agora, é bom que se diga que as declarações que foram aqui proferidas, para além da parte, permitam-me a expressão, vagamente cómica, de assistirmos a um Deputado Monárquico a defender concursos para as nomeações para o setor público...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não vá para a Monarquia!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Só revela a ignorância na história! É mesmo especialista em todas as áreas!

O Orador: É o que devem fazer com os condes e com os viscondes, certamente também é por nomeação, mas enfim... E os Cavaleiros da Távola Redonda.

Mas indo à parte mais séria da questão. Eu acho inacreditável, Sr. Deputado Bruto da Costa, que um membro deste Parlamento desvalorize (Sr. Deputado Bruto da Costa, estou a falar consigo), e infelizmente o senhor cometeu este erro e vários outros colegas cometeram esse erro, os poderes de fiscalização e de acompanhamento dos atos de nomeação do Governo.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Nem valorizo, nem sobrevalorizo!

O Orador: Acho isso inacreditável.

Como é que é possível desvalorizar?

É um próprio Deputado que se anula e que se rende perante uma proposta inovadora que reforça a capacidade de fiscalização e de acompanhamento do Parlamento, e conseqüentemente dos Deputados, à ação do Governo.

Deputado Rogério Veiros (PS): Muito bem!

O Orador: Isto é perfeitamente incompreensível da nossa parte.

Fica aqui a nossa perplexidade registada face a estas referências.

O Sr. Deputado Bruto da Costa chegou ao ponto de dizer (imaginem só!) que as conseqüências eram apenas políticas.

Sr. Deputado, o senhor e todos nós temos funções de representação legislativa e obviamente de fiscalização e de acompanhamento da ação do Governo.

Apenas políticas? O que é que o senhor quer dizer com isso?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Exatamente aquilo que o senhor não disse ali!

O Orador: São essenciais. Não é apenas político. São cruciais, são fundamentais essas prerrogativas.

Portanto, é incompreensível a vossa tentativa de desvalorizar a proposta. É incompreensível! Aliás, parece, como de certa forma abordou o Sr. Deputado Francisco Coelho,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Nem desvalorizo nem sobrevalorizo!

O Orador: ... que há algum incómodo (não é?) por a autoria da proposta ser do Partido Socialista e isso também deve ser salientado.

Acho que é digno de registo que seja o PS, o partido que suporta o Governo, o partido que tem maioria absoluta, o próprio partido, que apresenta uma proposta deste teor. Não deixa também de ser ainda mais inovador, certamente, do que tinha referido.

Por último e tentando responder a todas as interpelações que me fizeram (a questão do PCP já foi respondida).

Deputado Aníbal Pires (PCP): Diga, diga! Ainda não ouvi!

O Orador: Não é!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não é?

O Orador: Não pode ser.

Deputado Aníbal Pires (PCP): E vinculativo?

O Orador: Não é, não!

Em relação àquilo que pergunta, devo confessar (falando a título pessoal) que tenho a vantagem, o privilégio, de conhecer muito bem, no plano político e não só, o Sr. Presidente do Governo e o Sr. Vice-Presidente.

Deputada Zuraída Soares (BE): Este Governo!

O Orador: Este Governo.

Deputada Zuraída Soares (BE): E os outros?

O Orador: Sra. Deputada, vou ser muito claro.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Está a legislar para este Governo?

O Orador: Não! É uma questão de sensibilidade política que quero partilhar.

Acredito convictamente que este ou qualquer outro Governo dos Açores, perante uma apreciação da Comissão (vamos admitir!) unanimemente contrária, desfavorável, desaconselhadora, de uma determinada nomeação, recue.

Conhecendo os atuais titulares como conheço, não tenho dúvida que seria isso que aconteceria.

Mas os outros, Sra. Deputada, terão que se confrontar com as consequências políticas dessa polémica e dessa controvérsia, como é óbvio.

Mas a Democracia é isso, confronto de ideias, debate de propostas, racionalização do conflito.

Não percebo essas vossas reservas e essa insistência que, no fundo, só podem ser interpretadas, infelizmente, como uma tentativa de desmerecer e desvalorizar uma boa proposta.

Tenho dito.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Continua hiperbólico!

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Zuraída Soares.

(*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Muito obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Primeiro, Sr. Deputado Francisco Coelho, não penso que este diploma é mau. Penso que deixei isso claro na minha primeira intervenção.

Também estou muito longe de considerar que esta Casa não deve ter um controlo acrescido e cada vez mais aperfeiçoado de fiscalização de toda a ação política do Governo. Portanto, não me incluo nesse grupo em que eventualmente o Sr. Deputado Francisco Coelho estará a pensar.

Também não penso que desvalorizar esta proposta seja o melhor caminho, mas também acho que sobrevalorizá-la não é o melhor caminho.

Portanto, há tanto erro na desvalorização, quanto na sobrevalorização.

Se bem se lembrará foi isso que também disse na minha primeira intervenção, quando referi que era “muito foguete para pouca festa”, não desmentindo, nem negando, que há um acréscimo da Democracia, e sobretudo de intensificação da capacidade fiscalizadora desta Casa, neste caso concreto, sobre a gestão das empresas públicas.

Mas não deixo de voltar às minhas reservas, àquelas que o Sr. Deputado José San-Bento referiu na parte final da sua intervenção, que é o seguinte:

O parecer desta Casa não pode ser vinculativo!

Claro! Percebemos bem por que é que não o pode ser.

Mas não o sendo, pergunto: que tipo de consequências é que pode ter?

Deputado José San-Bento (PS): Políticas!

A Oradora: Essas consequências políticas podem querer dizer muita coisa e podem não querer dizer nada. Vamos lá ver se nos entendemos!

Podem querer dizer que estamos perante um Governo, ou um Presidente do Governo, que é sensível a uma avaliação negativa, com o apoio ou sem o apoio da maioria que suporta esse Governo, mas também pode querer dizer que estamos perante um Governo ou um Presidente de Governo que não é sensível a esse parecer que é meramente vinculativo. Estou a fazer entender-me?

Isto acaba sempre por depender da boa vontade,...

Deputado José San-Bento (PS): É política, Sra. Deputada!

A Oradora: ... da honestidade intelectual, da capacidade democrática,...

Deputado José San-Bento (PS): Da sensatez!

A Oradora: Da sensatez! Foi o que eu disse (do bom senso) na minha primeira intervenção.

... que as pessoas podem ter ou não ter.

Disse e repito: “de boas intenções está o inferno cheio”.

Volto a dizer: é um acréscimo de Democracia? É!

Permite uma capacidade de maior fiscalização? Permite!

É uma coisa extraordinária e que é preciso sobrevalorizar até às últimas consequências? Não é!

Com toda a franqueza, para terminar, quando li pela primeira vez esta proposta do Partido Socialista, quando tomei conhecimento dela, veio-me à memória uma frase batida e conhecida, que é, esta proposta, assim de repente, parece, ou parecia mais talvez naquela altura do que agora, embora não haja muita diferença, um inatendimento político frustracional.

(Risos de alguns Deputados das bancadas do PSD e do CDS-PP)

Estou a partilhar convosco aquilo que sinceramente pensei.

Deputado Berto Messias (PS): Então vote contra!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sr. Deputado, não seja arrogante!

A Oradora: Agora, voltamos ao princípio: penso que o Partido Socialista não negará que se calhar é possível continuar a perfeioar esta matéria no sentido de lhe retirar o cariz de subjetividade que ela ainda tem. Não vejo nisto alguma dificuldade para os Srs. e para as Sras. Deputadas poderem concordar com esta avaliação.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Artur Lima tem agora a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Já disse, e repito: esta iniciativa legislativa tem, com certeza, algum mérito.

Nesse sentido, socorria-me mais da expressão usada, se o Sr. Deputado Francisco Coelho me permite, por ele: é de algum modo inovadora na Região. Agora, ser totalmente inovadora e reformista, não é. Sejam absolutamente realistas nessa matéria.

Mas também devo dizer o seguinte: se fosse totalmente inovadora e reformista na Região, o Sr. Deputado José San-Bento teria ido naturalmente mais além, até inspirando-se noutras iniciativas legislativas.

Sr. Deputado, se me permite, já que fiz referência aqui à Comissão de Recrutamento e Seleção, também referida pelo Sr. Deputado Francisco Coelho, devo dizer que esse estatuto não é apenas do Governo, agora em funções na República. Já vem do Governo de trás, desde 2007. Portanto, é uma coisa que é transversal aos vários Governos da República.

Estes, efetivamente, fizeram algumas alterações que, essas sim, me parecem significativas e que de algum modo trazem alguma inovação e algum reformismo a essas questões.

Por exemplo:

Prevê os contratos de gestão, que esta iniciativa do Sr. Deputado José San-Bento esquece;

Prevê também e regulamenta as funções dos administradores em funções não executivas, que o Sr. Deputado pura e simplesmente ignora;

Deputado José San-Bento (PS): Estamos a falar de um projeto!

O Orador: Eu estou a falar do Estatuto do Gestor Público (Estatuto do Gestor Público, Sr. Deputado José San-Bento!).

Prevê também que esta Comissão de Recrutamento e Seleção seja ouvida e estabeleça critérios que determinem a fixação do vencimento mensal dos gestores públicos e a sua aplicação.

Isto, sim, era reformista para a Região, Sr. Deputado José San-Bento.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Sabe que não gosto de reformistas, só de revolucionários!

O Orador: Mas o senhor ignorou, Sr. Deputado José San-Bento.

Portanto, a sua reforma (já viu?) é muito, muito curtinha, Sr. Deputado José San-Bento.

Mas permite mais. Permite também estabelecer a remuneração para os não executivos, Sr. Deputado José San-Bento e permite fazer avaliações regulares do desempenho dessas empresas, ou desses administradores, conforme o seu desempenho executivo.

Mas permite ainda mais, Sr. Deputado José San-Bento, e aí também tinha sido mais reformista. Permite não só que seja aplicável também aos órgãos diretivos dos Institutos Públicos de Regime Especial, bem como às Autoridades Reguladoras Independentes, coisa que o senhor não prevê no seu Projeto para os Açores.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Isso já não é reformismo!

O Orador: Por exemplo, para a Inspeção de Saúde, para a Inspeção da Educação, para a RIAC, para o INOVA, para os institutos públicos que os senhores têm.

Portanto, já se viu que nessa matéria de inovação e de reformismo “a montanha pariu um rato”, Sr. Deputado José San-Bento. Foi um ratinho pequenino...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Um morganho!

O Orador: ... um ratinho reformista e inovador. Mas pequenino, aos saltinhos, com a sua reforma inovadora e reformista.

Portanto, inovador e reformista era o senhor ter ido ao fundo da questão. Não deixando de ser positiva a sua iniciativa, é negativa a sua falta de humildade e a sua arrogância democrática, Sr. Deputado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Francisco Coelho.

(*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Duas questões breves. A primeira, naturalmente para lembrar e dar uma justificação breve, porque creio que chegará.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista apresentou algumas propostas de alteração ao diploma. Estas propostas não trazem qualquer inovação ou

alteração substanciais. Trata-se de questões de rigor jurídico e, como o diploma já foi alterado algumas vezes, inclusive também de corrigir algumas falhas anteriores ao nível de redação jurídica e sistemática.

Relativamente à questão do Sr. Deputado João Bruto da Costa, e do Sr. Deputado Aníbal Pires que insiste na pergunta retórica, porque já lhe foi várias vezes respondido e também, na nossa perspetiva, explicado por que é que este diploma não tem, não poderia ter, nem deve ter carácter vinculativo.

Para além disso, gostava de dizer também ao Sr. Deputado João Bruto da Costa e deixar claro que o objeto do diploma parece-me suficientemente preciso. Ou seja, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista pretende promover a audição dos presidentes de empresas do Setor Público Empresarial.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Não se trata da Administração Pública, que é superentendida pelo Governo e que tem as regras que todos conhecemos e em que, de resto, costumamos acompanhar a filosofia e as regras nacionais.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): De onde?

O Orador: As regras nacionais.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ah!

O Orador: Mas isso há muito tempo, embora nem sempre tenha sido assim, mas também não vale a pena ir tanto à pré-história.

Mas gostava também de dizer que (também creio que fui claro nessa matéria) achamos que há algum tipo de nomeação que deve ser exclusiva e eminentemente política, como é evidente. Acho que toda a gente percebe porquê a acho que toda a gente entende porquê.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Desde logo estas!

O Orador: Não! Não são estas! Estas são como está aqui proposto, com as alterações e como estava no Estatuto.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Está bem, mas é exclusivamente político!

O Orador: O Sr. Deputado João Bruto da Costa andou aí a resvalar à volta das nomeações. Queria dizer-lhe, Sr. Deputado, que espero que não haja nada que lhe apeteça dizer e que não consiga dizer.

Deputado José Ávila (PS): Deve haver!

O Orador: Porque “não haja machado que corte a raiz ao pensamento”.

Faça favor de dizer o que bem entender, porque estamos aqui.

Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Já me conhece o suficiente para saber que eu não deixo de dizer aquilo que penso!

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

A minha posição é bem clara. Este não é o modelo do PPM.

Defendemos a diminuição do perímetro das nomeações. Consideramos que as nomeações políticas fazem sentido no âmbito de cargos políticos, de confiança partidária e de confiança no âmbito do Governo.

Consideramos que quanto ao resto este perímetro das nomeações deve diminuir e aqui, sim, devemos, em cargos como este, procurar o mérito e devemos procurar que sejam escolhidos os melhores, de forma transparente, através de concurso público.

É uma posição absolutamente transparente da nossa parte.

Não estamos de acordo com o vosso projeto e já vos disse porquê.

Em relação à segunda parte, que é a provocação gratuita do Sr. Deputado José San-Bento em relação aos duques, marqueses e tudo isso, e às monarquias, e às repúblicas...

Deputado Francisco Coelho (PS): Cada um tem a sua Coreia do Norte!

O Orador: É triste este tipo de figuras no Parlamento, porque o Sr. Deputado José San-Bento é um homem culto. Não o demonstra aqui no Parlamento, mas é, eu sei. É uma pessoa com conhecimentos, uma boa cultura geral. Com

certeza que sabe que não tem muitas lições a dar a um país como a Suécia (a Monarquia Sueca!).

Não tem muitas lições, em termos de nomeações e de concurso, a dar a um país como a Noruega, ou como a Holanda, ou a Bélgica.

O Sr. Deputado sabe perfeitamente como é que funcionam as monarquias democráticas e modernas da Europa.

Há muitos anos que dão lições.

Portugal ainda era um regime salazarista. Aliás, a República foi, durante grande parte do seu tempo de existência, uma ditadura. Portanto, não tem nenhuma lições.

As monarquias da Europa Ocidental não têm nenhuma lições a receber da República Portuguesa.

Esse tipo de atitudes e de provocações são absolutamente gratuitas e eu não percebo por que é que o Sr. Deputado quer fazer sempre a figura do “recruta zero”,...

(Risos do Deputado Artur Lima)

... aqui, no Parlamento, quando o Sr. Deputado tem capacidades que superam esse tipo de afirmações que são gratuitas, despropositadas e não lhe ficam bem.

Eu sei que o Sr. Deputado sabe mais do que aquilo que diz...

Deputado José San-Bento (PS): O senhor é que usa de contradições!

O Orador: ... e, Sr. Deputado, representando uma bancada como a do Partido Socialista, a exigência tem que ser maior.

Presidente: O Sr. Deputado Artur Lima pede a palavra para uma interpelação. Tem a palavra, Sr. Deputado. Dois minutos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Uma interpelação, Sra. Presidente.

Para solicitar a V. Exa. um intervalo regimental de meia hora.

Presidente: É regimental. Regressamos às 17H00.

Eram 16 horas e 28 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos recomeçar os nossos trabalhos.

Eram 17 horas e 29 minutos.

O Sr. Presidente do Governo pede a palavra para?

(*) **Presidente do Governo Regional** (*Vasco Cordeiro*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Para uma interpelação à Mesa que consiste no seguinte:

Durante o intervalo foi distribuído, inclusive ao Governo, um Projeto de Decreto Legislativo Regional, subscrito pelos Srs. Deputados Duarte Freitas, António Ventura, Joaquim Machado, Costa Pereira e Judite Parreira, que altera o Estatuto da Carreira Docente na Região Autónoma dos Açores e que fundamentalmente altera o índice de pagamento dos docentes em regime de contrato de trabalho.

Na nossa opinião e na leitura que o Governo faz, este Projeto de Decreto Legislativo Regional não pode ser admitido, porque viola o Estatuto da Região, nomeadamente o seu artigo 45.º, n.º 2, quando diz que não é possível a apresentação de Projetos de Decreto Legislativo Regional ou de propostas de alteração “que envolvam no ano económico em curso, aumento das despesas ou diminuição das receitas da Região previstas no orçamento”.

Como este Projeto de Decreto Legislativo Regional efetivamente prevê um aumento de despesa e estabelece como data da sua entrada em vigor o dia 1 de setembro de 2014, o nosso entendimento é que viola o Estatuto da Região. Portanto, não deve ser admitido.

Mas aproveito esta oportunidade e esta interpelação, sobretudo para enquadrá-la e para dar nota da questão que efetivamente suscita esta interpelação da parte do Governo.

Não está aqui em causa a questão substantiva. Aliás, há cerca de um mês, na sequência de uma audiência que eu e o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura demos ao Sindicato Democrático dos Professores, tivemos a

oportunidade de clarificar o entendimento do Governo relativamente a esta matéria e de dar nota que o Governo faria o trabalho de analisar esta pretensão de igualizar, ou de igualar, o índice de pagamento dos professores contratados aqui, na Região, àquele que se faz no Continente.

Não está em causa a questão substantiva. O Governo está a concluir este trabalho e conta dentro de dias dar nota da sua decisão sobre esta matéria.

O que está aqui em causa é a impossibilidade legal de ser admitido este Projeto de Decreto Legislativo Regional.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Presidente, pela interpelação.

De facto, na leitura do artigo 45.º, n.º 2, do nosso Estatuto, “os deputados e os grupos e representações parlamentares não podem apresentar projetos e propostas (...) que envolvam no ano económico em curso, aumento das despesas ou diminuição das receitas da Região (...)”, a não ser que efetivamente não surtissem efeito no ano económico em causa.

De facto, esta iniciativa não devia ter sido admitida, aliás, como também não foi uma iniciativa do género do Sr. Deputado Aníbal Pires, da Representação Parlamentar do PCP e do Bloco de Esquerda.

Por isso, apesar da Agenda ainda não ter sido distribuída, foi apenas o documento, naturalmente não será admitido e não será colocado na Agenda.

Sr. Deputado Joaquim Machado, penso que também é para uma interpelação.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados:

De facto, esta interpelação do Sr. Presidente do Governo, do ponto de vista formal, tem alguma pertinência, mas não deixa de ser também envolvida num conteúdo político, porque em substância estamos perante uma situação que a Região, só por incompetência do Governo Regional, é que permitiu que ela aqui chegasse.

Deputado Francisco César (PS): O senhor vai defender o diploma agora?

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Só agora é que o senhor deu por isso que existia!

O Orador: Eu vou justificar o sentido da minha interpelação, Sra. Presidente.

É que, desde logo, estamos perante uma situação de absoluta injustiça.

A Região e o Governo Regional tinham conhecimento de que isso se ia gerar a partir do dia 1 de setembro. Tanto assim é que o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura reconheceu publicamente, dizendo que essas são divergências que não são razoáveis.

Presidente: A sua interpelação, Sr. Deputado.

O Orador: O sentido da interpelação é de apelar a V. Exa. Sra. Presidente, para fazer o seguinte entendimento:

O Governo Regional teve um número determinado de professores em funções no ano letivo que terminou e isso corresponde a um volume de despesa que estava programado para este ano.

Aquele acréscimo que resulta deste número de professores contratados, em termos líquidos, não faz crescer a despesa da educação...

(Risos do Vice-Presidente do Governo Regional)

... e, portanto, a verba prevista no Orçamento para este ano, desde logo, porque há uma redução.

Presidente: Sr. Deputado, já esgotou o seu tempo. Terá que ir direto à pergunta que quer fazer à Mesa.

O Orador: A interpelação que quero fazer à Mesa é neste sentido, é de que a despesa que estava prevista no ano económico de 2014, em matéria de educação, é suficiente para comportar esta diferença, considerando que o número de professores contratados para este ano letivo de 2014/2015 até é menor do que o verificado no outro ano.

Apelo a V. Exa. no sentido de promover junto dos serviços a identificação das despesas do que está orçamentado e se tem ou não tem cabimento.

Agora, nós já percebemos. O Governo Regional que atempadamente não foi capaz de acautelar esta situação, tem agora uma ciumeirazinha política, porque o PSD tomou a iniciativa.

Presidente: Sr. Deputado, quero esclarecer em nome da Mesa, e naturalmente em meu nome próprio, porque fui eu que admiti a iniciativa (é essa a competência que tenho), que não compete aos serviços da Assembleia fazer a análise do orçamento do Governo.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Como é que sabe se há despesa ou não há?

Presidente: O Estatuto é muito claro quando diz “qualquer aumento de despesa”, por isso é que só o Governo tem essa prerrogativa.

Se esta fosse uma situação inédita nesta Casa, pois naturalmente poderia haver outro tipo de decisão.

Eu não posso em coerência e em consciência, depois de não ter admitido duas outras iniciativas, onde também não foi feito esse trabalho exaustivo e nem pode ser (como compreende os serviços têm cinco dias para admitir uma iniciativa e no caso das urgências admitimos em minutos, nem sequer haveria tempo de fazer essa análise exaustiva), perante decisões idênticas que eu tomei em relação a outros dois partidos nesta Casa, assumindo o meu erro e lamentando perante a câmara o constrangimento que causei com esta decisão, tomar outra decisão que não seja de facto não admitir esta iniciativa, lamentando o lapso naturalmente e o constrangimento que criei à câmara com esta situação.

Sr. Deputado Joaquim Machado...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Para uma interpelação.

Presidente: Uma interpelação, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, é para interpelar no seguimento daquilo que foi o juízo que a Sra. Presidente fez sobre as suas competências.

Julgo que será sempre uma decisão discricionária se efetivamente não estivermos em presença daquilo que são ou não as circunstâncias que acrescem ou não a despesa.

Mas ultrapassando isso, e mesmo a circunstância de V. Exa. ter admitido e ter mandado distribuir o documento, eu queria informar que o PSD vai apresentar imediatamente uma alteração deste diploma para que ele produza efeitos a partir do dia 1 de janeiro de 2015.

Muito obrigado.

Deputada Judite Parreira e Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Presidente do Governo tem a palavra para uma interpelação.

(*) **Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro):** É para uma interpelação, Sra. Presidente.

Apenas porque me parece importante que também clarifiquemos do que é que nós estamos a falar.

A proposta que me foi distribuída aumenta o índice da remuneração dos professores contratados. Automaticamente se aumenta esse índice aumenta a despesa.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Despesa da educação! Não seja habilidoso!

O Orador: Portanto, não percebo os argumentos do Sr. Deputado Joaquim Machado.

Julgo que, já que se referiu ao Governo Regional qualificando-o de incompetente, o Sr. Deputado Joaquim Machado acabou de dar uma prova aqui não apenas de incompetência regimental...

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

Deputado Joaquim Machado (PSD): A Sra. Presidente da Assembleia agradece-lhe essa referência!

O Orador: ... quando apresenta essa proposta, mas sobretudo de incompetência matemática quando não sabe que aumentando o índice efetivamente está a aumentar a despesa.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): A Sra. Presidente da Assembleia agradece esse reparo!

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para dizer o seguinte:

Depois das declarações que há cerca de um mês foram proferidas por mim próprio na sequência da audiência que com o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura concedi ao Sindicato Democrático dos Professores, dizendo que este assunto estava a ser trabalhado pelo Governo dos Açores e que iríamos analisar esta questão, resulta claro, afinal, de quem é que fez um exercício de ciúmeira política com a apresentação desta proposta.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Eu penso que o assunto está encerrado.

Deputado Joaquim Machado (*PSD*): Sra. Presidente, para um protesto.

Presidente: Um protesto em relação a quê, Sr. Deputado?

Não pode fazer um protesto, porque foi uma interpelação, apesar da latitude que dei a ambas as interpelações.

Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*): Sra. Presidente, apenas, na sequência da interpelação, mais um dado que me parece importante.

Presidente: Sr. Presidente, peço desculpa. Estava só a acabar de responder ao Sr. Deputado Joaquim Machado.

Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*): Com certeza!

Presidente: Dizer que acho que não se deve prolongar, porque isto não é um debate efetivamente. É a constatação de um erro e acho que não nos devemos prolongar nesta discussão.

A proposta não vai ser admitida e não será incluída na Agenda deste plenário.

Sr. Presidente, mas para uma interpelação. Obrigada, Sr. Presidente.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Ele pode fazer duas interpelações seguidas e eu não posso?

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): O senhor queria fazer um protesto!

(*) **Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para informar a câmara, ao abrigo do Regimento (portanto, enquadra-se na figura da interpelação), que o Governo Regional apresentará, ele próprio, uma Proposta de Decreto Legislativo Regional...

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Ahhh!

O Orador: ... fazendo efetivamente funcionar os efeitos...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não há figura de adoção, mas é parecida!

O Orador: ... dessa alteração do índice a 1 de setembro de 2014.

Muito obrigado.

Deputado Luís Maurício (PSD): Fica-lhe mal!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Deputado Joaquim Machado, para uma interpelação.

Sr. Deputado Joaquim Machado, só queria esclarecer que há pouco não lhe dei a palavra porque o senhor pediu foi para um protesto e não para uma interpelação. Foi por isso que não lhe dei a palavra.

Tem a palavra para uma interpelação, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente, por me conceder a palavra para esta interpelação, naturalmente com a latitude que

já permitiu nas minhas interpelações anteriores e na amplitude maior que também permitiu ao Sr. Presidente do Governo Regional, que inclusivamente fez duas interpelações seguidas.

A minha interpelação vai no sentido de saber se de facto essa proposta do Governo Regional já deu entrada na Mesa.

Verificamos que este Governo Regional, de facto, sabia que, a partir do dia 1 de setembro deste ano de 2014, os professores contratados nos Açores iam receber menos 300 ou 145 euros, e nada fez.

Quando o PSD se apressou a fazer, para fazer a reparação dessa injustiça, logo criou um problema.

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Não é verdade!

O Orador: Devo dizer que...

Presidente: Sr. Deputado,...

O Orador: ... isto não é um problema de incompetência regimental,...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Vocês são uns cábulas!

O Orador: ... porque incompetência regimental acontece muitas vezes na bancada do seu Governo, quando há Srs. Secretários, Sr. Presidente,...

Presidente: Sr. Deputado...

O Orador: ... que pedem a palavra sabendo que não podem fazer uso dela.

Portanto, estas pequenas habilidades que todos usamos...

Presidente: Sr. Deputado Joaquim Machado...

O Orador: ... e que o senhor também usou, não podem extrapolar para uma incompetência regimental, porque não é disso que se trata. E o senhor, com a seriedade política e pessoal que às vezes põe nas coisas, sabe muito bem que não é disso que se trata.

Presidente: Sr. Deputado...

O Orador: E relativamente à incompetência...

Presidente: Sr. Deputado Joaquim Machado, o senhor fez uma pergunta concreta à Mesa. Tem mais alguma pergunta para fazer?

O Orador: Estou a enquadrar a pergunta.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Já enquadrou!

Presidente: Ó Sr. Deputado...

O Orador: Sra. Presidente, estou a fazer...

Presidente: ... eu tenho tido o máximo de paciência...

O Orador: ... o enquadramento da pergunta à Mesa, do mesmo modo que o Sr. Presidente a enquadrrou, com críticas a um Deputado da oposição, na interpelação que fez a V. Exa..

Deputado Luís Garcia (PSD): Muito bem!

Presidente: E também lhe dei a mesma possibilidade de o fazer.

O Orador: Para terminar, relativamente à incompetência matemática, julgo que...

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Estamos conversados!

O Orador: ... o senhor e eu não temos formação nessa área.

Não sei qual de nós será mais habilitado nessas matemáticas. Agora garanto-lhe, com seriedade política, V. Exa. há de reconhecer que esta matéria não altera a despesa global.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Ó senhor, não é essa a questão. A questão é formal!

O Orador: Tanto assim é, que quando trazer o diploma, se o trazer...

Presidente: Sr. Deputado...

O Orador: ... e o fizer aprovar, estou para ver se isso vai implicar uma alteração do Orçamento da Região para este ano.

Presidente: Penso que concluímos esta parte das interpelações.

Vamos continuar os nossos trabalhos.

Sras. e Srs. Deputados, vamos criar as condições para que continuem os trabalhos.

Estava inscrito o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Tendo sido respondida claramente a pergunta que eu coloquei na minha primeira intervenção, efetivamente o relatório da Comissão, na sequência da

audição das nomeações para Presidente do Conselho de Administração das empresas públicas não tem carácter vinculativo.

Permita-me discordar, Sr. Deputado Francisco Coelho. Eu julgo que no Estatuto não é líquido, não é taxativo, que essa competência seja do Governo Regional, mas não vamos discutir essa questão.

A verdade é que esta proposta que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista aqui nos traz, eu não a adjectivaria nem como inovação e muito menos como reformismo, porque não sei muito bem o que é isso.

De facto, eu reconheço algum mérito na iniciativa.

Mas o mérito que reconheço à iniciativa não é suficiente para que a Representação Parlamentar do PCP a vote favoravelmente, até porque não estamos impedidos regimentalmente de, em qualquer momento, solicitar a presença de qualquer Presidente do Conselho de Administração de uma empresa pública para ser ouvido em sede de comissão.

Deputado Francisco César (PS): Após autorização do Secretário!

O Orador: Mas não estamos impedidos.

Deputado Francisco César (PS): Mas pode chumbar!

O Orador: Sr. Deputado, mas afinal de contas...

Deputado Francisco César (PS): Pode ser chumbada!

O Orador: Não estamos impedidos de o fazer.

Portanto, isto não é tão inovador assim.

Dá aqui, assim, um arzinho, digamos, uma “maquilhagenzinha”, à Democracia, mas apenas isso, Sr. Deputado.

Portanto, isso não é suficiente para que a Representação Parlamentar do PCP vote favoravelmente a iniciativa. Também não vai votar contra. Vai, portanto, abster-se.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputado Francisco César (PS): Não é muito PC!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Francisco Coelho tem a palavra.

(*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Naturalmente para, com muita amizade, estima e respeito, dizer também algo sobre o contributo do Sr. Deputado Aníbal Pires para este debate.

Sr. Deputado Aníbal Pires, desanuviando um bocadinho o ambiente, eu diria que V. Exa. – e eu apreciei – fez um grande esforço para não dizer que isto, em síntese, são jogos florais da burguesia.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Mais ou menos!

O Orador: Mais ou menos!

Apreciei esse esforço. Também gostava de pegar no seu argumento.

Disse V. Exa., com inteira verdade, que não só regimentalmente nós não estamos impedidos de a qualquer momento solicitar a presença dos Srs. Presidentes dos Conselhos de Administração das empresas públicas neste Parlamento, como inclusive (bem sabemos e até recentemente) isso acontece com alguma regularidade, diria eu.

Mas isto também significa uma coisa. É que afinal ouvir os Srs. Presidentes dos Conselhos de Administração, pelo menos de quando em vez, parece que tem alguma utilidade...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Tem sim senhor!

O Orador: ... embora com efeitos meramente políticos.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Aí estamos de acordo!

O Orador: O meramente aqui é ironia, porque acho que a política não é mera, é mais do que isso.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Esse não é o meu argumento!

O Orador: Afinal conclui-se que é útil, é necessário e já ocorreu nesta Casa, por diversas vezes, chamar-se os Presidentes dos Conselhos de Administração. Certamente não foi um ato gratuito, certamente não foi um ato de má-fé, foi porque se considerou verdadeiramente útil.

Mas o que se faz aqui é de algum modo, e antes da tomada de posse, institucionalizar essa presença através do respetivo presidente, que é, aliás, de acordo com a lei e nos termos gerais, quem representa esse Conselho de

Administração, quem representa essa pessoa jurídica coletiva, essa empresa, e quem está melhor habilitado para esclarecer este Parlamento acerca do projeto que pretende desenvolver.

Muito obrigado.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições.

Sr. Deputado João Costa tem a palavra.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu estive a aguardar o termo do debate na generalidade, mas antes que terminasse o debate na generalidade teria que fazer esta intervenção, porque fiquei à espera que o Partido Socialista tivesse o discernimento, perdoem-me a expressão, de fazer a proposta de alteração que se impunha relativamente àquilo que nos foi submetido com este diploma.

O Sr. Deputado Francisco Coelho, há pouco, falou de rigor jurídico, clareza na redação ou melhoria nas redações.

Sr. Deputado, eu não podia estar mais de acordo consigo. Agora, o senhor como Presidente da Comissão que irá fazer a redação final deste diploma vai ter uma série de dificuldades se o Partido Socialista não intervir antes da votação na generalidade.

Deputado José Ávila (PS): É o único que sabe. É o especialista na matéria!

O Orador: Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Aquilo que nos foi submetido, e foi remetido à Comissão para análise, foram três artigos com as alterações propostas pelo Partido Socialista ao diploma dos gestores públicos, o primeiro artigo com dois números (o primeiro e o segundo), o n.º 2 adita o 12.º-A, e o artigo 2.º que faz a republicação do diploma.

Agora, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, nomeadamente o primeiro subscritor deste anexo que republica o Decreto Legislativo Regional 12/2008/A,

não devia ser tão cábula e não devia limitar-se a fazer *copy/paste* de alguns *sites*, eventualmente de algumas matérias.

É que, por exemplo, vamos percorrendo a republicação que se propõe do diploma e chegamos aqui, por exemplo, ao artigo 14.º, página 13 daquilo que o Partido Socialista submeteu a esta Assembleia.

Eu não queria ser acusado de deslealdade e de não ter falado disto antes da votação na generalidade, que se ia seguir já a seguir.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: Portanto, não queria atuar como faz o Partido Socialista quando tem essa oportunidade. De deslealdade da minha parte não terá.

Mas veja a página 13 daquilo que submeteram a esta Assembleia:

Artigo 14.º, “comissões de serviço e mobilidade”. Logo a seguir, artigo 14.º outra vez, “comissões de serviço mobilidade”.

Por acaso, um é a versão que está em vigor, o outro é a versão anterior àquela que foi a primeira alteração feita a este diploma.

Mas se se seguir um pouco mais à frente, artigo 23.º, página 18 do documento submetido a esta Assembleia, “dissolução e demissão por mera conveniência”; página 19, artigo 23.º “dissolução e demissão por mera conveniência”.

Infelizmente os artigos não são iguais, são diferentes, porque um é a versão antes da última alteração que foi feita a este diploma.

Isto seriamente causaria engulhos à comissão de redação final. Vai causar!

É uma pena que os senhores tenham sido cábulas na apresentação...

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: ... de um diploma e não tenham tido o rigor jurídico na melhoria da redação que apresentam a esta Casa.

Portanto, fica o apelo: que façam as alterações necessárias para não votarmos uma enormidade destas.

Muito obrigado.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Dou agora a palavra ao Sr. Deputado Francisco Coelho. Tem cerca de dois minutos, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O Sr. Deputado João Bruto da Costa esteve aqui fazendo uma crítica. Nas partes que indicou, tem alguma razão acerca daquilo que é a transcrição completa do diploma.

Trata-se de uma exigência legal recente, que deve ser feita. Alguns partidos, às vezes aqui, apresentam ou não. Também os diplomas não costumam deixar de ser admitidos por causa disso.

Lamento e reconheço os erros que o Sr. Deputado apresentou, sem qualquer tipo de problema.

Eventualmente alguns, não com certeza o Sr. Deputado João Bruto da Costa porque sabe bem a diferença entre um jurista, um legista e entre um compilador de leis...

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Acho melhor o diploma baixar à comissão!

O Orador: Há aqui repetições que não fazem sentido, inclusive alguns artigos têm as duas versões, porque ele já foi alterado mais do que uma vez.

Agora a redação final (e Sr. Deputado Bruto da Costa, também sabe isso), creio que em bom rigor não terá nenhum problema com isto, como V. Exa. não teve, porque a redação final, sabe quais são as alterações que são efetivamente feitas. Nessa não me apontou nenhum erro, apontou-me um erro na parte em que é transcrita a totalidade do diploma.

Penso que com um recurso à história e ao diploma que está publicado, não é preciso ser grande jurista para fazer uma redação final rigorosa...

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: ... e tenho a certeza que concordará comigo.

Sr. Deputado João Bruto da Costa, reconheço que essa transcrição integral do diploma tem erros óbvios e repetições óbvias.

Penso, no entanto, que elas não prejudicam (face àquilo de que se trata e essas anomalias não são, nas próprias alterações que se introduzem) de modo algum a feitura da redação final.

Apesar de tudo, também não quero acreditar, e agradecendo a chamada de atenção do Sr. Deputado João Bruto da Costa, que seja mais interessante falar neste trabalho mais ou menos administrativo do que no diploma.

Acho que estamos todos, e acredito mesmo, mais interessados nisso.

Portanto, propunha à câmara, sendo estes erros manifestos de repetições facilmente perceptíveis e emendáveis por qualquer jurista e por qualquer comissão de redação final, por uma questão de celeridade processual e porque esse erro acontece num anexo e não no próprio diploma, que o diploma prossiga assim, porque esses erros não causarão qualquer tipo de dúvida à Comissão de redação final.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado João Bruto da Costa tem a palavra.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para solicitar que sendo assim, e caso o Partido Socialista entenda que deve prosseguir desta forma, pelo menos sejam identificados quais aqueles que não devem constar e quais aqueles que devem constar do diploma.

Muito obrigado.

Deputado Francisco César (PS): Está no corpo do diploma!

Deputado Francisco Coelho (PS): É seguir o texto publicado, Sr. Deputado!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado. Julgo não haver mais inscrições.

Sr. Deputado João Bruto da Costa tem a palavra.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Para esclarecer por que é que faço esta referência. É porque infelizmente nesta Casa tivemos nesta legislatura factos inéditos relativamente a problemas com comissões de redação final.

Deputado Francisco César (PS): Não tem nada a ver!

O Orador: Portanto, não interessa minimamente que andemos aqui a brincar de legisladores, quando de facto o nosso trabalho é demasiado sério para...

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: ... andarmos com falhas desta natureza.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Agora, sim, julgo não haver mais inscrições. Vamos passar à votação.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Votação na generalidade!

Presidente: Eu hoje não me esqueço de votar na generalidade, Sr. Deputado.

Vamos votar na generalidade.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: Na generalidade, o Projeto de DLR foi aprovado com 27 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do BE, 1 voto contra do PPM, 3 abstenções do CDS-PP e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Passamos agora à votação na especialidade.

Este Projeto de Decreto Legislativo Regional altera o Decreto Legislativo Regional n.º 12/2008.

Deram entrada na Mesa propostas de alteração do CDS-PP e do Partido Socialista.

Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, para explicar a proposta de alteração do CDS que aumenta a transparência tão pretendida pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista e, sim, obriga a que sejam ouvidos todos os gestores, todos os nomeados, para o órgão executivo de uma empresa do Setor Público Empresarial.

Portando, sendo ouvidos todos os gestores, todos os indigitados, aqui, na Assembleia, naturalmente que julgo que vai no sentido daquilo que pretende o

Partido Socialista, no sentido reformista, no sentido inovador, no sentido fiscalizador e no sentido de aumentar a transparência, não ouvir apenas o Presidente do Conselho de Administração...

Deputado José San-Bento (PS): O responsável político é o Presidente do Conselho de Administração!

O Orador: Não. São imputados individualmente, Sr. Deputado.

Deputado José San-Bento (PS): Está enganado!

O Orador: A responsabilidade é individual.

Portanto, se não têm problemas com transparência e querem efetivamente introduzir transparência, aqui está uma proposta onde todos os gestores que são nomeados são ouvidos aqui. Efetivamente o responsável pelo Conselho de Administração não é apenas... É um órgão colegial.

Portanto, temos que ouvir todos, se é transparente. Senão, sendo contra esta proposta, andamos efetivamente aqui a brincar às propostas, Sr. Deputado.

Deputado José San-Bento (PS): Ninguém está brincando!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Francisco Coelho, infelizmente a bancada do Partido Socialista já não dispõe de tempo.

Não havendo mais inscrições para esta matéria, eu vou avançar com a votação na especialidade.

Está então à votação a proposta de alteração do CDS ao n.º 2 do artigo 12.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Olha a transparência!

Deputado Francisco César (PS): Quantas reuniões houve?

Presidente: As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 abstenção do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Coloco agora à votação este mesmo n.º 2 do artigo 12.º da proposta de alteração apresentada pelo Partido Socialista.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 19 votos a favor do PSD, 3 votos contra do CDS-PP, 1 voto contra do PPM, 1 abstenção do BE e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Coloco agora à votação o n.º 3 do artigo 12.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: O n.º 3 do artigo 12.º foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 19 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do BE, 3 votos contra do CDS-PP, 1 voto contra do PPM e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo CDS ao n.º 4 do artigo 12.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Transparência!

Presidente: As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 abstenção do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Não havendo oposição da câmara colocava à votação conjunta o n.º 4, o n.º 5 e o n.º 6 do artigo 12.º da proposta de alteração do PS.

Não havendo oposição, as Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: As propostas de alteração anunciadas foram aprovadas com 29 votos a favor do PS, 19 votos a favor do PSD, 3 votos contra do CDS-PP, 1 voto contra do PPM, 1 abstenção do BE e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo Partido Socialista ao artigo 13.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 19 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do BE, 3 votos contra do CDS-PP, 1 voto contra do PPM e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração do PS ao artigo 25.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 19 votos a favor do PSD, 3 votos contra do CDS-PP, 1 voto contra do PPM, 1 abstenção do BE e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Como sabem, o artigo 1.º da proposta de alteração do PS subdividia-se em dois números. Acabámos de votar o n.º 1.

Vou colocar agora à votação o n.º 2. Penso que poderei colocar à votação o n.º 2 por completo.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: O n.º 2 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 19 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do BE, 3 votos contra do CDS-PP, 1 voto contra do PPM e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Está agora à votação o artigo 1.º deste Projeto de Decreto Legislativo Regional com as alterações que acabámos de introduzir.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 19 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do BE, 3 votos contra do CDS-PP, 1 voto contra do PPM e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Coloco agora à votação em conjunto (parece-me que não haverá problema) os artigos 2.º e 3.º deste diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: Os artigos anunciados foram aprovados com 29 votos a favor do PS, 1 voto a favor do BE, 3 votos contra do CDS-PP, 1 voto contra do PPM, 19 abstenções do PSD e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: Em votação final global, o Projeto de DLR foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 19 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do BE, 1 voto contra do PPM, 3 abstenções do CDS-PP e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Muito obrigada, Sra. Secretária.

Vamos avançar com os nossos trabalhos.

Entramos agora o ponto seis da nossa Agenda.

Sr. Deputado Aníbal Pires pede a palavra para?

Deputado Aníbal Pires (PCP): Para uma interpelação, Sra. Presidente.

Presidente: O Sr. Deputado Paulo Estêvão pede a palavra para uma declaração de voto?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Era sim, Sra. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires, vai aguardar um bocadinho.

Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Partido Popular Monárquico foi o único partido que votou contra esta iniciativa. Fizemo-lo porque discordamos em absoluto que este processo de nomeações políticas continue a realizar-se no perímetro das empresas públicas do Setor Empresarial Regional Público.

Consideramos que é importante ser reformistas, sim, mas a sério, e não introduzir apenas mecanismos de cosmética que não têm qualquer impacto real.

Que os açorianos não se deixem enganar. Isto não altera nada (não altera nada!).

O Partido Socialista e o Governo Regional continuarão a realizar as nomeações do seu pessoal político.

Considero que o que é importante nestas funções de tão grande importância para a sociedade açoriana é que o mérito, a competência e o currículo sejam definidores.

Para que isso suceda defendo que estas vagas têm que ser preenchidas através de concurso público.

Considero que devem continuar a existir nomeações, mas apenas nas áreas em que objetivamente exista...

Deputado André Bradford (PS): Queremos saber por que é que o senhor votou contra!

O Orador: Por isso é que votei nesse sentido, Sr. Deputado. Espero que a liberdade de expressão possa triunfar nesta Casa...

Deputado José San-Bento (PS): E os apartes também!

O Orador: ... e que eu possa dizer por que é que votei neste sentido. Votei contra, porque isto trata-se apenas de uma operação de cosmética, Sr. Deputado. Não altera absolutamente nada.

Continuam a existir nomeações políticas.

E este Parlamento tem alguma forma de evitar?

Não! Não tem nenhuma forma de evitar as nomeações políticas que o Governo e o Partido Socialista entenderem realizar.

Nada se altera!

Isto é como aquelas alterações realizadas na primavera marcelista em que muda o texto mas não muda em nada o conteúdo...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... e as competências que eram então as do regime.

Neste caso, este regime continua intacto, do ponto de vista das suas competências, em termos de nomeações. Nada se altera.

Este Parlamento não passa a ter nenhum instrumento que impeça coisa nenhuma.

Portanto, meus senhores, o nosso sentido de voto é contra, porque defendemos um paradigma novo, verdadeiramente reformista, em que sejam contratados, em que sejam escolhidas por concurso público, as pessoas que têm mais mérito.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais declarações de voto. Sendo assim, Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra para a sua interpelação.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Muito obrigado, Sra. Presidente. Era para solicitar um intervalo regimental de 15 minutos.

Muito obrigado.

Presidente: É regimental. Regressamos às 18H30.

Eram 18 horas e 14 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares.

Eram 19 horas e 31 minutos.

Vamos recomeçar os nossos trabalhos. Concluímos o ponto cinco da nossa Agenda.

Sra. Deputada Zuraída Soares, pede a palavra para uma interpelação?

Deputada Zuraída Soares (BE): Para solicitar um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: É regimental e considerando o nosso horário vamos também terminar os trabalhos por hoje.

Uma boa noite a todos. Regressamos amanhã às 10H00 com o PTAP.

Eram 19 horas e 33 minutos.

Deputados que entraram durante a sessão:

Partido Socialista (PS)

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César

Partido Social Democrata (PSD)

Duarte Nuno D'Ávila Martins de Freitas

Deputados que faltaram à sessão:

Partido Socialista (PS)

Arlinda Maria Focha Nunes

Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha

Partido Social Democrata (PSD)

António Augusto Baptista Soares Marinho

(*) Texto não revisto pelo orador.

A redatora: Maria da Conceição Fraga Branco